



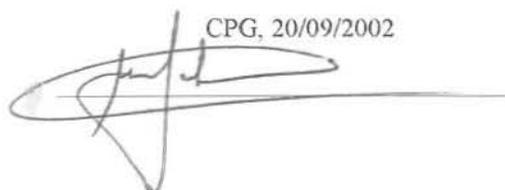
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

A REDUÇÃO DO TRABALHO VIVO E A TESE DO FIM DA
CENTRALIDADE DO TRABALHO EM SCHAFF E GORZ:
UMA CRÍTICA MARXISTA

Sérgio Alfredo Massen Prieb

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Doutor em Ciências Econômicas – área de concentração: Política Social, sob a orientação do Prof. Dr. Marcio Pochmann.

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por Sérgio Alfredo Massen Prieb em 20/09/2002 e orientado pelo Prof. Dr. Marcio Pochmann.


CPG, 20/09/2002

Campinas, 2002

i

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	T/UNICAMP P933r
V	EX
TOMBO BC/	51645
PROC.	16-837-02
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	05-12-02
Nº CPD	

CM00176930-6

BIB ID 271554

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

P933r Prieb, Sérgio Alfredo Massen.
A redução do trabalho vivo e a tese do fim da centralidade do trabalho em Schaff e Gorz : uma crítica marxista / Sergio Alfredo Massen Prieb. – Campinas, SP : [s.n.], 2002.

Orientador: Marcio Pochmann.
Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Economia.

1. Trabalho – Aspectos econômicos. 2. Trabalho - Aspectos sociológicos. 3. Valor (Economia). II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A REDUÇÃO DO TRABALHO VIVO E A TESE DO FIM DA
CENTRALIDADE DO TRABALHO EM SCHAFF E GORZ:
UMA CRÍTICA MARXISTA**

SÉRGIO ALFREDO MASSEN PRIEB

Tese de doutorado defendida e aprovada em 20 de setembro de 2002, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Marcio Pochmann, Presidente
CESIT – UNICAMP

Profa. Dra. Liana Maria da Frota Carleial
CEPEC – UFPR

Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni
CESIT - UNICAMP

Prof. Dr. Ricardo Antunes
IFCH – UNICAMP

Prof. Dr. Wolfgang Leo Maar
UFSCar

Levantou-se, deitando contas ao tempo de que poderia dispor, o manajeiro nem sequer virou a cabeça para ele, e decidiu dar uma rápida volta pela parte da construção em que tinha trabalhado, a despedir-se, por assim dizer, das tábuas que alisara, das traves que regulara, se tal identificação era possível, qual é a abelha que pode dizer, Este mel fi-lo eu (José Saramago, *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*).

No carro, em direção ao hospital,
com fortes dores no peito, pressenti a vida
findando. Olhei, através da janela, e vi
operários trabalhando numa construção.
Mais à frente, crianças saíam de uma escola
pública, em grande algazarra.
Experimentei uma imensa saudade. As
lágrimas caíram uma a uma sobre as minhas
faces, solitariamente. Senti, naquele
momento, como é bom viver quando
se ama a humanidade!
(Gregório Bezerra, setembro/1983)

Para Lucy e Felipe

Agradecimentos

São inúmeras as pessoas e entidades que me propiciaram a conclusão do curso. Objetivando não cometer injustiças em tentar nomear a todos, gostaria ao menos de agradecer a meu orientador, Prof. Dr. Marcio Pochmann, pela incansável paciência e competência demonstrada em todos estes anos de convivência, em que, se não fosse pelo seu estímulo nos momentos mais críticos, este trabalho não teria sido realizado. Ao Prof. Dr. Jorge Mattoso e Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, pelos comentários e sugestões apresentados; ao Instituto de Economia, que me acolheu durante estes cinco anos, bem como ao seu corpo de professores e funcionários, em especial à Cida e ao Alberto; à CAPES, que propiciou o financiamento deste trabalho; aos colegas do Departamento de Ciências Econômicas da UFSM, que assumiram meus encargos durante meus três anos e meio de afastamento e a todos os colegas e amigos que tive o prazer de conhecer e conviver durante minha passagem por Campinas.

Sumário

Lista de Tabelas	XIII
Resumo	XV
Abstract	XVII
Introdução	1
Capítulo 1: As inovações tecnológicas e a tese do fim da centralidade do trabalho	5
1.1 Contexto histórico.....	5
1.2 A tese do fim da centralidade do trabalho e seus princípios fundamentais.....	10
1.3 André Gorz: do socialismo reformista ao “Adeus ao Proletariado”.....	16
1.3.1 Os caminhos da classe trabalhadora nas obras dos anos 50-60.....	16
1.3.2 A defesa do “ecologismo” na obra dos anos 70.....	21
1.3.3 As décadas de 80-90 e o fim do proletariado em Gorz.....	25
1.4 Adam Schaff: A classe trabalhadora e a sociedade informática.....	41
1.4.1 O marxismo em confronto com o existencialismo.....	42
1.4.2 O confronto entre o jovem e o velho Marx.....	44
1.4.3 A questão da alienação no capitalismo atual.....	46
1.4.4 O caminho da classe trabalhadora em Schaff.....	49
Capítulo 2: A sociedade do tempo livre e a diminuição da jornada de trabalho	57
2.1 Antecedentes históricos.....	57
2.2 A sociedade do tempo livre em Gorz.....	62
2.3 O tempo livre na sociedade informática de Schaff.....	76
2.4 A redução da jornada de trabalho e a discussão atual.....	78
2.5 A redução da jornada de trabalho nos marcos do capitalismo.....	87
Capítulo 3: A teoria marxista e o fim da centralidade do trabalho	91
3.1 A teoria do valor e a centralidade do trabalho nos autores pré-marxistas.....	91

3.2 A teoria do valor e a centralidade do trabalho em Marx.....	95
3.3 O desenvolvimento das forças produtivas em Marx.....	102
3.4 A teoria marxista e a tese do fim da centralidade do trabalho.....	111
Capítulo 4: A problemática do trabalho no capitalismo avançado.....	121
4.1 A crise do taylorismo-fordismo e a ascensão do toyotismo.....	121
4.2 A variação da jornada, do número de trabalhadores e do volume de trabalho no capitalismo contemporâneo.....	127
4.3 A variação da produtividade do trabalho no capitalismo contemporâneo.....	135
4.4 A precarização do trabalho e suas diversas formas de manifestação.....	138
Notas Conclusivas.....	145
Referências Bibliográficas.....	149

Lista de Tabelas

1. Jornada semanal de trabalho em países selecionados – 1979-1994.....	128
2. A jornada de trabalho na manufatura em horas/semana.....	130
3. População trabalhadora em milhões de trabalhadores.....	132
4. O volume de trabalho em bilhões de horas.....	134

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir as teses a respeito do fim da centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo, procurando analisar dois dos principais defensores dessa tese: Adam Schaff e André Gorz. Esses autores constatarem que, com toda série de inovações tecnológicas em curso, nas últimas décadas, a classe trabalhadora estaria fadada ao desaparecimento, e, junto com ela, estaria ocorrendo a perda da importância de seu papel histórico de criador de riqueza no modo de produção capitalista. Desta forma, a classe trabalhadora estaria inapta a reivindicar a propriedade dos meios de produção por meio da superação positiva do capitalismo. Para contrapor a tese dos referidos autores, busca-se recuperar, na literatura marxiana e marxista da teoria do valor-trabalho, os elementos necessários para negar a perda de centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo, em especial nos países avançados. Além da utilização do referencial teórico marxiano e marxista, buscou-se, através do levantamento de dados, em especial da OIT, conhecer a evolução da jornada de trabalho, da população trabalhadora, do volume de trabalho, bem como da produtividade do trabalho, para a compreensão da real situação da classe trabalhadora do último quartel do século XX. O que pôde ser constatado, através da análise desses dados, é que, ao invés de o trabalho estar diminuindo, como insistem em afirmar os defensores da tese do fim da centralidade do trabalho, este encontra-se em processo de expansão na atualidade, sendo executado sob as mais diversas formas de precarização, o que vem confirmar a importância do trabalho sob o capitalismo contemporâneo, em seu papel de agente fundamental na criação de riqueza capitalista.

Palavras-chave: trabalho – aspectos econômicos, trabalho – aspectos sociológicos, valor (economia).

ABSTRACT

In this work are discussed some propositions regarding the end of labor centrality in modern capitalism through the analysis of the writings of two main supporters of this stream: Adam Schaff and Andre Gorz. These authors defend that, due to the technological improvements along the past decades, the historical working class wealth-creating role would be losing its importance in the capitalist mode of production and, therefore, working class itself would be destined to disappear. Thus, the working class would be inept to demand the possession of the means of production through the positive defeat of capitalism. From the marxian and marxist literature about the labor theory of value were recovered the necessary elements to deny aforementioned authors assertions on this subject, specially for the case of developed countries. Based on a collection of data, mainly from ILO, it was also studied the evolution of the workday, workers population, workload, as well as productivity, in order to understand the true situation of the working class in the last quarter of XX century. From this data it was evidenced that labor, instead of vanishing as insistently asserted by the defenders of the end of labor centrality theory, is nowadays in a expanding process, being performed under the more diverse forms of insecuritization. This fact corroborates the significance of labor in the modern capitalism by its fundamental role in the capitalist wealth creation process.

Keywords: labor - economical aspects, labor sociological aspects, value (economics).

Introdução

O modo de produção capitalista encontra-se, historicamente, em recorrente processo de transformação. A concorrência entre os capitalistas faz com que a luta pela diminuição dos custos de produção e pelo aumento das margens de lucro seja o motor do desenvolvimento das forças produtivas.

Enquanto, na fase inicial do capitalismo industrial, e até mesmo durante o período de ascensão do taylorismo-fordismo, as máquinas eram movidas, fundamentalmente, por energia humana, com a introdução de novas formas de produção, modifica-se de forma radical a relação entre o homem e as máquinas. Apesar de apresentar um papel de destaque na produção de riqueza capitalista, o trabalhador é transformado aos poucos em apêndice da máquina, passando de pólo dominante a pólo dominado.

Essa fase de desenvolvimento técnico-científico, que tem predominado, especialmente a partir do último quartel do século XX, através de uma série de inovações tecnológicas, como a informática, a microeletrônica, a robótica, a cibernética, entre outras, faz com que proliferem teses a respeito do futuro do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, em que se destaca a tese do fim da centralidade do trabalho.

Em franca contraposição às teses dos autores marxistas, que atribuem ao trabalho a origem da riqueza capitalista, os autores que adotam a tese do fim da centralidade do trabalho consideram que a série de inovações tecnológicas surgidas, em especial no último quartel do século XX, estaria jogando o trabalho e os trabalhadores em uma posição subordinada e à beira do desaparecimento. O resultado da obsolescência do trabalho e da classe trabalhadora é de grande monta para o futuro do próprio capitalismo, pois, se o trabalho não é mais o responsável pelo processo de criação de riqueza capitalista, não teria motivos para justificar a tomada do poder pela classe trabalhadora, decretando, assim, a eternidade do capitalismo.

Este trabalho inspirou-se na tentativa de analisar a tese do fim da centralidade do trabalho a partir da análise de dois de seus principais representantes: Adam Schaff e

diminuição da jornada de trabalho no capitalismo, para então, descrever a fundamentação teórica que os autores recentes como Gorz, Schaff, De Masi, Aznar, entre outros, dão à chamada sociedade do tempo livre.

O terceiro capítulo é dedicado à discussão da tese do fim da centralidade do trabalho aos olhos da teoria marxiana e marxista. Para tanto, discute-se o papel central do trabalho sob a visão de Marx e alguns de seus seguidores, e a teoria do valor-trabalho, que se origina do papel central que o trabalho exerce para os autores que concordam com o pensamento marxiano. Além disso, discute-se, sob a ótica de Marx e de pensadores marxistas, o papel que as inovações tecnológicas exercem na economia e no mundo do trabalho, em especial.

No quarto capítulo, objetiva-se fazer uma descrição e análise sobre o que realmente está ocorrendo no mundo do trabalho hoje. Busca-se, através do levantamento de dados, em especial retirados da OIT (Organização Internacional do Trabalho), verificar se o trabalho no mundo está realmente em vias de desaparecer, juntamente com sua importância ou não. Inicialmente, parte-se de uma análise sobre a passagem do mundo do trabalho do binômio taylorismo-fordismo, que predominou até as primeiras três quartas partes do século XX, até a ascensão do toyotismo.

A seguir, baseando-se em especial de dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), busca-se fazer um levantamento sobre a variação da jornada de trabalho, do número de trabalhadores empregados e do volume de trabalho encontrado em uma série de países heterogêneos, nos últimos 23 anos. Os critérios usados para a escolha dos países foi a utilização de grupos de países de diversos continentes que possuíssem dados passíveis de serem analisados numa série histórica de 1976 a 1999.

Busca-se, também neste capítulo, o levantamento de dados sobre o comportamento da produtividade do trabalho nos últimos anos, e, por fim, discutir as diversas formas de precarização que o trabalho vem apresentando nesse período, em que milhões de trabalhadores são submetidos a formas de trabalho extremamente exploratórias.

Por fim, procura-se fazer algumas conclusões finais, mesmo que não definitivas, a respeito do tema discutido no presente trabalho.

1 As inovações tecnológicas e a tese do fim da centralidade do trabalho

Desde o final da década de 1970, emergem teorias que afirmam ter chegado ao fim a centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo, como resultado da chamada Terceira Revolução Industrial. Desta maneira, o trabalho, na atualidade, estaria apresentando-se como redundante, pois o conjunto de inovações tecnológicas em curso estariam assumindo o papel central do trabalho na produção de riqueza capitalista.

Os principais autores que formulam esta tese passam a acreditar na impossibilidade de a classe trabalhadora sobreviver por muito tempo, pois estaria sofrendo profundas transformações que a conduziram a lutar não mais pela busca da construção de uma nova sociedade, em que os trabalhadores, pelo seu papel histórico na produção de riqueza, assumiriam as rédeas do processo político e da propriedade dos meios de produção, mas sim, buscariam construir uma sociedade do tempo livre, dentro dos marcos do próprio modo de produção capitalista.

O presente capítulo se propõe a expor e discutir a tese do fim da centralidade do trabalho, a partir de seus principais mentores, em especial André Gorz e Adam Schaff, trazendo à luz da discussão suas principais obras que versam sobre o tema, bem como trabalhos anteriores destes autores, que contribuíram para que suas teses tomassem o caráter definido nos anos 80.

1.1 Contexto histórico

A chamada "era de ouro" do capitalismo, que se desenvolveu a partir do final da Segunda Grande Guerra Mundial, caracterizou-se, ao menos nos países desenvolvidos, pelo crescimento econômico sem precedentes¹, desenvolvimento

¹ Al iniciarse la revolución industrial en Inglaterra en el siglo XVIII, la producción industrial aumentaba en el mundo a una media del 1,5 por 100 anual. En el siglo XIX, cuando la revolución industrial se difundió en Europa y en Estados Unidos, la producción industrial creció a una media anual de 3 por 100 y durante la primera mitad del siglo XX esa tasa de crecimiento anual siguió oscilando en torno a una media del 3 por 100. Sin embargo, a partir de 1948 empezó a ascender en flecha. De 1948 a 1971 la tasa de crecimiento media de la producción industrial mundial alcanzó la cifra record del 5,6 por 100 cada año; el

industrial, aumento real de salários, e diminuição acentuada dos índices de desemprego e pobreza.

A implantação das idéias keynesianas fez com que o Estado tivesse um papel preponderante na recuperação dos países devastados pela guerra, enquanto, no plano social, o “Estado de bem-estar”, que iria predominar até o início dos anos 80, serviu como uma forma de inibir a opção dos trabalhadores pela via socialista, os quais, neste pós-45, vão ter muitas de suas demandas atendidas².

Nesta fase da economia capitalista, parece incontestável, ao menos entre os autores considerados mais à esquerda, o papel representado pelo trabalho na produção de riqueza capitalista sob o predomínio do taylorismo-fordismo. Apesar de todo desenvolvimento tecnológico verificado no período pós-45, estariam ainda muito nebulosas afirmativas no sentido de que o trabalho estaria perdendo sua centralidade. O que se nota é o surgimento de teorias que, à luz do chamado “aburguesamento” da classe trabalhadora, da decadência do movimento operário e de seus partidos representativos, acabam por desqualificar a classe trabalhadora como agente transformador³, e até mesmo negar a existência da luta de classes⁴.

O período de prosperidade do capitalismo do pós-guerra começaria a ruir no início dos anos 70, resultando em uma crise de acumulação de capital derivada da queda da taxa de lucro nos países desenvolvidos, e em uma nova situação de retrocesso do movimento operário, que havia tomado um novo ímpeto no final dos anos 60.

el lapso de tiempo que va de 1948 a 1980 no debe haberse situado tampoco muy por debajo (Van der Wee, 1986: 44-45).

² Sobre isso, Pochmann reconhece uma série de conquistas que os trabalhadores tiveram na “era de ouro”: *O reconhecimento dos sindicatos, a generalização dos contratos coletivos de trabalho, a definição do salário mínimo, o aumento do emprego nos setores público e privado viabilizaram a maior participação das classes trabalhadoras nos resultados do crescimento econômico (Pochmann, 1999: 33).*

³ Conforme aponta Marcuse apud Del Río: *El sistema de control social, cuyo paradigma se encuentra en los Estados Unidos ha conseguido, según el Marcuse de 1964, integrar social y culturalmente a la clase obrera y destruir sus capacidades para realizar una transformación social radical (Del Río, 1989: 20).*

⁴ Marshall, fazendo referências a trabalho de Bernard, não deixa dúvidas quanto ao fim da luta de classes: *Pela simples razão de que, nas civilizações mecanizadas modernas, a prosperidade das massas é necessária como a base do mercado através do qual uns poucos se tornam ricos (ou relativamente mais ricos), a profecia de Marx sobre a crescente desigualdade entre “os que têm” e os “que não têm” é falsa, e a força da consciência de classe e do conflito de classe fenece (Marshall, 1967: 128).*

A origem desta crise, segundo Brenner (1999a: 13), remonta à segunda metade dos anos 60, quando a competição dos produtos japoneses e alemães (de custos menores) com os norte-americanos (de custos mais elevados)⁵, conduziu a uma ampliação da concorrência no mercado mundial e a uma conseqüente diminuição dos lucros dos capitalistas norte-americanos. A queda da taxa de lucro das empresas norte-americanas afetou também o Japão e a Alemanha, com o aumento dos custos devido à sobrevalorização de suas moedas locais⁶.

A crise de acumulação capitalista resulta em uma nova investida contra os trabalhadores⁷, através do aumento da taxa de exploração como contrapartida à diminuição da taxa de lucro. Para conseguir seu intento, o capital utiliza o aumento da jornada de trabalho, a precarização do trabalho, bem como inovações nas formas de produzir e de organizar a produção, com o surgimento do toyotismo em substituição ao taylorismo-fordismo, significando com isso uma reestruturação produtiva cuja mais perniciosa conseqüência é, sem dúvida, a diminuição do número de trabalhadores necessários à produção.

Dessa maneira, visando minimizar a crise de acumulação capitalista, é que no último quartel do século XX, as inovações tecnológicas amplificam-se a passos rápidos⁸. Observa-se, a cada momento, o desenvolvimento das forças produtivas com a

⁵ Belluzzo, ao referir-se sobre as mudanças no modelo industrial dos EUA, em comparação à Alemanha e Japão, afirma o seguinte: *Japão e Alemanha, por exemplo, reconstruíram sistemas industriais e empresariais mais novos e mais permeáveis às mudanças tecnológica e organizacional e os novos industrializados da periferia ganharam maior espaço no volume crescente do comércio mundial. Não por acaso, o saldo negativo do balanço de pagamentos americano mostrou, a partir do início dos 70, uma participação cada vez mais importante do déficit comercial* (Belluzzo, 1995: 14).

⁶ *Foi a grande queda de lucratividade dos Estados Unidos, Alemanha, Japão e do mundo capitalista adiantado como um todo – e sua incapacidade de recuperação – a responsável pela redução secular das taxas de acumulação de capital, que são a raiz da estagnação econômica de longa duração ao longo do último quartel de século* (Brenner, 1999a: 13).

⁷ Antunes analisa que, devido ao movimento dos trabalhadores não ter conseguido apresentar uma resposta satisfatória como contrapartida à crise do capital, coube a este oferecer uma resposta para sua superação: *O enorme salto tecnológico, que então se iniciava, constituiu-se já numa primeira resposta do capital à confrontação aberta do mundo do trabalho, que aflorava nas lutas sociais dotadas de maior radicalidade no interior do espaço fabril. E respondia, por outro lado, às necessidades da própria concorrência intercapitalista na fase monopólica* (Antunes, 1999: 44).

⁸ Tavares mostra-se cética quanto ao papel das inovações tecnológicas, de forma isolada, assumirem um papel decisivo na retomada do ciclo econômico: *O atual “Ciclo do Produto” baseado na informática não parece, por si só, ter poder indutor suficiente para alavancar uma onda de acumulação de longo prazo. Afinal nenhum cluster de inovações modificou a base técnica mundial sem novos mecanismos*

introdução da robótica, da microeletrônica, da automação, da cibernética, entre outras, além de novas formas de organização produtiva e empresarial, que implicam sensíveis alterações na produção, nos transportes, na comunicação, na cultura etc. A crise que se estaria verificando no mundo do trabalho teria assumido um caráter ainda maior nos últimos anos com a derrocada do socialismo real e a conseqüente crise do movimento operário e anti-capitalista mundial:

Falar de uma crise da sociedade do trabalho tem que parecer mais do que estranho, tendo em vista que não apenas a ideologia burguesa, como também o marxismo do movimento operário, com uma convicção muito maior, declara sempre aquele "trabalho" a essência supra-histórica do homem como tal, fazendo desse suposto fato fundamental até a alavanca de sua crítica à sociedade burguesa. A controvérsia social e histórica que até agora dominou a modernidade, compreendida pelo marxismo como luta de classes, apoiou-se em um fundamento comum, a sociedade de trabalho, fundamento que deixa agora transparecer sua limitação e, caído em crise, aguarda sua dissolução (Kurz, 1993: 21).

As transformações que passam a operar-se no capitalismo do último quartel do século são, para Bell, caracterizados pela construção de uma sociedade de caráter "pós-industrial", em que o setor de serviços começa a assumir a hegemonia da força de trabalho ocupada, e pelas mudanças do perfil do trabalhador que estas transformações iriam acarretar na passagem da era industrial para a pós-industrial:

A sociedade industrial representa a coordenação das máquinas e dos homens para a produção dos bens. A sociedade pós-industrial organiza-se em torno do conhecimento, a fim de exercer o controle social e a direção das inovações e mudanças; e isto tudo dá origem, por sua vez, a novos relacionamentos sociais e a novas estruturas, as quais têm de ser politicamente dirigidas (Bell, 1977: 31-32).

O processo de inovação técnico-científico, bem como as novas formas de organização produtiva e empresarial, geram conseqüências nefastas à maioria dos trabalhadores, pois terminam por aprofundar problemas inerentes ao modo de produção

institucionais e financeiros e sem modificar radicalmente a divisão internacional do trabalho (Tavares, 1997: 51).

capitalista, como o desemprego de caráter estrutural⁹. Com a obtenção do mesmo ou até de maior volume de produção, e com a diminuição dos gastos com capital variável, a lógica que norteia os capitalistas tende a ser a do crescente alijamento do trabalho vivo no processo de produção¹⁰.

Junto com as incessantes inovações técnico-científicas, e com o surgimento de novos paradigmas de gestão e produção, que faz com que o taylorismo-fordismo seja aos poucos superado pelo toyotismo, observa-se a implantação da chamada acumulação flexível¹¹, que representaria um retorno às atividades de pequeno porte, subordinadas ao grande capital, que, para Harvey, seria manifestada pela chamada “terceira Itália”¹²:

A “Terceira Itália” é muito empregada como exemplo dessas novas formas de organização cooperativa de trabalhadores que, armados com novas tecnologias descentralizadas de comando e controle, podem integrar-se com sucesso às formas dominantes e repressivas de organização do trabalho características do capital corporativo e multinacional, e até mesmo subvertê-las (Harvey, 1998: 177).

⁹ A problemática do desemprego extrapola a mera análise que parte do desenvolvimento das forças produtivas e de novas formas de gerenciamento. A ênfase é aqui estabelecida devido aos autores que defendem a tese do fim da centralidade do trabalho pautarem suas análises em cima daqueles fatores.

¹⁰ Sobre a questão do crescimento da maquinaria e da conseqüente desqualificação do trabalho, Marshall afirma que esta tende a se alastrar a todos os ramos da manufatura: *...qualquer operação fabril que possa ser reduzida à uniformidade, de modo que tenha que fazer-se a mesma coisa inúmeras vezes da mesma maneira, será com certeza, mais cedo ou mais tarde, executada pela máquina (Marshall, 1982: 222)*. Braverman critica Marshall ao considerar que este autor tem um impulso a encarar a sociedade de uma perspectiva humana, mas que se retrai com a defesa dos interesses do capitalismo britânico, sempre em contraposição aos dos trabalhadores: *...o desenvolvimento da tecnologia assume a forma de uma arremetida impetuosa na qual os efeitos sociais são amplamente desconsiderados, as prioridades são fixadas apenas pelo critério de lucratividade, e a distribuição equânime, assimilação sensata e apropriação seletiva dos frutos da ciência, considerada do ponto de vista social, permanecem como visões de idealistas desamparados (Braverman, 1987: 178)*. A discussão sobre a desqualificação do trabalho a partir de Taylor e Ford pode ser encontrada em Moraes Neto (1991).

¹¹ Piore e Sabel (1984) enfatizam como um dos principais fenômenos da sociedade pós-fordista o renascimento de formas próximas ao artesanato, caracterizadas pela ênfase no controle humano sobre o processo de produção. Para melhor compreensão de diversas experiências internacionais ao fordismo, ver Ferreira et al. (1991).

¹² A respeito de uma análise crítica a respeito da chamada “terceira Itália”, verificar em Kumar (1997: 52-55).

É dentro deste contexto histórico¹³ (final dos anos 70, início dos 80), de predomínio do ideário neoliberal, de toda esta série de transformações no chamado “mundo do trabalho”, de crise da esquerda em nível mundial, refluxo do movimento operário e sindical, decadência do modelo taylorista-fordista, inserção de novas formas de acumulação de capital com a implantação do toyotismo, e desenvolvimento das forças produtivas, que surgem, tanto no meio acadêmico como político, uma série de autores formulando teorias que orbitam em torno da problemática do trabalho e do futuro da classe trabalhadora no mundo moderno. Em sua grande maioria, estes autores vêem o trabalho e, em consequência, a classe trabalhadora, como fadados a desaparecer. De maneira geral, esta classe estaria sendo conduzida para o “museu das antigüidades ao lado da roca de fiar e do machado de bronze”, para utilizar uma famosa frase de Engels.

1.2 A tese do fim da centralidade do trabalho e seus princípios fundamentais

Entre os principais autores que tratam da problemática do futuro do trabalho, e do fim da classe trabalhadora, ou da perda da sua centralidade¹⁴, destacam-se Gorz (1986), (1987a), (1991), (1998a), Schaff (1993), Aznar (1995), Offe (1989), Habermas (1994), Touraine (1988), Rifkin (1996), De Masi (1999a), (1999b), (2000), entre outros,

¹³ No ano de 1980, duas importantes obras sobre o fim da centralidade do trabalho são publicadas, *Adeus ao Proletariado* de André Gorz, e *O Pós-Socialismo* de Alain Touraine. No ano de 1985, uma outra importante obra seria publicada, *A Sociedade Informática* de Adam Schaff.

¹⁴ A questão da perda da centralidade do trabalho pode ser analisada sob vários aspectos, entre as quais: 1) se o trabalho está perdendo importância no processo de criação de riqueza capitalista contemporâneo; 2) se o trabalhador industrial está perdendo seu caráter de classe hegemônica; 3) se o trabalho está perdendo espaço na vida do trabalhador, por este entrar no mercado de trabalho mais tarde que em épocas passadas e aposentar-se mais cedo em determinados países. É no primeiro aspecto de perda de centralidade que este trabalho se ocupa, considerando-se como centralidade do trabalho a característica que o trabalho apresenta no capitalismo de ser o criador de valor e de mais-valor, no sentido atribuído por Marx na obra *Crítica ao Programa de Gotha: Na medida em que o homem se situa de antemão como proprietário diante da natureza, primeira fonte de todos os meios e objetos de trabalho, e a trata como possessão sua, seu trabalho converte-se em fonte de valores de uso, e, portanto, em fonte de riqueza. Os burgueses têm razões muito fundadas para atribuir ao trabalho uma força criadora sobrenatural; pois precisamente do fato de que o trabalho está condicionado pela natureza deduz-se que o homem que não dispõe de outra propriedade senão sua força de trabalho, tem que ser, necessariamente, em qualquer estado social e de civilização, escravo de outros homens, daqueles que*

que, apesar de discordarem em inúmeros aspectos analíticos, visualizam, à sua maneira, o fim do trabalho e de seu papel central e, em consequência, da classe trabalhadora nos tempos modernos. A tese referida é defendida mesmo por autores que possuem formação marxista, e até mesmo por autores que ainda se consideram seguidores das idéias revolucionárias de Marx.

O questionamento acerca da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo é bem nítido na obra de Claus Offe. O autor entende que justifica-se a utilização do trabalho como categoria fundamental, no período que vai do fim do século XVIII ao término da Primeira Grande Guerra Mundial, devido ao trabalho assumir uma posição estratégica na construção da sociedade burguesa de então. Daí o motivo de autores como Weber, Marx e Durkheim centrarem seus trabalhos em problemas relacionados ao mundo do trabalho (Offe, 1989: 14).

Esta tese não seria válida, no entanto, na atualidade. Offe questiona que o trabalho tenha um papel central na determinação da estrutura e do desenvolvimento sociais e, para justificar sua tese, formula vários argumentos. Inicialmente, para o autor, não existiria mais a homogeneidade do trabalho:

Esses sintomas de grande e crescente heterogeneidade tomam duvidosa a persistência de qualquer relevância sensível do trabalho remunerado dependente, enquanto tal, na percepção dos interesses sociais, na autoconsciência, no comportamento organizacional e político dos trabalhadores. Não seria mais apropriado concluir que o trabalho teria se tornado "abstrato", no sentido de considerá-lo tão-só como categoria da estatística social descritiva, e não mais como categoria analítica para a explicação de estruturas, conflitos e ações sociais? (Offe, 1989: 20).

Em boa parte, isto se explicaria pela ascensão do setor terciário e, em decorrência, do desenvolvimento do trabalho intelectual em várias profissões, o que traz elementos difíceis de serem normatizados pela sua falta de homogeneidade, incerteza e descontinuidade.

se tornaram donos das condições materiais de trabalho. E não poderá trabalhar, nem, por conseguinte, viver, a não ser com a sua permissão (Marx, s/da: 209).

O futuro do mercado de trabalho é visto com certo grau de pessimismo por Offe, em função de que as atividades informais aceleram-se a passos rápidos, servindo como alternativa ao desemprego por parte dos trabalhadores, além de representar, para estes, uma forma “alternativa de vida”. Além disto, haveria, por parte da população em geral, uma demanda pelos bens e serviços oferecidos pela economia informal, que Offe acredita ser, em certo sentido, possível de ser formalizado:

... não se pode mais esperar que o mercado continue desempenhando o papel que desempenhou durante as décadas do pós-guerra. Isto quer dizer, para falar de forma positiva, que o problema sócio-econômico básico de “alocar os mecanismos de alocação” está novamente na ordem do dia e que, portanto, há uma chance de completar e ampliar o repertório existente de mecanismos alocativos através da institucionalização de modos “informais” de atividade útil (Offe, 1995: 105).

Outro aspecto abordado por Offe refere-se ao questionamento da centralidade do conceito de trabalho para os próprios trabalhadores (Offe, 1989: 26). A isto se deve a circunstância de o trabalho cada vez mais deixar de ser a atividade fundamental para a maior parte dos indivíduos, o que conduz, como consequência, a que o efeito motivacional para o desenvolvimento pleno do trabalho cada vez seja menor, ou como diz o próprio Offe:

A tentativa de construção, a partir da esfera do trabalho, de todo o ambiente de vida como uma unidade subjetiva coerente, é cada vez mais inútil por causa da estrutura temporal e da biografia de trabalho (Offe, 1989: 28).

Assim sendo, fica nítida, na formulação teórica de Offe, sua afinidade com a tese do fim da centralidade do trabalho, o qual deixaria de ter sentido em uma sociedade em que o trabalho assume formas bastante diferenciadas, se comparado com o período do predomínio do trabalho industrial sob vigência do taylorismo-fordismo.

Da mesma forma que Offe, Touraine também busca argumentos derivados do crescimento do número de trabalhadores inseridos no setor terciário em relação aos do setor secundário, como uma certeza não só da diminuição do papel central do trabalho na criação de riqueza capitalista, como de qualquer possibilidade de construção de uma

alternativa socialista à humanidade¹⁵. O socialismo só teria sentido como alternativa a uma sociedade de caráter industrial, com o fim do trabalho como força ao redor do qual orbitariam as relações de classe, a crença na construção de uma sociedade dirigida pelos trabalhadores deixa de ter sentido.

Outro autor bastante em voga, ocupado senão com a série de questões que envolvem a centralidade do trabalho, mas com o desemprego tecnológico, é Rifkin, que acredita estar sendo construído um “mundo sem trabalhadores”. O autor ressalta a todo o momento as vantagens das inovações tecnológicas para a humanidade e, ao mesmo tempo, demonstra sua preocupação com o exército de trabalhadores que estaria sendo excluído do processo produtivo. Rifkin chega a determinar a hora da execução do “réquiem para a classe trabalhadora”, em que os trabalhadores estariam perdendo a vida não somente de forma psicológica, resultado dos efeitos devastadores sobre suas mentes, como depressão, vergonha, sensação de inutilidade, como também através do suicídio que muitos cometem por não suportar a situação de desemprego a que são submetidos pelas mudanças operadas no mundo do trabalho¹⁶.

Ao formular sua tese de que está chegando o fim do trabalho e da classe trabalhadora, e apontando a necessidade da redução da jornada de trabalho como solução para minimizar o desemprego, Rifkin deixa clara a fragilidade de sua tese ao admitir que, na verdade, o desemprego tem aumentado, mas a importância do trabalho

¹⁵ Segundo os Dados sociais publicados pelo INSEE (edição de 1978), a população operária aumentou de 1,5%, de 1962 a 1968, de 0,9%, de 1968 a 1975, enquanto, durante esses mesmos períodos o número de empregados do setor terciário aumentou de 3,8 e 3,6% e dos funcionários de nível médio, de 4,9 e 4,7%, e dos funcionários de nível superior e profissionais liberais de 4,5 e 5,6%. A nítida desaceleração do crescimento, grave crise de setores como a siderurgia acabaram por acentuar ainda mais a diminuição relativa da população operária. A indústria, além de não criar mais empregos, também os perde. As previsões para o período 1976-1983 anunciam um aumento de 288 mil pessoas na população ativa, mas uma baixa de 466 mil na população industrial, quase tão forte quanto a baixa na população agrícola (520 mil) (Touraine, 1988: 46).

¹⁶ Baseando-se em estudo feito com trabalhadores norte-americanos que sofreram os impactos das inovações tecnológicas, Rifkin salienta: *Em seu estudo sobre os desempregados “inveterados”, Cottle descobriu uma progressão comum de sintomas. No primeiro estágio do desemprego, os homens que entrevistara externavam sua raiva e sua frustração contra ex-colegas e empregadores. Em alguns lugares do país, o local de trabalho tornou-se uma virtual zona de guerra, com empregados demitidos atirando em seus colegas e em empregadores com frequência crescente. O homicídio agora é a terceira maior causa de mortes no ambiente de trabalho (Rifkin, 1996: 216).*

como categoria fundamental na criação de riqueza capitalista não tem de maneira alguma diminuído:

A revolução da produtividade tem, portanto, afetado a quantidade de horas trabalhadas de duas maneiras. A introdução das tecnologias economizadoras de tempo e de trabalho têm permitido às empresas eliminarem trabalhadores em massa, criando um exército de reserva de trabalhadores desempregados com tempo ocioso, ao invés de tempo livre à sua disposição. Aqueles que ainda se seguram em seus empregos estão sendo forçados a trabalhar mais horas, em parte para compensar a redução de salários e de benefícios (Rifkin, 1996: 245).

Os ganhos de produtividade decorrentes da chamada Revolução Tecnológica deveriam, para Rifkin, ser distribuídos de modo que a redução da jornada de trabalho fosse uma realidade, e que o setor estatal impulsionasse a geração de empregos no terceiro setor.

Uma versão mais otimista do problema é oferecida por De Masi, que considera de fundamental importância a humanidade finalmente libertar-se do trabalho na sociedade pós-industrial. Para De Masi, as inovações tecnológicas estariam propiciando o desenvolvimento de uma sociedade provida de uma infinidade de produtos, porém com necessidade de poucos produtores:

Graças à tecnologia, aumentarão os produtos e diminuirão os produtores, de modo que uma sociedade não mais industrial disporá dos produtos da indústria em uma quantidade muito maior do que ocorria na sociedade industrial (De Masi, 1999a: 29-30).

Considerando que as máquinas irão ocupar-se de quase todo o trabalho de ordem física, os homens estariam livres para desenvolver toda a sua potencialidade com o seu tempo livre, ou o que o autor preferiu chamar de “ócio criativo”¹⁷. De Masi parece não se importar com a lógica do capital, que é a acumulação de capital através da exploração do trabalho assalariado. Para ele, a preocupação dos trabalhadores deverá restringir-se sobre o que fazer em seu tempo livre, o que, infelizmente, tendo que discordar do otimismo do autor, percebe-se que ainda é privilégio de poucos.

¹⁷ Esta temática é desenvolvida em várias obras do autor, como *Desenvolvimento sem Trabalho* (1999b), *O Futuro do Trabalho* (1999c) e *O Ócio Criativo* (2000).

Neste trabalho, enfatiza-se a discussão acerca das idéias de dois dos principais defensores da tese do fim da centralidade do trabalho, André Gorz e Adam Schaff¹⁸. A opção pela ênfase sobre os dois autores deve-se ao fato de serem estudiosos de grande prestígio no mundo acadêmico, tendo sido considerados, por um longo período, eminentes representantes do pensamento marxista¹⁹. Apesar de ainda, em seus mais recentes trabalhos, utilizarem o referencial teórico marxista, ao adotarem a tese do fim da centralidade do trabalho, estão negando cada vez mais as teses originais do pensamento marxiano, calcadas na centralidade do trabalho, sendo este o elemento decisivo na construção da riqueza capitalista. Um outro motivo para a escolha das obras dos dois autores como sendo o fulcro da discussão sobre o fim da centralidade do trabalho é a influência declarada que ambos tiveram sobre as mudanças de rumos da esquerda reformista no Brasil²⁰.

Em termos gerais, o aspecto principal da tese do fim da centralidade do trabalho é a observação do surgimento de uma sociedade pós-industrial, em que o trabalho deixaria de ter pesos quantitativo e qualitativo atribuídos em outros tempos. Em conseqüência, se o trabalho não têm mais, na atualidade, a importância que teve na criação de riqueza capitalista no passado, não caberia mais à classe trabalhadora

¹⁸ A importância dos dois autores, que representam pensamentos basilares na discussão acadêmica sobre a questão da centralidade do trabalho e do futuro da classe operária, pode ser verificada na reprodução de um debate promovido pela *Revista Internacional* com a presença de André Gorz, Adam Schaff, Ernst Wimmer e Rudolf Dressler, no Brasil publicado pelo jornal *Voz da Unidade*. Também sobre a importância de Gorz e Schaff na referida discussão, ver artigo do dirigente do Partido Comunista da Áustria, Ernst Wimmer na *Revista Internacional - Problemas da Paz e do Socialismo* (1987).

¹⁹ Entre as principais obras de Gorz, tendo como referencial o pensamento marxista, destacam-se, entre outras, *The Traitor, Historia y Enajenación, O Socialismo Difícil, Estratégia Operária e Neocapitalismo, Crítica da Divisão do Trabalho, Técnica, Técnicos y Lucha de Clases*. De Schaff, pode-se destacar *O Marxismo e o Indivíduo, Marxismo e Existencialismo, História e Verdade, La Alienación como Fenómeno Social, A Sociedade Informática*.

²⁰ Segundo Braga, as posições próximas às de Gorz sobre a problemática da crise do trabalho podem ser encontradas nos textos e pronunciamentos de Tarso Genro. Para Braga (1998: 31), a discussão sobre o desenvolvimento das forças produtivas e a conseqüente crise do trabalho encontrariam em Gorz o debate original, enquanto, em Genro, a discussão seria apresentada em versão vulgarizada. Quanto à Adam Schaff, é patente a proximidade do ex-militante comunista Roberto Freire e seus seguidores com seu pensamento: *O trabalho, como lembrou recentemente Adam Schaff, não é unicamente a atividade para receber dinheiro e com ele garantir a sobrevivência. Mas sim, fundamentalmente, para proporcionar ao indivíduo o sentido de sua dignidade e de pertencer à sociedade... Estamos vivendo o início do fim da civilização industrial, que cede lugar à do conhecimento e da informação. A nova conceituação "mundo do Trabalho", fruto da revolução técnico-científica, amplia e substitui o conceito de classe operária forjado*

reivindicar aquilo que lhe seria de direito: a propriedade dos meios de produção e a superação positiva do capitalismo por um novo modo de produção calcado na propriedade social dos meios de produção, e do monopólio do poder político nas mãos da classe trabalhadora.

1.3 André Gorz: do socialismo reformista ao “Adeus ao Proletariado”

André Gorz, autor de origem austríaca, mas radicado na França há muitos anos, celebrizou-se, no início dos anos 80 como um dos principais defensores da tese do fim da centralidade do trabalho, através da publicação de *Adeus ao Proletariado*. No entanto, antes de canalizar a discussão em torno de sua mais polêmica obra e das posteriores que, em sua maioria, orbitam em torno do mesmo tema, analisar-se-ão alguns aspectos da sua produção científica anterior aos anos 80, onde se encontram, de certa maneira, a base do raciocínio formulado em *Adeus ao Proletariado*, bem como de suas publicações posteriores.

1.3.1 Os caminhos da classe trabalhadora nas obras dos anos 50-60

Gorz, no final dos anos 50, quando tinha uma aproximação ideológica com o existencialismo sartreano, já apresentava alguns pontos de discórdia com a teoria marxista, como pode ser observado em *Historia y Enajenación*, publicado em 1959. Neste livro, Gorz discute o papel do proletariado como classe revolucionária. Em outras palavras, por qual motivo tem sido a esta classe atribuído um papel histórico de transformação social, enquanto, nas demais classes, este papel é negado? É dentro deste espírito que Gorz passa a buscar, em obras de Marx e Engels como *A Sagrada Família*, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, e *Manifesto Comunista*, munição para os questionamentos sobre o papel revolucionário do proletariado.

na revolução industrial e que para a esquerda trazia em si a libertação e a humanização de toda a sociedade (Freire, 1995: 53).

Contra a idéia de que o capitalismo cria condições objetivas e subjetivas para a sua superação, sendo, portanto, inevitável a revolução proletária²¹, Gorz considera que, dentro desta concepção, o proletariado não teria nada que o diferenciasse de outras classes:

Ateniéndonos a esto, parecería que el proletariado, producido por la Historia por las mismas razones que cualquier otra clase, no debería tener sobre las demás ninguna superioridad; sus fines, lo mismo que los de la burguesía, le serían dictados por su situación objetiva. La misma lógica de los hechos que ha producido al mundo capitalista produciría ineluctablemente al mundo socialista. La moral no tendría nada que hacer allí (Gorz, 1992: 171).

O autor, buscando descobrir por que Marx elegeu o proletariado como classe revolucionária²², considera que o proletariado revolucionário seria tão somente o que Marx conheceu no século XIX, no período da revolução industrial.

Gorz considera que o ímpeto transformador do proletariado somente se manifesta quando a sua condição existencial encontra-se ameaçada. Aos menos no moderno capitalismo, a superação positiva do capitalismo pelo comunismo seria uma opção facultativa, e, devido à melhora das condições de vida dos trabalhadores, pouco interesse estes demonstrariam em romper com o capitalismo e deflagrar sua superação pela revolução²³. Aqui se manifesta uma característica que acompanhará o autor até seus trabalhos mais recentes: a observação do mundo apenas pela sua janela.

O que fica patente nos trabalhos de Gorz é que este se mostra incapaz de considerar que o capitalismo não é apenas a Europa, ou mais particularmente, no seu caso, a França. Assim sendo, a melhora das condições de vida da população

²¹ Esta visão pode ser sintetizada por esta citação do *Manifesto Comunista*, utilizada por Gorz em *Historia y Enajenación: Com o desenvolvimento da grande indústria desaparece debaixo dos pés da burguesia a base em que ela produz e se apropria dos produtos. Ela produz antes do mais o seu próprio coveiro. (Totengräber). O seu declínio e a vitória do proletariado são tão inevitáveis um como a outra (Marx e Engels, 1975: 74).*

²² *En qué se fundaba esa preferencia filosófica de Marx por el proletariado? En nombre de qué juzgaba Marx los fines de clase del proletariado como superiores a los de cualquier otra clase pasada o presente? (Gorz, 1992: 172).*

²³ *Com la atenuación de las crisis cíclicas desapareció, pues, en algunos países capitalistas, la ley de la pauperización absoluta; y, con esta, desaparecieron al mismo tiempo la fatalidad del desplome del capitalismo y la necesidad vital que tenía el proletariado de apropiarse los aparatos de producción y de gobierno (Gorz, 1992: 206-7).*

trabalhadora, que o “Estado de bem-estar” promoveu no pós-guerra para os países desenvolvidos, esconde a situação miserável da periferia do capitalismo, o que acabou por desencadear, nos anos 50 e 60, inúmeros movimentos revolucionários no terceiro mundo, alguns deles vitoriosos.

A obra de Gorz, nos anos 60, manifesta várias desavenças com o pensamento da esquerda de então, mas ainda tomando como base teórica o pensamento de Marx²⁴. Em *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, publicado em 1964, enfatiza o que já havia dito em obra anterior, *Historia y Enajenación*, ou seja, que a revolução proletária somente pode surgir se a sobrevivência daquela classe está em jogo, sendo que a miserabilidade dos trabalhadores havia deixado de ser um fator impulsionador do ímpeto revolucionário.

No período do predomínio da “era de ouro” do capitalismo, as demandas populares estariam de modo geral sendo atendidas pelas burguesias dos países desenvolvidos, sendo a miséria restrita a apenas 1/5 da população da França e dos EUA (Gorz, 1968a: 9). O que ocorreria nos países desenvolvidos seria um “aburguesamento das massas”, que, com o advento do Estado de bem-estar, estariam voltados à conquista dos bens de consumo das camadas médias. A tendência dominante das grandes corporações industriais não seria mais o processo de expansão da superexploração do trabalho, tão presente em outras fases do capitalismo, mas sim, a busca pela “integração dos trabalhadores” (Gorz, 1968a: 57).

Partindo desta premissa inicial, Gorz entende que a formulação teórica elaborada pela esquerda francesa, em especial pelo Partido Comunista Francês, na busca pela revolução proletária, estaria equivocada²⁵, ao acreditar que a ascensão do socialismo viria pela própria crise do capitalismo.

²⁴ Sobre a crítica de Gorz à esquerda tradicional e sua relação com o pensamento marxiano e marxista, assim explica Queiroz: *Principalmente, era necessário retomar as contribuições de Marx para, a partir delas, apreender criativamente a forma e a estrutura do que designava por neocapitalismo. Ao mesmo tempo, em sentido inverso, Gorz ressaltava que a admissão das transformações do capitalismo era um procedimento que ajudaria a salvar o marxismo do monocórdico dogmatismo e restabelecê-lo como instrumental teórico imprescindível ao movimento operário* (Queiroz, 1999: 16).

²⁵ *A questão essencial será pois saber em que necessidades se consolida a exigência do socialismo, quando a urgência nascida da miséria se encontra enfraquecida; e em que condições essas necessidades podem tomar consciência de si próprias como necessidades de transformar radicalmente a*

Assim sendo, não haveria uma crise do movimento operário, mas sim, uma crise da teoria do movimento operário que, com suas teses ultrapassadas, poderia muitas vezes conduzir à piora da situação dos trabalhadores, que deveriam opor-se a um futuro governo de esquerda, se não houver a formulação de um programa teórico em sintonia com a realidade apregoada por Gorz:

Na falta desse programa, não somente os trabalhadores terão direito de temer por seus empregos no caso de vitória da esquerda, como ainda, esta, uma vez no poder, será ou incapaz de suprimir o programa "força de impressão", para não levar milhares de trabalhadores ao desemprego, ou dividida entre a vontade política de abandonar esse programa e a pressão da base sindical das fábricas para a qual o programa existente se confunde com a defesa de seu emprego (Gorz, 1968a: 68).

O que o autor deixa claro, nesta fase de sua obra, é que a esquerda francesa deveria abdicar das tradicionais formas de luta pelo socialismo para empenhar-se na busca por "reformas revolucionárias"²⁶, que fariam com que as vitórias parciais conquistadas pelos trabalhadores conduzissem à triunfal superioridade do socialismo sobre o capitalismo, aos olhos de todos. O termo "reformas revolucionárias" se justifica devido a Gorz, ainda nos anos 60, não se assumir como social-democrata, e sim como socialista, como ele esmiuça melhor em *O Socialismo Difícil*²⁷, publicado em 1967.

Uma crítica que pode ser feita às reformas propostas pelo autor é que, por centrarem-se na luta por poderes parciais autônomos em detrimento de poderes

sociedade (Gorz, 1968a: 10). Também no plano das lutas sindicais, Gorz demonstrava discordância com a tradicional esquerda francesa no final dos anos 60 que, segundo ele, reivindicava demandas divorciadas da realidade: Pues no basta con que una reivindicación sea objetivamente incompatible con el sistema para que su adopción denote, sostenga y fundamente el proyecto revolucionario de acabar con el capitalismo. Si es cierto que es preciso destruir el capitalismo para obtener 200 liras más por hora, de allí no se deriva que al reivindicar 200 liras más por hora se libere efectivamente un combate revolucionario de destrucción del capitalismo. Si así fuera, el PCF y la CGT habrían hecho la revolución hace ya tiempo (Gorz, 1973: 74).

²⁶ O que Gorz chama de "reformas revolucionárias", é a conquista, pelos trabalhadores, de certos poderes locais que impulsionem conquistas maiores: *A tomada do poder revolucionário está fora do jogo, a espera leva o movimento operário à desagregação. A única linha possível é a de conquistar, desde já, poderes que o preparem para a direção da sociedade, e permitam-lhe, nesse meio tempo, controlar e orientar a evolução, colocar em ordem os mecanismos antagonísticos que restringem ou deslocam o poder do capital (Gorz, 1968a: 14).*

²⁷ O fato de dirigentes social-democratas e forças socialistas se encontrarem de acordo quanto à necessidade de certas reformas não deve, de forma alguma, enganar sobre a diferença fundamental de suas perspectivas e de seus objetivos respectivos (Gorz, 1968b: 78).

subalternos (a terminologia é de Gorz), o movimento operário pode entender estas conquistas parciais como um fim em si mesmo, abdicando, assim, do aprofundamento da luta pela conquista da propriedade social dos meios de produção, e da tomada do poder político pelas mãos dos trabalhadores. Também pode-se argumentar que, se, para Gorz, o ímpeto revolucionário só se dá em uma situação de miserabilidade da classe trabalhadora, seguindo o seu raciocínio, seria talvez interessante ao movimento operário utilizar a política do “quanto pior, melhor”, e desta maneira, reacender a chama revolucionária apagada pelo Estado de bem-estar, o que não teria sentido.

Por outro lado, Gorz, ao propor-se a resgatar o legado da teoria marxiana e marxista, cai em contradição ao tecer críticas ao então chamado socialismo real, que estaria fugindo dos fundamentos básicos do pensamento de Marx²⁸, ao mesmo tempo em que considera que a ação dos partidos operários deve centrar-se em cima das especificidades locais e históricas. E o que seria o socialismo real, com todos os seus acertos e fracassos, senão a adaptação das teses marxistas, pelos partidos operários, para a realidade de países capitalistas atrasados?

Outro aspecto importante a ser ressaltado, na obra de Gorz dos anos 60, é que uma série de tarefas deveriam ser executadas pelo movimento operário para o aprofundamento das “reformas revolucionárias”, como, por exemplo, os sindicatos deveriam ter uma maior participação nas escolas profissionalizantes, para que dali não saíssem indivíduos acrílicos e bitolados; os sindicatos também deveriam possuir um maior poder sobre os aspectos que envolvam a organização do trabalho, incentivando o desenvolvimento pleno das potencialidades dos trabalhadores; os sindicatos deveriam exercer uma maior participação na divisão do trabalho, visando uma maior integração entre o progresso técnico e o humano; entre outras (Gorz, 1968a: 52-53).

O que chama a atenção, neste rol de tarefas, é que dificilmente, dentro do modo de produção capitalista, os trabalhadores, tendo estas demandas atendidas, darão um passo muito amplo no sentido da sua libertação do capital. Como o próprio Gorz afirma, há um crescente processo de “aburguesamento” do proletariado, e medidas como

estas, na verdade, teriam muito mais compromisso com o aumento da produtividade do trabalho, o que interessa aos donos do capital, do que propriamente com a libertação dos trabalhadores da exploração capitalista.

1.3.2 A defesa do “ecologismo” na obra dos anos 70

Se, na obra dos anos 50-60, fase em que buscava conciliar o existencialismo sartreano com o marxismo, Gorz ainda tentava mostrar-se um expoente defensor do legado marxiano, em sua obra dos anos 70, vai preocupar-se com a defesa de temas ecológicos e, fundamentalmente, nos anos 80-90, na formulação da tese do fim da centralidade do trabalho, em que vai salientar-se como um dos principais mentores.

A “fase ecológica” de Gorz inaugura-se com a publicação de *Ecology as Politics* em 1975, que reaparece com alterações com o nome de *Ecología y Libertad* em 1977, sob o pseudônimo de Michel Bosquet²⁹. O tema é retomado em 1991, com *Capitalisme, Socialisme, Écologie*, quando Gorz busca fazer uma revisão crítica de muitas formulações teóricas de sua obra neste período.

A análise de Gorz parte da premissa de que estaria ocorrendo com o advento do desenvolvimento das forças produtivas, uma oportunidade sem precedentes para a libertação dos trabalhadores. Se em trabalhos precedentes Gorz falava que o Estado de bem estar havia enterrado as possibilidades de uma superação positiva do capitalismo pelo socialismo, pois as massas só se insurgiriam contra o capital em caso de miserabilidade, o autor passa a perceber que:

El crecimiento económico, que debía garantizar la abundancia y el bienestar para todos, ha hecho crecer las necesidades más rápidamente de lo que podía satisfacerlas, desembocando así en un conjunto de callejones sin salida que no son únicamente de orden económico. Por consiguiente, el capitalismo de crecimiento no sólo está

²⁸ Mas então a questão se coloca também no sentido de saber de que maneira esse socialismo de guerra ou este socialismo de raridade, que não tem muito a ver com o socialismo tal como o concebera Marx, pode ser reconquistado de suas alienações e devolvido à sua finalidade inicial (Gorz, 1968a: 24).

²⁹ André Gorz assinava como Michel Bosquet, desde 1951, os textos que ele considerava essencialmente jornalísticos, e como André Gorz, os textos que exigiam um maior aprofundamento teórico, que, em seu entender, fugiriam às características do texto jornalístico. Sobre isso ver a “advertência” no início de *Ecología y Libertad*, e também em *Andre Gorz – A Critical Introduction* de Lodziak e Tatman (1997: 141).

en crisis por su condición de capitalista, sino también porque es de crecimiento (Gorz/Bosquet, 1979: 11-12).

A crítica feita ao crescimento industrial desmesurado dos países capitalistas estaria trazendo uma nova crise de superacumulação³⁰, na qual os fatores tecnológicos teriam grande impacto. Aqui novamente Gorz aproveita para criticar a esquerda, ao dizer que a crise não havia sido prevista pelo marxismo, que estaria, desta forma, perdendo seu “valor profético”.

Sendo a lógica do capital crescer para não ser excluído, a concorrência entre os capitalistas impulsiona a busca pelo aumento da produtividade e da rentabilidade, o que faz com que as inovações tecnológicas, com a utilização de máquinas cada vez mais modernas e eficientes, caminhem a passos largos, diminuindo, assim, a necessidade da utilização do trabalho vivo.

O resultado direto destas medidas é a queda do nível de salários e a desqualificação do trabalho, pelo lado do trabalho; e a diminuição da taxa de lucro pelo lado do capital, o que faz Gorz socorrer-se de Marx, autor que ele iria renegar em trabalhos posteriores:

Marx demostró que, más pronto o más tarde, la tasa de beneficio empezará a descender. mientras más capital se utiliza para producir una misma cantidad de mercancías, más tiende a disminuir el beneficio que se obtiene de esta producción en comparación con la masa de capital utilizada. Esta masa no puede crecer hasta el infinito, como es evidente (Gorz/Bosquet, 1979: 32).

Como elementos utilizados para contrapor-se à diminuição da taxa de lucro, Gorz acredita que a opção feita pelo capital se deu na expansão da produção, acrescida da diminuição de sua durabilidade, e no aumento dos preços dos produtos, justificados pela sua maior sofisticação. O resultado desta política manifesta-se no aumento da quantidade de produtos supérfluos expostos no mercado³¹, que em muito pouco

³⁰ Esta crise teria, além das características de uma crise de superacumulação tradicional, uma crise de reprodução devido à escassez de recursos naturais (Gorz/Bosquet, 1979: 39).

³¹ Em artigo publicado em 1971, *Técnica, Técnicos e Luta de Classes*, Gorz já havia tratado do tema: *O problema, com efeito, que devem enfrentar os monopólios é impedir a saturação do seu mercado e entreter uma demanda contínua e, se possível, crescente de mercadorias trazendo o máximo de lucros.*

melhora a satisfação da população, e que, além disso, utiliza recursos naturais não renováveis de forma descontrolada.

Baseando-se na tese do economista romeno Nicholas Georgesco-Roegen³², Gorz enfatiza que é necessário diminuir o crescimento econômico e, em consequência, o consumo. Como defesa deste argumento, considera que a diminuição do crescimento econômico, ao contrário do propagado pela maioria dos economistas, não causa um agravamento nas desigualdades sociais³³. O mesmo argumento seria válido para um regime socialista³⁴, já que seria contraditório inserir a prática do desperdício produtivo em um país sob este modo de produção.

A solução para a crise capitalista estaria em uma mudança na lógica imposta pelo capital. Seria necessário criar uma nova sociedade que não fosse regida pela política do consumismo, abandonando a prática utilizada pelos donos do capital, na qual as necessidades de consumo são impostas aos consumidores, fazendo com que a desigualdade social torne-se ainda mais saliente. Seria necessário utilizar a seguinte lógica:

“Mejor” puede significar “menos”: crear el mínimo de necesidades, satisfacerlas con el menor dispendio posible de materiales, de energía y

Há um único meio de atacar esse problema: lançar continuamente novos produtos que “tiram de moda” os produtos para os quais o mercado está próximo da saturação, substituindo-os por produtos diferentes, mais sofisticados, apresentando alguma novidade – mas que servem para o mesmo uso (Gorz, 1996a: 220-221).

³² Gorz considera Nicholas Georgesco-Roegen como o único economista a admitir a inabilidade da teoria econômica em incorporar-se à nova realidade ecológica mundial, ao admitir que, mesmo estando estabilizado o consumo dos recursos limitados, eles esgotarão inevitavelmente, o que deveria obrigar a que o consumo fosse reduzido para postergar-se o esgotamento dos recursos naturais. Aqui Gorz vai demonstrar suas desavenças com algumas teses do Clube de Roma (Gorz/Bosquet, 1979: 14) (Gorz, 1987b: 210).

³³ *Habitualmente se objeta que el cese o la inversión del crecimiento perpetuaría o incluso agravaría las desigualdades, trayendo consigo un claro deterioro de la condición material de los más pobres. Pero quién há dicho que el crecimiento elimine las desigualdades? Las estadísticas demuestran todo lo contrario (Gorz/Bosquet, 1979: 14).*

³⁴ A defesa da causa ecológica em Gorz chega a um ponto tal que é colocada acima das ideologias, o “ecologismo” é visto como um movimento de rebelião da sociedade civil contra as tendências tanto de direita como de esquerda. Nesta mesma linha de raciocínio, diz preferir um capitalismo sem energia nuclear do que um socialismo com energia nuclear (Gorz/Bosquet, 1979: 27), o que joga em um plano secundário outras diferenças fundamentais entre os dois modos de produção, como exploração dos trabalhadores pelo capital, alienação do trabalho (categoria tão importante em sua obra), concentração e centralização do capital, e todos os demais aspectos que envolvem a relação capital-trabalho no capitalismo.

de trabajo, causando los menos perjuicios posibles (Gorz/Bosquet, 1979: 39).

A sociedade de consumo e a divisão capitalista do trabalho enterrou a capacidade de autonomia dos trabalhadores, sendo que a dominação do capital sobre os trabalhadores ocorre não só através da produção, mas também do consumo, além de que, para Gorz, a escola passa a ser um instrumento de extrema relevância na perpetuação deste domínio³⁵.

Para romper com a heteronomia do trabalho³⁶, restituindo assim, a autonomia dos trabalhadores, é necessário dar estímulo a atividades liberas da lógica mercantil, com a construção de um modo de produção que dê ênfase ao pleno desenvolvimento dos recursos renováveis, bem como ao consumo decrescente de energia e matérias-primas não renováveis (Gorz/Bosquet, 1979: 63).

Gorz não considera a heteronomia um fenômeno típico do capitalismo, pois acredita que o problema manifesta-se, de igual maneira, no socialismo. A diferença seria que a dominação sobre o trabalhador, no capitalismo, ocorre através do capital; enquanto, no socialismo, ocorre pelas mãos do Estado, sem levar em consideração o caráter de novo tipo de um Estado desenvolvido em um modo de produção socialista.

É a busca de um trabalho autônomo³⁷, em que o trabalhador consiga desenvolver plenamente suas capacidades, e sinta, desta maneira, prazer pela

³⁵ Partindo dos estudos de Ivan Illich, Gorz discute, em artigo publicado em 1973, o papel que a educação representa na reprodução da hierarquia da fábrica, e da instrução técnica como instrumento de poder sobre os trabalhadores: *Se são escolarizados é que, com o pretexto da instrução e enquanto ela se processa (desviada de seu objetivo aparente), pretende-se "socializá-los" de uma certa maneira: ensinar-lhes a veneração pelo "Saber dos Outros" e pela cultura erudita monumental, em detrimento da cultura viva não codificada; ensinar-lhes a submissão, a disciplina, o respeito pela hierarquia. É precisamente isso que não funciona mais: a crise da Escola (da instrução escolar) e do despotismo de fábrica estão ligadas (Gorz, 1996b: 85).*

³⁶ A heteronomia é definida por Gorz como sendo o conjunto de atividades especializadas que os indivíduos tomam como funções coordenadas, vindas do exterior por uma organização previamente estabelecida. Sob a esfera da heteronomia, os indivíduos seriam vistos como mera engrenagem de uma grande máquina (Gorz, 1991: 51).

³⁷ Gorz prevê que dois tipos de trabalho podem conviver ao mesmo tempo: o trabalho social, que com a diminuição da jornada de trabalho tornar-se-á cada vez mais insignificante, e o trabalho autônomo, em que os indivíduos podem liberar suas capacidades criativas. Esta posição de Gorz é assim explicitada por Dall'oglio: *Tudo o que não requer uma produção subdividida e coordenada de modo especializado em ampla escala pode ser autogerido. Mas, além disso, esse tipo de produção heterônoma pode ser restrito a relativamente poucas atividades e, no âmbito dessas, pode ser efetivada uma redução do tempo de*

execução de sua tarefa; na redução da jornada de trabalho, como forma de extirpar a pobreza e o desemprego; bem como no fortalecimento das relações de cooperação entre os indivíduos, que Gorz acredita que a nova sociedade, baseada no “ecologismo”³⁸, deve desenvolver-se.

1.3.3 As décadas de 80-90 e o fim do proletariado em Gorz

No ano de 1980, é publicado *Adeus ao Proletariado*, sem dúvida, a obra mais polêmica de Gorz, a qual representou o rompimento definitivo com o marxismo, processo que se encontrava em curso em suas obras anteriores.

É falando de uma crise do marxismo que Gorz inicia sua obra, partindo da afirmação de que a teoria marxista não teria mais propostas a oferecer à construção de uma sociedade do futuro. Não é gratuito que seu primeiro capítulo inicie por uma seção chamada de “O proletariado segundo São Marx”. A aceitação da teoria marxista é vista por Gorz como sendo a defesa de princípios calcados em um caráter de âmbito religioso, mas que se proclama respaldada na ciência.³⁹

Em seu afã de mostrar-se disposto a desprender-se do rótulo de autor de tendência marxista, Gorz busca mexer com um tema que é muito caro ao pensamento marxiano e marxista: a problemática do futuro do trabalho no capitalismo.⁴⁰

trabalho necessário. Aumentam assim as atividades livres e autogeridas, destinadas à produção de bens de uso em detrimento das relações mercantis (Dall'oglio, 1999: 279).

³⁸ Anos mais tarde, em uma entrevista realizada em 1993 e publicada em 1997, Gorz admite não concordar mais com suas formulações teóricas da fase “ecológica”: *Ecologia era para mim a revolução sob uma diferente forma e um diferente ângulo. Desde que você não pode revolucionar a sociedade a partir da reorganização do trabalho industrial, a política ecológica era o mais perfeito meio para mostrar que o sistema capitalista não pode sobreviver a menos que totalmente voltado a aquela política... Era uma teorização visando à reconciliação entre a ciência e revolução. Você não pode encontrar revolução na ciência. Deste modo, eu tenho muita autocritica de meus escritos originais sobre ecologia (Gorz, 1997a: 125).*

³⁹ Em uma entrevista realizada em 1980, pouco depois da publicação de *Adeus ao Proletariado*, Gorz reafirma a crítica de o marxismo possuir um caráter próximo ao religioso, crítica esta que estaria fazendo há pelo menos 30 anos: *O marxismo, sob suas formas sucessivas, nunca deixou de carrear uma religião do proletariado. Tudo está lá: a crucifixão, a ressurreição e a salvação pela fé... Quando descobrimos o caráter religioso de uma teoria que se pretende fundada na ciência, não podemos continuar “bons devotos”: estamos destinados à contestação (Gorz, 1989:169).*

⁴⁰ Este tema seria desenvolvido por Gorz em obras posteriores como *Los Caminos del Paraíso* (1986), *Metamorfosis del Trabajo* (1991) e *Misérias del Presente, Riqueza de lo Posible* (1998a).

O futuro da classe trabalhadora é muito claro para o autor, estando perdida em meio às transformações trazidas pelo capitalismo moderno. Assim sendo, a revolução microeletrônica estaria inaugurando a era da abolição do trabalho, que, para Gorz, seria portadora de um duplo sentido:

- a) *la cantidad de trabajo necesario decrece rápidamente hasta convertirse en marginal en la mayoría de las producciones materiales y de las actividades de organización;*
- b) *el trabajo ya no implica un enfrentamiento del trabajador con la materia. La transformación de ésta ya no es el resultado de una actividad inmediata completa y soberana (Gorz, 1986: 56).*

O processo de inovação tecnológica, como observado no início deste capítulo, originou-se, fundamentalmente, da crise de acumulação capitalista, e da conseqüente diminuição da taxa de lucros. Para contrapor esta tendência, é que o capital sente-se impulsionado a substituir trabalhadores por sofisticadas máquinas.

À luta de classes é atribuído um peso importante na construção de todo este processo de inovações tecnológicas, sendo a classe trabalhadora, para Gorz, com seus ganhos salariais acentuados na fase capitalista de maior crescimento, a grande responsável pela crise de acumulação, o que praticamente obrigava os capitalistas a tomarem uma reação frente às crescentes conquistas do movimento operário:

La restructuración de la organización taylorista del trabajo y la instauración de equipos más rentables tuvieron que llevarse a cabo en caliente, en un momento en el que el rápido aumento de los salarios ya había hecho disminuir las tasas de ganancia y la combatividad obrera había provocado las crisis en el gobierno de las empresas (Gorz, 1986: 28).

Desta forma, a reação tomada pelo capital, com a introdução da revolução microeletrônica, é aceita como sendo uma ação quase natural e até, de certa maneira, compreensível, resultado da busca pela manutenção de suas margens de lucros.

A chamada revolução microeletrônica⁴¹ em curso teria uma acentuada diferença com relação às grandes transformações tecnológicas do período de predomínio

⁴¹ A expressão "revolução microeletrônica" é utilizada por Gorz devido às inovações tecnológicas representarem um incremento tanto sobre o capital constante (fixo e circulante) como sobre o variável, sendo este o aspecto inovador e que justificaria a expressão (Gorz, 1986: 51).

industrialista⁴², pois, enquanto aquelas manifestavam um nítido caráter centralizador, a microeletrônica pode tanto resultar em uma gigantesca centralização produtiva como em formas autônomas de produção. Outra inovação que a revolução microeletrônica trouxe é que, ao contrário das revoluções técnicas anteriores, não só os postos de trabalho não-qualificados estariam sendo extintos, como também os trabalhadores mais qualificados e intelectualizados de maneira geral, tanto da indústria, quanto do setor terciário⁴³, também estariam sofrendo as conseqüências da nova organização produtiva.

As metamorfoses no mundo do trabalho, delineadas a partir do incremento tecnológico introduzido pelo capital, mostram-se de vital importância para a destruição da consciência do operário, e também para diminuir sua importância na produção capitalista. O “poder operário”, entendido como a soberania do operário na esfera do conhecimento técnico sobre o que está sendo produzido, vai deteriorando-se aos poucos, sendo que a autonomia do trabalhador é substituída por uma estrutura hierárquica em que uma série de intermediários entre o patrão e o operário apresentam-se, na forma do que Gorz chama de “suboficiais de poder”, trabalhadores de origem proletária, a quem o patronato atribui determinados poderes de direção e controle.

A perda de autonomia no trabalho e do conseqüente “poder operário”, faz com que a possibilidade do proletariado tradicional aspirar a ser o sujeito histórico da revolução socialista passe a ser uma utopia⁴⁴. O desaparecimento da soberania do

⁴² Buscando apresentar uma evolução histórica no processo de automação, Coriat a divide em três fases: - *La primera es la que cubre la década de 1950. Ve nacer y consolidarse dos innovaciones fundamentales: la línea de traslado por una parte, y la máquina herramienta de control numérico (MHCN) por la otra.* - *La segunda es la que va de la década de los sesenta a mediados de la dos setenta. Es la de la informatización de los controles de procesos, mientras las innovaciones de la era anterior siguen progresando lentamente.* - *Y finalmente la nuestra que es la que, sacando partido de las dos eras precedentes, fusiona sus recursos potenciales, proyectando la automatización a una nueva era: la de la microelectrónica (Coriat, 1996: 39).*

⁴³ *El principal objetivo de la automatización y de la informatización es más bien abolir (robotizándolos) los puestos de trabajo no cualificados y, accesoriamente, banalizar y homogeneizar los puestos hasta entonces más cualificados (Gorz, 1986: 167).*

⁴⁴ A posição de Gorz em *Adeus ao Proletariado* é bem clara a respeito da impossibilidade da superação positiva do capitalismo pelo proletariado: *Com o desaparecimento do operário profissional polivalente, sujeito possível de seu trabalho produtivo e, portanto, sujeito possível da transformação revolucionária*

trabalho destruiria o que Gorz chama de “fundamento duplo do socialismo científico”, que seria, em primeiro lugar, a condução do processo revolucionário pela classe majoritária (proletariado) e, em segundo lugar, a existência de uma contradição entre, por um lado, a soberania do trabalho operário e de suas relações de trabalho, e, de outro, a constante negação da soberania operária pelo capital (Gorz, 1987a: 85-86).

Desta forma, o trabalhador operário não deveria mais lutar pela tomada do poder, pois o trabalho não seria mais fonte de poder, bem como teria deixado de ser um atributo exclusivo do trabalhador, ou seja, este estaria exercendo uma atividade passiva, sem ser o agente fundamental no processo de produção (Gorz, 1987a: 86). O trabalhador estaria subordinado ao trabalho e não o inverso, sendo o trabalho uma atividade que tenderia a acontecer fora do domínio dos trabalhadores.

Com a decadência da classe trabalhadora, é posta em xeque sua atribuição de agente criador de riqueza, bem como seu papel histórico de classe revolucionária, surgindo desta crise o que Gorz chama de “não-classe de não-trabalhadores”:

Durante mais de um século, a idéia de Proletariado conseguiu mascarar sua irrealidade. Essa idéia, hoje em dia, está tão ultrapassada quanto o próprio Proletariado, porque em lugar do trabalhador coletivo produtivo, nasce uma não-classe de não-trabalhadores que prefiguram, no interior mesmo da sociedade existente, uma não-sociedade na qual as classes seriam abolidas juntamente com o próprio trabalho e com todas as formas de dominação (Gorz, 1987a: 87).

Esta chamada não-classe de não-trabalhadores seria composta por todos os indivíduos que estivessem à margem do processo produtivo⁴⁵. Este grupo estaria em

das relações sociais, desapareceu a classe capaz de tomar sob sua responsabilidade o projeto socialista e realizá-lo nas coisas (Gorz, 1987a: 85).

⁴⁵ A respeito da caracterização da chamada “não-classe dos não-trabalhadores” como sendo de indivíduos à margem da sociedade, aproximando-se do lumpensinato, que é o que nitidamente conclui-se da leitura de *Adeus ao Proletariado*, Gorz, em entrevista ao *Le Monde*, nega esta interpretação, na verdade, reformulando sua caracterização feita anteriormente: *Não se trata nem dos marginais nem de tomada do poder. Eu chamo de “não-classe dos não-trabalhadores” não os excluídos da produção, mas todos aqueles que não conseguem mais se identificar com seu trabalho assalariado e que reclamam não um “emprego” melhor, mas uma vida em que as atividades autodeterminadas predominem sobre o trabalho heterodeterminado, por mais bem pago que seja. Trata-se de exigências realistas (Gorz, 1989: 174).* Em outra entrevista, anos depois de publicar *Adeus ao Proletariado*, Gorz novamente busca explicar o que quis dizer com a tal “não-classe dos não-trabalhadores”: *A lo qué llamé “no clase de no trabajadores” no fue un estrato identificable y organizable, sino la apariencia de un cambio cultural muy amplio, qué ha continuado ganando terreno desde entonces: los individuos ya no se identifican con su*

confronto com o que Gorz chama de “minoría privilegiada”, que seria a classe operária inserida no mercado de trabalho. Para Gorz (1987a: 89), a maioria da população pertenceria a este “neoproletariado pós-industrial”, que se encontra sempre sujeito a exercer uma atividade inferior à sua capacidade, e sempre prestes a retornar à condição de desempregado. Disto conclui-se que Gorz passa a observar, no proletariado tradicional, uma classe inserida no sistema⁴⁶, enquanto que o chamado neoproletariado pós-industrial estaria sujeito a algum tipo de ação transformadora⁴⁷.

Os trabalhadores assentados na “elite do trabalho”, que, como os demais trabalhadores, estariam em número cada vez menor, conservariam sua hegemonia sobre os restantes, utilizando estratégias muitas vezes de caráter autoritário⁴⁸.

A chamada “elite do trabalho”, composta em sua grande maioria pelos trabalhadores das grandes empresas, teriam este tipo de comportamento, devido à concorrência exacerbada promovida pela diminuição dos postos de trabalho necessários, que faz com que vejam a si próprios como indivíduos mais aptos e competentes que os demais, que teriam sido excluídos do processo produtivo tradicional. Até mesmo a discussão sobre a redução da jornada de trabalho não atrai a “elite do trabalho”, pois poderiam ter seus privilégios diminuídos com a socialização do trabalho:

trabajo, aunque éste sea interesante y calificado, porque por lo general les parece una especialización funcional en el servicio de una megamáquina en la cual no tienen control (Gorz, s/d: 6).

⁴⁶ Para Castel, não seria verdadeira a tese do “aburguesamento” da classe operária: *As pesquisas desenvolvidas nos anos 50 e 60 confirmam a persistência de um particularismo operário e de uma consciência da subordinação operária próxima da que foi analisada anteriormente para o fim dos anos 30. Dependência quanto às condições de trabalho cujas modalidades mudaram relativamente pouco no que diz respeito à relação de subordinação, indissociavelmente técnica e social, que implicam e que se traduz sempre pelo sentimento dos operários de estarem situados “socialmente embaixo” (Castel, 1998: 461-62).*

⁴⁷ Em *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, Gorz já chamava a atenção para a tendência a um certo tipo de aburguesamento do operariado tradicional: *A tendência dominante da grande indústria moderna não é mais a exploração máxima...; a tendência dominante (na qual existem numerosas exceções que representam o passado, não o futuro) é a “integração dos trabalhadores” (Gorz, 1968a: 57).*

⁴⁸ Entre as estratégias utilizadas, Gorz destaca: 1) a segregação dos não-trabalhadores em relação aos demais, através da criação de instrumentos (como, por exemplo, a exigência de escolaridade mínima) que dificultam sua inserção no mercado de empregos estáveis; 2) a estratificação dualista da atividade social, que se dá através da coexistência de dois tipos de emprego, o primeiro em um setor altamente produtivo, competitivo, de indústrias modernas e de prestação qualificada de serviços; e um segundo, de baixa rentabilidade, de prestação de serviços pessoais não qualificados, e subordinados (Gorz, 1986: 61-62).

Es económicamente más ventajoso concentrar el poco trabajo necesario en poca gente, a la que se le ha inyectado el sentimiento de ser una elite privilegiada que merece sus privilegios por un celo que la distingue de los “perdedores”. Nada, técnicamente, le impediría a la firma repartir el trabajo entre un número mucho más grande de gente que no trabajaría más que 20 horas por semana. Pero esta gente no tendría la actitud “correcta” hacia el trabajo, que consiste en considerarse pequeños empresarios que valorizan su capital-saber (Gorz, 1998a: 56).

Este conflito entre o setor excluído e o “privilegiado”, em Gorz, assume tal importância, que até mesmo a luta de classes é vista de forma secundária⁴⁹. Assim sendo, as principais contradições da sociedade capitalista, que passam pelos antagonismos de classe, e com a origem exploratória da propriedade privada dos meios de produção pelos capitalistas e proprietários, são jogadas de lado para a discussão ter, como atores principais, os segmentos diferenciados dentro do núcleo dos próprios trabalhadores.

O chamado neoproletariado pós-industrial, não estando plenamente ajustado na sociedade capitalista, não teria nada a esperar do futuro, e, por isso mesmo, poderia, a qualquer momento, até mesmo romper com o sistema vigente, possibilitando a criação do que o autor chama de uma “não sociedade”, em que a idéia de soberania individual (tão presente no pensamento liberal) é retomada.

Antunes (1995: 90) chama a atenção, com muita precisão, para o fato de ser este um dos grandes erros de Gorz, no sentido de não reconhecer jamais o papel revolucionário do proletariado tradicional, como se a “integração ao capital” fosse irreversível, o que só poderia ser contraposto com a superação do capital pela ação organizada e aglutinadora da classe trabalhadora.

⁴⁹ Sobre a diminuição da importância da luta de classes para Gorz, o autor utiliza em *Metamorfosis del Trabajo*, citação de Lecher: *La oposición entre trabajo e capital está cada vez más claramente recubierta por el antagonismo entre los trabajadores permanentes y protegidos, por una parte, y los trabajadores periféricos y los parados, por la otra...*(Lecher apud Gorz, 1991: 286). A mesma opinião, Gorz mantém em *Miserias del Presente, Riqueza de lo Posible: Así la firma “en gran medida suprime los antagonismos entre capital e trabajo” para el núcleo estable de sus trabajadores de elite y desplaza sus antagonismos fuera de su campo de visión, hacia los trabajadores periféricos, precarios o sin empleo. El posfordismo produce su elite al producir desempleo; éste es la condición para crear aquélla* (Gorz, 1998a: 56).

A esta crítica pode-se acrescentar outra, considerando ser difícil aceitar-se a tese de que uma classe (ou uma não-classe, como o autor denomina), que se aproxima do lumpensinato, que não possui idéia de “concepção de conjunto da sociedade que virá”, como lembra o próprio Gorz (1987a: 94), estando sujeita a todo tipo de influências de grupos de interesses, seja a força viva que transformaria a sociedade atual em uma outra de novo tipo, de tempo livre.

O modelo dualista visualizado por Gorz é claro na impossibilidade de a chamada “elite do trabalho” assumir papel de vanguarda revolucionária, advindo daí a polêmica com Oskar Negt⁵⁰, que acredita que estes trabalhadores teriam um importante papel a desempenhar no controle das decisões de ordem econômica, e, em consequência, também de ordem política sobre toda a sociedade. Dentro desta concepção, este novo trabalhador estaria, para Negt, desenvolvendo uma série de atividades que até então não teria experimentado, através da utilização plena de sua capacidade tanto de ordem material como intelectual, bem como tornar possível, ao trabalhador, visualizar e compreender o ciclo de produção em toda a sua extensão (Gorz, 1991: 102-103).

O aspecto que Gorz destaca, nesta polêmica, é que esta “elite do trabalho” estaria longe de determinar o fim da heteronomia do trabalho, que para ele é presente em qualquer modo de produção, mesmo o socialista:

La heteronomia del trabajo no es unicamente el resultado de su organización y de su división capitalista. Sino que, más fundamentalmente, es el resultado de la división y la organización de la producción a escala de grandes espacios económicos, de su mecanización y de su cibernación. No debe confundirse con los sistemas de opresión jerárquica y de obligación al rendimiento desarrolladas por el capitalismo. No será, y no puede ser abolida, por la

⁵⁰ Negt refere-se ao livro de Gorz, *Adeus ao Proletariado*, como mais um dos tantos livros que, no decorrer da história, busca anunciar o fim do proletariado: *Despedidas do proletariado sempre existiram de novo na história. Tão logo um estágio econômico de luta pela divisão (da riqueza) entre sindicatos e capital, determinado por conjunturas, assumira a forma de conflitos rituais, surgia regularmente a aparência objetiva de que a classe dos trabalhadores industriais estava apaziguada pelas gratificações sociais do sistema* (Negt, 1984: 15). Além de Negt, Gorz cita outros autores que acreditam no papel revolucionário do neoproletariado pós-industrial: Kern e Schumann, e Sabel e Piore. Sobre isto, ver Gorz (1991: 101-121). Ainda sobre a polêmica entre Negt e Gorz, Maar (1995: 89) considera que a diferença essencial entre os dois autores se dá pela proximidade de Negt com o Marx de *O Capital*, enquanto Gorz buscaria embasamento no Marx dos *Grundrisse*.

autogestión, ni por la recualificación y el enriquecimiento del trabajo que ésta debe promover a escala de talleres o de equipos (Gorz, 1986: 92).

Um dos principais aspectos que envolve a discussão sobre a heteronomia do trabalho, em Gorz, parte da formulação feita por Marx, no livro III de *O Capital*, a respeito da manutenção, em uma sociedade futura, do chamado “reino da necessidade”⁵¹. Gorz (1987a: 115) atribui a Marx a compreensão de que a “esfera da liberdade” (da autonomia) só viria à tona depois da superação de uma “esfera da necessidade” (da heteronomia). Apesar de todas as tentativas para a supressão da esfera da heteronomia, esta tarefa seria impossível de pôr em prática, quando muito seria possível minimizar seu campo de atuação. A tese da eternidade do trabalho heterônomo é, na verdade, formulada por Gorz:

El éxito de las luchas para la autodeterminación por los trabajadores de sus condiciones de trabajo y para la autogestión del proceso técnico de producción no debe por lo tanto confundirse con la supresión de la alienación inherente al trabajo heterónimo. La opresión jerárquica, lo penoso de la tarea, la monotonía, el aburrimiento, todo esto puede eliminarse del trabajo heterónimo; el lugar de trabajo puede convertirse en un lugar de intercambios, cooperación y buen entendimiento; pero esta liberación en las relaciones de trabajo no implica la autonomía del propio trabajo ni la autodeterminación (o autogestión) por los trabajadores de su finalidad y de su contenido (Gorz, 1986: 94-95).

Esta aproximação da tese de Marx com a de Gorz é falsa, pois este praticamente determina a eternidade da alienação do trabalho, seja qual for o modo de produção⁵², assim sendo, o capitalismo não diferiria do socialismo. A tarefa das forças de esquerda

⁵¹ A produção material no socialismo continuaria a ser, para Marx: *...um reino da necessidade. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base. A redução da jornada de trabalho é a condição fundamental (Marx, 1985: 273).*

⁵² Chauí (1999: 34) não concorda com a tese de Gorz, pois considera que a alienação do trabalho somente ocorre quando o trabalhador pertence a uma classe social e se vê obrigado a vender sua força de trabalho para outra classe, o que exclui a existência da alienação em uma sociedade sem classes.

deveria ser a criação de mecanismos que diminuíssem a esfera da heteronomia do trabalho, ou, em outras palavras, que subordinassem esta à esfera da autonomia⁵³.

Enquanto Gorz admite a eternidade do “reino da necessidade”⁵⁴, a tese de Marx envereda por outro caminho, ao considerar fundamental a supressão da exploração do trabalho, e, portanto, admitindo a superação positiva do modo de produção capitalista como condição básica para, enfim, alcançar-se o “reino da liberdade”⁵⁵, o que não se observa em nenhum momento na tese de Gorz. Confirma-se, assim, a flagrante diferença entre as duas formulações teóricas.

Gorz constrói um modelo de sociedade dualista, em que a esfera da autonomia convive com a da heteronomia, sendo que esta subordina-se cada vez mais àquela. Esta seria a produção autônoma dos indivíduos, não visando ao mercado, resultado de suas próprias vontades e desejos, em que a sua organização pode dar-se tanto de forma individual como de forma livremente organizada⁵⁶. Por outro lado, a esfera da heteronomia cuidaria da produção de tudo o que é fundamental para assegurar a

⁵³ Esta tarefa assume em Gorz uma importância tão acentuada que a conquista do reino da liberdade sobre o da necessidade não teria, para o autor, a importância da superação da esfera da autonomia sobre a da heteronomia (Gorz, 1991: 214).

⁵⁴ Esta tese explica-se, segundo Wimmer, pela própria formação existencialista do autor: *...Gorz aceita, juntamente com o “reino da necessidade”, a exploração e a alienação, que de maneira alguma são elementos indispensáveis deste reino, mas que harmonizam perfeitamente com a posição existencialista do nosso filósofo. Segundo esta posição, a alienação, se bem pode ser limitada, jamais poderá ser eliminada em essência, já que é inerente à sociedade, seja qual for seu caráter: “toda sociedade tem nela qualquer coisa de máquina grande” (p. 104). Resumindo, a alienação é condicionada existencialmente. É inevitável (Wimmer, 1987: 93).*

⁵⁵ *O reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; portanto, pela própria natureza da questão, isso transcende a esfera da produção material propriamente dita. Assim como o selvagem tem de lutar com a Natureza para satisfazer suas necessidades, para manter e reproduzir sua vida, assim também o civilizado tem de fazê-lo em todas as formas de sociedade e sob todos os modos de produção possíveis. Com seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, pois se ampliam as necessidades; mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas que as satisfazem. Nesse terreno, a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a Natureza, trazendo-o para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele como se fora por uma força cega; que o façam com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana (Marx, 1985: 273).*

⁵⁶ O modelo de análise do trabalho autônomo, por parte de Gorz, em que os trabalhadores não são mais vistos como pertencentes a uma classe social, é criticado por Maar: *No caso de Gorz, o trabalhador autônomo não apenas remete à valorização do indivíduo como sujeito exteriormente à esfera do trabalho, mas a sua socialização em nada interfere na estrutura social do trabalho, por ser uma agregação – ainda que solidária – de trabalhos abstratos, e não um comportamento de classe. Trata-se, a rigor, de um conjunto articulado de assalariados de si mesmos (Maar, 1999: 67).*

sobrevivência dos indivíduos, com a utilização de todos os recursos disponíveis para a maior eficácia produtiva, sendo que o controle da produção escapa ao controle dos produtores (Gorz, 1987a: 117).

Ao analisar o trabalho no modo de produção capitalista, em comparação ao trabalho do mundo antigo, Gorz conclui que a diferença fundamental existente é o caráter social que o trabalho na atualidade apresenta. Enquanto no capitalismo o trabalho se dá na esfera pública, na antigüidade manifestava-se na esfera privada (Gorz, 1991: 28). Assim sendo, na Antigüidade, a produção era voltada à satisfação das necessidades de subsistência e de reprodução, não visando ao mercado.

O autor parece fazer, muitas vezes, uma idealização tanto do trabalhador como do trabalho do passado, remetendo à época do predomínio do trabalho independente, uma época nem tão gloriosa assim, mas que Gorz idealiza, apesar de, com razão, reconhecer não ter mais possibilidade de aquele tipo de trabalho predominar no processo produtivo atual:

Mesmo que, seguindo a tendência atual, unidades de produção relativamente pequenas e descentralizadas substituam os mastodontes industriais do passado; mesmo que as tarefas repetitivas e embrutecedoras sejam abolidas ou, quando não possam sê-lo, sejam repartidas por toda a população, o trabalho socialmente necessário nunca será comparável à atividade dos mestres-artesãos ou dos artistas; uma atividade autodeterminada, de que cada pessoa ou equipe define soberanamente as modalidades e o objeto, o toque pessoal, inimitável, que imprime sua marca particular ao produto (Gorz, 1987a: 17).

Torna-se necessário construir mecanismos que possibilitem a subordinação do trabalho da esfera heterônoma para a autônoma. Gorz considera que um trabalho se converte em uma atividade autônoma se preencher três condições fundamentais:

- a) la auto-organización del trabajo por parte de los propios trabajadores, que se vuelven así los sujetos de su cooperación productiva;*
- b) un trabajo y un modo de cooperación vividos por cada uno como generadores de desarrollo y que hagan evolucionar facultades y competencias que cada uno puede poner en obra de manera autónoma en su tiempo libre;*

c) *la objetivación del trabajo en un producto reconocible, por parte de los trabajadores, como el sentido y el fin de su propia actividad (Gorz, 1998a: 44).*

A convivência entre estes dois “mundos” tão diferentes (o da esfera da heteronomia e o da autonomia), em que um deles engloba toda a exploração típica do modo de produção capitalista, enquanto o outro constrói a independência do indivíduo, parece estar longe de representar uma sociedade ideal⁵⁷. Também não está assegurado que, ao contrário da tese otimista de Gorz, a esfera da heteronomia não possa subordinar a esfera da autonomia para si, amplificando a já eterna, para Gorz, alienação do trabalho.

O trabalho, para Gorz, sendo predominantemente heterônomo, não pode representar para o trabalhador o verdadeiro sentido da vida e sua principal identidade⁵⁸. Mostram-se, na verdade, um entrave à liberdade do indivíduo, tirando-lhe a possibilidade de desenvolver sua verdadeira aptidão, seu prazer de viver, ao qual as pessoas têm constantemente de abrir mão para trabalharem como assalariados do capital.

Para a construção da sociedade futura em que predomine o trabalho autônomo, que Gorz considera como uma superação do próprio capitalismo, é necessário que quase toda a produção seja controlada pelos próprios produtores que a consomem, unificando a figura do produtor, do consumidor e do próprio cidadão⁵⁹. Para que isso ocorra, torna-se fundamental a descentralização da produção:

⁵⁷ Gorz não desconhece que esta convivência está longe de ser harmoniosa, representando um contrasenso, mas acredita que o predomínio do setor autônomo fará com que cada vez mais a esfera da heteronomia seja substituída pela autonomia: *La idea de una “economía dual”, que comprenda un sector mercantil o heterónimo y un sector convivencial de actividades autónomas, es un contrasentido. La actividad económica en el sentido moderno precisado más arriba no puede, por definición, ser para sí misma su propio fin, aunque puede incluir –cuando es cooperativa, auto-organizada, autogestionada– unas dimensiones de autonomía que la hagan placentera y divertida (Gorz, 1991: 217).*

⁵⁸ *Pero ese problema central no se planteará ni ese conflicto se establecerá a menos que el “trabajo” –el que se les hace hacer– pierda su lugar central en la consciencia, el pensamiento, la imaginación de todos (Gorz, 1998a: 64).*

⁵⁹ Em contraposição ao otimismo de Gorz, Wimmer considera a tentativa que o autor faz de tentar conciliar um setor autônomo com o heterônomo, buscando com isso criar uma sociedade mais justa, inviável do ponto de vista prático: *Gorz parte da consideração de que a velha sociedade – o “industrialismo” – está agonizando. Não se vê nada novo. É preciso, portanto, criar uma alternativa. Com pessimismo, e ao mesmo tempo, com esperanças utópicas, Gorz propõe a construção de “ilhas*

... para el caso de la mayoría de los productos llamados de consumo, la producción puede ser decidida, asegurada y gestionada de forma descentralizada a la escala de municipios y regiones por aquellas mismas personas que los consumen o utilizan, haciendo entrar en línea de cuenta todos los costes y ventajas colectivas de las distintas elecciones de consumo y producción posibles (Gorz, 1986: 39).

Com a Terceira Revolução Industrial⁶⁰ e as atuais mudanças no mundo do trabalho, Gorz considera que as condições para a efetivação do predomínio da esfera da autonomia sobre a heteronomia estão cada vez mais presentes. A Terceira Revolução Industrial possibilita, a partir da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, que a racionalidade econômica capitalista, baseada na exploração do trabalho assalariado, seja substituída pela verdadeira racionalidade econômica, que é, no entender de Gorz, a da transformação do trabalho assalariado em uma atividade de caráter pessoal, podendo formar, deste modo, uma “colaboração voluntária” com os demais trabalhadores (Gorz, 1991: 43).

Fica claro que o autor, ao ver com bons olhos as modificações no mundo do trabalho, considera que, apesar dos efeitos deletérios que causa aos trabalhadores como a explosão do desemprego (e que Gorz até reconhece), em decorrência do menor número de trabalhadores ocupados, a construção da sociedade do tempo livre vai mais que compensar, irá equacionar a problemática do desemprego:

El sentido de la actual revolución técnica no puede ser rehabilitar la ética del trabajo, la identificación con el trabajo. Esta revolución solamente tiene sentido si ensancha el campo de las actividades no profesionales en las cuales cada uno, comprendidos los trabajadores de

paradisíacas” no seio da velha sociedade, onde não existam a coerção e nem as normas reguladoras. No entanto, esses mundinhos se encontrariam rodeados por um meio hostil que os poria sob a constante ameaça da exploração e da alienação (Wimmer, 1987: 92).

⁶⁰ Tavares não considera ser a chamada Terceira Revolução Industrial digna deste nome, pois o alcance das modificações introduzidas não teriam a amplitude de uma verdadeira Revolução Industrial: *Até prova em contrário, a “Terceira Revolução Industrial” ainda não dispensa o petróleo como base do sistema de transporte mundial. Um cluster de inovações que não modifica radicalmente a infra-estrutura de transportes nem a base energética do sistema industrial não tem o impacto transformador de uma verdadeira revolução industrial. Assim, também, a velocidade de computadores pode acelerar a transmissão de informações e especulações no mercado financeiro internacional, mas não resolve o problema de institucionalização de um novo sistema de crédito, nem torna “as expectativas racionais” um novo paradigma da economia política (Tavares, 1992: 40).*

nuevo tipo, puedan desarrollar plenamente la parte de humanidad que, en el trabajo tecnificado, no encuentra empleo (Gorz, 1991: 120).

Está presente, em Gorz, a certeza de que as modificações do mundo do trabalho, com o advento da Terceira Revolução Industrial, trazem em sua base a economia de tempo de trabalho, que possibilita aos trabalhadores direcionarem o tempo sobrando para outras atividades que lhes serão mais prazerosas, das quais nunca haviam tido tempo suficiente para dispor devido ao compromisso com o trabalho de caráter heterônomo.

Com uma boa dose de otimismo, Gorz afirma que a Terceira Revolução Industrial possibilita a ascensão do trabalho autônomo, também devido às modificações na divisão do trabalho, em que o trabalhador passa a executar quase que somente tarefas de regulação e controle, ficando para as máquinas a produção direta de mercadorias. Este fato assume grande importância, porque traz uma certa homogeneidade entre os tipos de trabalhos de empresas diversas e mesmo de ramos diferenciados, o que possibilita a maior mobilidade dos trabalhadores para trocarem de empresa ou de ramo de atividade. Para Gorz, essa mobilidade possibilita:

...al trabajador una mayor autonomía existencial: su cualificación no es simplemente una "cualificación de la casa"; este trabajador es, más de lo que son los trabajadores formados y especializados para una tarea limitada, propietario de un "oficio", es decir, de un saber que puede llevar consigo y emplear en otra parte. Por ello, no es prisionero de "su" empresa, sino capaz de cambiar, de variar de empleo (Gorz, 1991: 106-107).

Esta "banalização" do saber profissional teria o aspecto positivo de romper com a tradicional divisão capitalista do trabalho⁶¹, que dividiria os trabalhadores em manuais e

⁶¹ Em texto publicado originalmente em 1971, *Técnica, Técnicos e Luta de Classes*, o autor ainda falava em luta de classes e controle operário, termos que ele iria abandonar em trabalhos futuros, mantendo, no entanto, a crítica feroz que ainda hoje preserva contra a divisão capitalista do trabalho. Neste texto, Gorz salienta que a divisão capitalista do trabalho tem por princípio "idiotizar" e eternizar o domínio do capital sobre o trabalho, considerando que o parcelamento das tarefas: *...não é a consequência da evolução tecnológica realizada segundo suas próprias leis, independentes do contexto político e social. É a consequência de uma tecnologia pensada para servir de arma na luta de classes: para tornar possível a predeterminação "científica" da quantidade de trabalho a ser fornecida por cada operário; para impedir o operário de "roubar" do patrão tempo para fumar um cigarro, ler o jornal, esticar as pernas. O trabalho foi*

intelectuais. Desta forma, todos poderiam executar as tarefas a eles destinadas sem que, necessariamente, isto implicasse uma desqualificação de seu trabalho. Este novo trabalhador é chamado de “operário de processo” (Gorz, 1991: 105), que passa a ser a figura principal da nova indústria.

O desenvolvimento das forças produtivas, com o avanço da informática e da tecnificação, deveria ter como objetivo fundamental a liberação da força de trabalho. Gorz considera que, se a economia de tempo de trabalho não for o objetivo do desenvolvimento das forças produtivas, esta encontrar-se-á desprovida de sentido, da mesma forma que entende ser a “glorificação do trabalho” inconciliável com uma política de redução do tempo de trabalho, sendo que o trabalho deve cada vez mais deixar de ser o sentido da vida dos indivíduos.

A perda da centralidade do trabalho⁶² torna-se imperativo, na teoria de Gorz, para que os indivíduos superem a heteronomia do trabalho e construam um novo tipo de sociedade, calcada no princípio do “tempo livre”. Para tanto, com a crescente diminuição do tempo de trabalho exigido para a elaboração das mercadorias, Gorz, além da abolição do trabalho, decreta o fim da lei do valor⁶³, tese esta já defendida nos anos 60 por Habermas⁶⁴.

tornado idiota não porque os operários são idiotas nem porque, tornando-os assim, fica aumentada a eficácia de um mesmo dispêndio de energia humana. O trabalho foi tornado idiota porque não se pode ter confiança nos operários: enquanto eles dispuserem de uma parcela de poder no seu trabalho, eles podem servir-se dela contra os que os exploram. A organização “científica” do trabalho é, antes de tudo, a destruição científica de qualquer possibilidade de controle operário (Gorz, 1996a: 231).

⁶² Esta tese ainda é defendida por Gorz em seus trabalhos mais recentes: *O trabalho não é mais o principal cimento social, nem o principal fator de socialização, nem a ocupação principal de cada um, nem a principal fonte de riqueza e de bem-estar, nem o sentido e o centro de nossas vidas (Gorz, 1998b: 46).*

⁶³ Sobre o fim da lei do valor no capitalismo, Gorz afirma: *La extinción del salariado, de los mecanismos de mercado y del valor-trabajo es el necesario resultado de la automatización de la producción y está implícitamente contenida en las nociones de duración del trabajo por vida, unida con la de garantía de sueldo vitalicio. Puesto que lo esencial de la producción social resulta no del trabajo sino del resultado de los medios puestos en acción, medios que por su parte no han exigido más que una escasa cantidad de trabajo directo (Gorz, 1986: 80).*

⁶⁴ Habermas, em *Ciencia y Técnica como “Ideología”*, publicado em 1968, já via no desenvolvimento das forças produtivas o fim da teoria do valor-trabalho de Marx: *De este modo, la ciencia y la técnica se convierten en la primera fuerza productiva, y con ello, caen las condiciones de aplicación de la teoría del valor trabajo de Marx. Pues ya no tiene sentido computar las aportaciones al capital debidas a las inversiones en investigación y desarrollo, sobre la base del valor de la fuerza de trabajo no cualificada (simple) si, como es el caso, el progreso técnico y científico se ha convertido en una fuente independiente de plusvalía frente a la fuente de plusvalía que es la única que Marx toma en consideración: la fuerza de trabajo de los productores inmediatos tiene cada vez menos importancia (Habermas, 1994: 87).*

A “caduquice da lei do valor”⁶⁵, resultado da diminuição do trabalho vivo, tiraria do trabalho a sua atribuição de medida dos valores de uso. O trabalho deixaria de ser, enfim, fonte de riqueza, fundamento do valor. Em seu lugar, Gorz passa a considerar a ciência⁶⁶ e a comunicação lingüística como o pilar central da produção, em substituição ao tempo de trabalho incorporado nas mercadorias:

La fábrica, el lugar de trabajo, dejan entonces de ser el terreno principal del conflicto central. El frente se va a encontrar en todos os lugares donde la información, el lenguaje, el modo de vida, los gustos, las modas sean producidos y configurados por las fuerzas del capital, del comercio, del Estado, de los medios masivos de comunicación; en todos los lugares, dicho de otra manera, donde la subjetividad, “la identidad” de los individuos, sus valores, sus imágenes de sí mismos y del mundo son perpetuamente estructurados, fabricados, formados (Gorz, 1998a: 52).

A análise de Gorz (e também de Habermas) conduz a um determinado tipo de “fetichismo tecnológico”, pois o desenvolvimento tecnológico passa a ser visto como uma entidade que foge ao controle dos homens. O capital não necessitando mais do trabalho vivo para reproduzir-se⁶⁷, que cada vez mais assumiria uma posição secundária no processo de criação de riqueza capitalista, utiliza, em seu lugar, ainda que de forma contraditória, o trabalho morto na forma de máquinas sofisticadas, robotização e aproveitamento pleno dos recursos fornecidos pela microeletrônica, deixando oculto o fato de todas estas inovações serem resultado do trabalho do homem, tanto físico quanto intelectual.

Por fim, a libertação do homem da prisão do trabalho heterônomo, e do fim do predomínio da lei do valor, conduz à utilização do tempo de vida dos indivíduos a não mais serem regidos pelo tempo de trabalho, mas sim, o trabalho é que deve adequar-

⁶⁵ É assim que Gorz a ela se refere em seu recente livro, *Misérias del Presente, Riqueza de lo Posible: Tal es, en rigor, el sentido da la evolución presente. Vuelve caduca la “ley del valor”* (Gorz, 1998a: 100).

⁶⁶ Esta tese já era, de certa forma, defendida por Habermas, que acredita ser este fenômeno originário ainda do período da revolução industrial: *Desde el último cuarto del siglo XX se hacen notar en los países capitalistas avanzados dos tendencias evolutivas: 1) un incremento de la actividad intervencionista del Estado, tendente a asegurar la estabilidad del sistema, y 2) una creciente interdependencia de investigación y técnica, que convierte a las ciencias en la primera fuerza productiva* (Habermas, 1994: 81).

se, de forma subordinada, ao projeto de vida dos indivíduos. A essência desta transformação é que a libertação do trabalho conduzirá à libertação no trabalho⁶⁸ (Gorz, 1991: 125).

A construção da sociedade do tempo livre vem a ser, para Gorz, a grande utopia a ser formulada pela sociedade atual, e maneira concreta de alcançar-se a libertação do homem no trabalho:

Gracias a la reducción del tiempo del trabajo es como pueden conseguir una nueva seguridad, un distanciamiento respecto a las "necesidades de la vida" y una autonomía existencial que les llevarán a exigir su autonomía creciente en el trabajo, el control político de sus fines, un espacio social en el que puedan desplegar las actividades voluntarias y autoorganizadas (Gorz, 1991: 136).

A tese de Gorz a respeito da sociedade do tempo livre representa para o autor a grande demanda a ser conquistada pela sociedade atual e futura. O fim da centralidade do trabalho, a diminuição acelerada dos assalariados, a introdução de inovações tecnológicas trazidas com a Terceira Revolução Industrial, a diminuição do papel da luta de classes dentro do moderno capitalismo, tem como ápice a construção desta nova sociedade em que o sujeito teria, diante da crise da racionalidade econômica capitalista, a possibilidade de que a individualidade das pessoas possa vir à tona de forma plena através da sociedade do tempo livre⁶⁹.

Uma crítica bem formulada à análise de Gorz é feita por Maar, o qual verifica que o fim da centralidade do trabalho naquele autor reveste-se do fim de qualquer

⁶⁷ *De una manera general, el trabajo tiende a convertirse en una fuerza de producción secundaria frente a la potencia, el automatismo y la complejidad de los equipamientos (Gorz, 1991: 290).*

⁶⁸ Interpretando Gorz, Dall'oglio faz uma constatação diferente a respeito da relação entre as esferas da autonomia e da heteronomia: *Da luta pela libertação no trabalho se chegou à libertação em relação ao trabalho (Dall'oglio, 1999: 282).*

⁶⁹ Se em *Adeus ao Proletariado* Gorz afirmava que a tarefa de transformar a sociedade e de construir a sociedade do tempo livre deveria ser primazia de uma "não-classe de não-trabalhadores", em *Metamorfosis del Trabajo*, o autor não parece tão convicto: *La voluntad política capaz de realizar esos fines no descansa en ninguna base social preexistente y no puede apoyarse en ningún interés de clase, en ninguna tradición o norma en vigor, pasada o presente (Gorz, 1991: 130).*

alternativa à superação positiva do capitalismo via revolução, o que vem, de certo modo, coroar o rompimento definitivo de Gorz com o pensamento marxista⁷⁰.

Em linhas gerais, apesar de Gorz apresentar uma proximidade com os textos marxistas principalmente em suas primeiras obras, o que lhe valeu por muito tempo a fama de marxista, o autor manifesta desde os anos 50, discordâncias não só com a chamada esquerda tradicional (ligada aos partidos comunistas), mas com questões cruciais do pensamento marxista.

Estas divergências vão tomando novas formas em seus escritos dos anos 60 e 70, quando enfatiza os temas ecológicos, os quais coloca acima mesmo das questões ideológicas que envolvem os enfrentamentos de classe, e tem o seu ápice quando, nos anos 80, detona um profundo ataque às teses marxistas, passando a ser um dos primeiros autores a defender a tese do fim da centralidade do trabalho.

Desta forma, com toda série de inovações tecnológicas que a humanidade estaria vivenciando com o advento da Terceira Revolução Industrial, o trabalho estaria cada vez tornando-se redundante e o capital estaria cada vez em mais elevado grau, prescindindo do trabalho para a criação de riqueza capitalista. Essa mudança, além de conduzir ao fim da classe trabalhadora, estaria sucumbindo também qualquer possibilidade de que a classe trabalhadora consiga sublevar-se contra o capital e derrocar o capitalismo, que, desta maneira, torna-se eterno. A discussão acerca desta tese será retomada a partir da análise dos dados empíricos constantes no capítulo 4.

1.4 Adam Schaff: A classe trabalhadora e a sociedade informática

O filósofo polonês Adam Schaff foi, por muitos anos, diretor do Instituto de Filosofia da Academia de Ciências da Polônia, no período de predomínio do Partido

⁷⁰ Como se vê, *Offe e Kurz também diagnosticam um "adeus ao proletariado", lema e título famoso de uma obra de Gorz. Mas, enquanto para eles trata-se evidentemente de uma perda, ausência que precisa ser substituída, o "adeus" de Gorz tem principalmente o sabor do alívio do risco da "revolução", até mesmo tem ares de preconceito em relação à cultura operária, do trabalho, "que efetivamente nunca chegou a se constituir" (Maar, 1995: 82). A opinião de Maar é compartilhada por Campregher, que afirma ser para Gorz, inexistente outra maneira de dirigir um empreendimento que não dentro da lógica do capital, eternizando, desta forma, o capitalismo (Campregher, 1999: 147).*

Operário Unificado Polonês (POUP, de tendência comunista) naquele país. Desta época destacam-se suas obras de caráter filosófico como *Introducción a la Semántica* (1983), publicado em 1962; *Marxismo e Existencialismo* (1965), de 1963; *A Concepção Marxista do Indivíduo* (1982), de 1963; *O Marxismo e o Indivíduo* (1967), de 1965.

Com a publicação de *Introducción a la Semántica* (1983), faz uma importante discussão sobre a questão da semântica sob a ótica marxista, já introduzindo inúmeros aspectos filosóficos que seriam mais bem explorados em obras posteriores. No início dos anos 70, Schaff envereda-se pelo estudo da História, tendo por base os conceitos históricos utilizados pelo marxismo clássico, e as imprecisões que o autor considerava estariam sendo cometidas por pensadores marxistas contemporâneos, o que resulta na publicação de *História e Verdade* (1995), em 1971.

Schaff ficou conhecido, também, por ser um dos mais destacados membros do chamado Clube de Roma⁷¹, tendo a sua aproximação com este grupo de pesquisadores servido de incentivo ao tratamento da problemática do futuro da classe trabalhadora, tema presente em seus trabalhos mais recentes, que resulta na publicação da obra filosófica *La Alienación como Fenómeno Social* (1979), de 1977, e *A Sociedade Informática* (1993), em 1985.

1.4.1 O marxismo em confronto com o existencialismo

Como visto anteriormente, André Gorz por muito tempo inspirou-se no existencialismo sartreano Adam Schaff, no entanto, desde muito cedo sentiu necessidade de opor-se a esta corrente de pensamento. Schaff, participando, nos anos 50, de uma ofensiva contra os autores que se opunham ao marxismo, acreditava que a ascensão do existencialismo e sua influência sobre a jovem intelectualidade devia-se ao fato de a discussão sobre os problemas do indivíduo terem se afluído no período

⁷¹ O Clube de Roma surgiu em 1968, formado por cientistas de diversas nacionalidades, tendo por objetivo discutir os problemas que afligiam a humanidade, bem como, a partir de políticas concretas, visar ao equacionamento destes problemas. Além de Schaff, destacam-se também A. King, S. Okita, A. Peccei, J. Tinbergen, D. Gabor, U. Colombo, E. Laszio, T. de Montbrial, J. W. Botkin, M. Elmandjra, M. Malitza, O. Giardini, H. Inose, J. R. Pierce, e G. Friedrichs (que publicou com Schaff o relatório *A Revolução Microeletrônica*) (Calabretta, 1999: 369-370).

do pós-guerra⁷², e o existencialismo aparecia, então, como a única resposta às inquietações surgidas. Em decorrência, surge uma necessidade premente de os autores marxistas responderem às inquietações suscitadas pelo pensamento existencialista.

Ao reconhecer que os autores marxistas contemporâneos, de maneira geral, não estariam considerando de extrema relevância a discussão sobre os problemas acerca do papel e do lugar do indivíduo na sociedade atual⁷³, Schaff acredita que, ao negarem sua importância, os autores marxistas estariam desprezando um dos campos de interesse que originou o surgimento do próprio marxismo como corrente de pensamento:

Assim, por exemplo, todo o conceito de “alienação” nos primeiros escritos de Marx pertence a esse campo. Não obstante, tais problemas foram negligenciados na evolução do marxismo e, mais ainda, chegaram a ser considerados por alguns marxistas como alheios e hostis, porque os adversários os haviam exagerado, de um ponto de vista falso e idealista (Schaff, 1965: 15).

Desta forma, o autor acredita que foi deixado um campo aberto para que o pensamento de caráter idealista seja considerado o único apto a discutir com profundidade as questões mais específicas relacionadas ao indivíduo, desprezando a discussão sobre o humanismo socialista⁷⁴. Estas questões teriam sido postergadas pelos pensadores socialistas para serem discutidos em um momento futuro, devido à

⁷² A grande aceitação das idéias dos autores existencialistas é explicada por Schaff desta maneira: *É certo que os problemas sobre o indivíduo estão sempre conosco – o problema da morte e do sentido da vida, por exemplo. Mas há momentos em que esse tipo de problema é apresentado de forma premente pela própria vida. Isso ocorre quando há uma perda geral de confiança na estabilidade da ordem social, quando os conflitos sociais provocam crises morais e políticas, e quando há necessidade de fazer escolhas em situação em que os critérios tradicionais já não existem. Isso, entre outras coisas, explica a atração que o existencialismo tem para a massa em muitos países europeus, desde a Segunda Guerra Mundial (Schaff, 1965: 16).*

⁷³ Ao levantar a problemática das relações entre o humanismo e o marxismo, um dos pontos centrais na discussão com os estruturalistas, Dosse (1993: 316-317) considera que, a partir da leitura de Marx pelos althusserianos, a questão fundamental era decidir entre conduzir o marxismo a um humanismo filosófico, posição que o autor atribui a Schaff e a Garaudy, ou a busca da afirmação do seu caráter anti-humanista teórico, tese defendida por Althusser.

⁷⁴ Schaff considera, em *Marxismo e Existencialismo*, que a discussão sobre a alienação em Marx, em especial pelo jovem Marx, foi abandonada pelos autores marxistas em geral, tese que ele retoma 14 anos depois em *La Alienación como Fenómeno Social* de 1977.

necessidade premente da resolução das tarefas de construção do socialismo que emergia na Europa e Ásia .

Em *O Marxismo e o Indivíduo*, Schaff busca aprofundar a discussão acerca do humanismo marxista, ainda considerando que os marxistas estariam pagando um alto preço por terem se distanciado do aprofundamento de um problema tão instigante e que propicia o surgimento, e mesmo enfrentamento, entre humanismos sob diversas concepções ideológicas:

A luta ideológica realiza-se, assim, com humanismos. Não é de admirar, então, que as diversas orientações com eles afiam suas armas, ou, pelo menos, as mostram. De estranhar é que o marxismo se tenha distanciado, durante tanto tempo, da luta, tanto mais quanto está ele, em particular, bem munido para enfrentá-la (Schaff, 1967: 184).

Neste período de sua obra, Schaff não só acredita na construção de um humanismo de caráter socialista, como na superioridade deste sobre os demais, isto devido ao seu conteúdo concreto, de ser, por característica, um humanismo de cunho militante (Schaff, 1965: 104). Aqui a linguagem classista ainda está bem presente. Apesar de, neste período, Schaff apresentar um conteúdo teórico de caráter revisionista, o autor acredita que a libertação de uma classe só será possível de ser alcançada em detrimento da liberdade de outra classe.

A construção de um humanismo socialista somente seria efetivada com o combate às idéias burguesas acerca da concepção do indivíduo, em particular, e no enfrentamento da ideologia da classe burguesa, em geral. Assim sendo, a liberdade individual somente será atingida em uma sociedade sem classes, em que inexista a propriedade privada dos meios de produção⁷⁵, com a extinção do Estado burguês, e, em decorrência, da própria democracia burguesa (Schaff, 1967: 111).

1.4.2 O confronto entre o jovem e o velho Marx

A discussão do marxismo, para Adam Schaff, vai além da controvérsia com as teses existencialistas sobre o humanismo. Em *O Marxismo e o Indivíduo*, o autor levanta

⁷⁵ Em *A Sociedade Informática*, Schaff revê esta posição ao afirmar que a propriedade social dos meios de produção não apresenta tanta importância na atualidade.

a discussão sobre os textos do jovem Marx, em que predominam as obras de caráter mais filosófico, como *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, *A Ideologia Alemã*, *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, textos somente publicados em meados do século XX.

A descoberta e publicação destas obras do jovem Marx representaram, para Schaff, uma retomada do pensamento daquele autor, já que tanto vários intelectuais iriam aproximar-se do marxismo, como vários marxistas ortodoxos passariam a olhar sob outros ângulos a obra de Marx:

A mesma problemática levou muitos intelectuais, especialmente a juventude, para o marxismo e atraiu pensadores como Sartre, Merleau-Ponty e até Heidegger. Ainda mais importante, talvez, é ter atraído os próprios marxistas, modificando o seu panorama do marxismo, e haver, em face das experiências do chamado período do culto à personalidade, influenciado não somente a teoria, mas também a prática (Schaff, 1967: 14-15).

A grande questão a que Schaff se debruça é a seguinte: existiriam dois Marx diferentes entre si, ou o maduro e o jovem seriam o mesmo? Haveria um Marx de caráter mais humanista, representado pelos trabalhos de juventude, sendo, após, substituído por um Marx mais preocupado com os problemas de ordem econômica da sociedade, envolvido num dogmatismo materialista?

Daí observa-se a existência de diferentes análises para este fenômeno. O que Schaff busca demonstrar é que existem dois grupos hegemônicos neste debate. De um lado, os revisionistas, os quais buscam atribuir ao jovem Marx o rótulo de "verdadeiro", estabelecendo, assim, uma oposição entre o jovem e o maduro; por outro lado, os ortodoxos, que buscam ver, na obra de mocidade de Marx, a falta de maturidade, sendo uma filosofia impregnada da influência hegeliana, que deveria ser eliminada do sistema de idéias que compõe a obra madura e mais acabada, cujo ápice está na elaboração de *O Capital* (Schaff, 1967: 20).

A primeira análise procura encontrar a idéia do humanismo somente no jovem Marx. Posteriormente, com a conversão do marxismo ao revolucionarismo proletário, teria Marx se afastado totalmente das idéias humanistas. A idéia central que predomina neste modelo é a da oposição entre o humanismo e a revolução proletária. Esta tese

pode facilmente ser contestada, pois, na verdade, as idéias humanistas de Marx extrapolam seus escritos de juventude, sendo a sua obra madura o coroamento de toda uma visão de construção de um modelo de sociedade humanista, sem a exploração do homem pelo homem⁷⁶. Os autores representantes do segundo grupo, o dos ortodoxos, considerariam a obra de juventude de Marx com importância de, no máximo, servir para que se retire, de forma isolada, algumas poucas idéias e afirmações que sirvam de prenúncio ao pensamento da fase madura.

A posição de Schaff opõe-se tanto à tese ortodoxa quanto à revisionista, buscando uma certa unidade entre as duas posições, em que o Marx maduro teria atingido a riqueza de sua formulação teórica devido a ser o resultado da obra do jovem Marx:

Resta, a meu ver, apenas uma proposição sensata: a primeira fase está geneticamente ligada às posteriores, pois nela nascem problemas para cuja solução dedica-se toda a criação posterior. Trata-se, por conseguinte, realmente, da unidade da tese fundamental, que forma o eixo do sistema, embora isto não fique explícito quando as suas partes, ou fases, são analisadas em separado (Schaff, 1967: 26).

O predomínio dos escritos sobre economia, na obra madura de Marx, seriam, para Schaff, uma continuidade da análise filosófica da alienação dos seus escritos de juventude. É na tentativa de superar a alienação e, em consequência, conquistar o pleno desenvolvimento da felicidade dos homens, que Marx aprofunda-se na discussão econômica que conduzirá à descoberta do papel determinante das forças produtivas e das relações sociais de produção na caracterização dos modos de produção e, fundamentalmente, no caráter transitório do capitalismo e na necessidade da revolução proletária para a construção da sociedade socialista. A seguir, será aprofundada a discussão sobre a alienação na obra de Schaff.

1.4.3 A questão da alienação no capitalismo atual

⁷⁶ Sobre a questão do humanismo nos clássicos do marxismo, Smirnov tem uma posição próxima à de Schaff: *A teoria da revolução socialista proletária é o coroamento da concepção marxista-leninista da personalidade. Ela confere ao humanismo comunista um grande valor histórico e diferencia-o da maneira*

Como já foi visto em capítulo anterior, a problemática da alienação do trabalho está presente em quase toda a obra de Gorz, através da existência do trabalho heterônomo. Para Schaff, a discussão sobre a alienação⁷⁷ é ressaltada, de igual forma, em quase toda a sua obra, considerando, ainda, que a alienação, para Schaff, nunca assumiu um grau tão elevado de poder como no capitalismo contemporâneo.

Existiria, para Schaff, uma retomada do estudo das questões que envolvem a teoria da alienação, nos anos 60, inclusive em círculos não-marxistas, apesar de existir ainda o que o autor chama de uma fobia entre alguns autores marxistas em relação ao aprofundamento da problemática da alienação (Schaff, 1979: 14).

Schaff busca retomar a tese da alienação desde os escritos do jovem Marx, até a maturidade do autor em *O Capital*, quando a idéia de alienação não aparecia de forma tão direta quanto nos trabalhos de juventude⁷⁸. No entanto, ao contrário de Marx, que considera a alienação característica de um modo de produção calcado na propriedade privada dos meios de produção, e, portanto, inexistente quando ocorre a superação positiva do capitalismo⁷⁹, Schaff trabalha com a hipótese de que a alienação ocorre

mais profunda e radical do humanismo burguês abstrato. Desejariamos assinalar aqui apenas alguns aspectos humanistas principais da teoria da revolução socialista (Smirnov, 1978: 30).

⁷⁷ A melhor definição de alienação do trabalho pode ser encontrada nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de Marx: *Todas estas conseqüências derivam do fato de que o trabalhador se relaciona ao produto de seu trabalho como a um objeto estranho. Com base neste pressuposto, é claro que quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, tanto mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria perante si, tanto mais pobre ele fica na sua vida interior, tanto menos pertence a si próprio... A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição com ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica (Marx, 1993: 159-160).*

⁷⁸ ... Marx logo abandona a terminologia, não sem fazer troça (já no citado parágrafo da *Ideologia Alemã* ridiculariza a linguagem filosófica e a escreve entre aspas) para libertar-se da tradição e das afinidades estorvantes, sobretudo de Hegel. Nunca, entretanto, abandonou a problemática em si (nem poderia fazê-lo sem afastar-se dos fundamentos do seu ponto de vista). Embora com cautela, retorna, mais tarde, à expressão "alienação", quando se reduz o perigo de confusão nos pontos de vista, quando (como disse no *Capital*) se começa a tratar de Hegel como um "cachorro morto" (Schaff, 1967: 114).

⁷⁹ A posição de Marx quanto à não-eternidade da alienação é clara nesta passagem de *O Capital*: *O reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; portanto, pela própria natureza da questão, isso transcende a esfera da produção material propriamente dita... Com seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, pois se ampliam as necessidades; mas ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas que as satisfazem. Nesse terreno, a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a Natureza, trazendo-o para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele como se fora por uma força cega; que o façam com o*

também no socialismo e no comunismo⁸⁰, demonstrando, desta forma, a insuficiência tão somente do fim da propriedade dos meios de produção como instrumento para a superação da alienação:

No basta con decir que la victoria del socialismo, por tanto la supresión de la propiedad privada de los medios de producción, significa el final de toda alienación, y que con eso basta. Es ésta una concepción profundamente errada,... la superación de la propiedad privada de los medios de producción es el supuesto necesario, pero con ella no está superada la enajenación, ésta tiene que ser, en todo caso, superada en su forma concreta (Schaff, 1979: 150).

Dessa forma, a luta contra a alienação prossegue dentro do próprio socialismo, posição esta também adotada por Gorz, como visto anteriormente. A superioridade do modo de produção socialista, para Schaff, se deve a este apresentar melhores condições para que ocorra a superação da alienação no socialismo do que sob o modo de produção capitalista.

O aspecto que deve ser ressaltado em Schaff, e que faz com que sua teoria da alienação se afaste cada vez mais de Marx, é que, para aquele, a propriedade privada não seria a principal causa da alienação, enquanto, em Marx, o aspecto determinante seria a existência da propriedade privada dos meios de produção, o que só assim justificaria a permanência da alienação sob o socialismo.

Assim sendo, Schaff, ao partir de sua teoria da alienação, e na tentativa de conquistar sua superação, vai chegar facilmente na teoria do fim da centralidade do trabalho, pois a automação do trabalho passa a ser o principal mecanismo para, enfim, alcançar-se o fim da alienação do trabalho:

...em todas as formas, até hoje conhecidas, de sociedade socialista, aparecem diversos aspectos de alienação. O fato resulta da

mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana (Marx, 1985: 273).

⁸⁰ A tese de que a alienação pode ocorrer inclusive no modo de produção comunista é patente nesta passagem: *Según hemos mostrado, ninguna formación social, tampoco la del comunismo, está libre del peligro e la alienación: puesto que, en efecto, la objetivación es un fenómeno independiente de la historia que bajo determinadas condiciones sociales degenera en alienación, siempre existe el peligro de que esta posibilidad se realice. La necesidad de luchar contra este peligro —el de enajenación y la enajenación de sí mismo— se da, pues, permanentemente, se extiende hasta el comunismo (Schaff, 1979: 339).*

inexistência de automatização, capaz de provocar, junto à abolição da propriedade privada de meios de produção, a abolição da alienação. Uma razão é que o Estado continua sendo o aparelho de poder (Schaff, 1967: 139).

A principal causa da alienação do trabalho, para Schaff, seria a divisão do trabalho, que prosseguiria mesmo no socialismo. A superação da alienação do trabalho somente seria possível com a supressão da divisão do trabalho⁸¹, que, por sua vez, somente ocorreria de forma plena com o advento da automação. O que remete para a fase mais atual de sua obra, *A Sociedade Informática*, em que Schaff irá anunciar o fim da centralidade do trabalho e da classe trabalhadora, devido ao advento da automação e informática, sendo que, desta maneira, estaria sendo construída uma nova sociedade, mais justa, sem a necessidade de um enfrentamento entre as classes sociais, e, conseqüentemente, de uma revolução socialista.

1.4.4 O caminho da classe trabalhadora em Schaff

A obra de Schaff, *A Sociedade Informática*⁸², traz uma análise do desenvolvimento das forças produtivas, a partir das conseqüências das chamadas duas revoluções técnico-industriais ocorridas no capitalismo. A primeira estaria situada entre o final do século XVIII e o início do século XIX, e a segunda se verificaria nos tempos atuais. A diferença entre as duas revoluções técnico-científicas seria de que a atual não conduz somente a uma amplificação na produtividade do trabalho, mas também ao próprio fim do trabalho (Schaff, 1993: 22).

A atual revolução técnico-científica teria três aspectos fundamentais, o primeiro seria a revolução microeletrônica associada à revolução tecnológico-industrial; o

⁸¹ *La alienación del trabajo podrá ser superada solamente cuando a la superación de la propiedad privada y de la economía mercantil se agregue la superación de la división social del trabajo; no en el sentido de que desapareciera la diferenciación de las funciones en el organismo social (postulado semejante sería más que una utopía, sería una tontería utópica), sino en el sentido de que desaparezcan las líneas divisorias que atan determinada gente a determinadas funciones: la división en trabajo en el campo y trabajo en la industria, trabajo en la aldea y trabajo en la ciudad, trabajo físico y trabajo intelectual, trabajo de producción, que se desgrana en manipulaciones específicas que degradan al hombre a ser parte de la máquina (Schaff, 1979: 263).*

⁸² *A Sociedade Informática – As conseqüências sociais da segunda revolução industrial*, é o título da publicação no Brasil, o título original é *Aonde Leva o Caminho?* (do alemão *Wohin Führt der Weg?*).

segundo aspecto é o advento da revolução da microbiologia, que resulta na engenharia genética; o terceiro aspecto é o surgimento e desenvolvimento da revolução energética, que corresponde ao uso, em especial, da energia solar e nuclear.

Através de um exercício muitas vezes de futurologia (que o próprio autor admite), Schaff afirma que o trabalho desaparecerá e, em consequência:

A classe operária desaparecerá nos próximos 20 ou 30 anos, paralelamente com a extinção do trabalho assalariado, na concepção estrita da palavra – o que é algo absolutamente natural, dado os processos de automatização e robotização da produção e dos serviços. O aparecimento nos próximos anos de computadores de quinta geração, dotados de intelecto artificial, acelerará extremamente esses processos. Isto é um fato que só pode colocar em incomunicabilidade ou silenciar àqueles que – movidos por considerações de tipo classista – temem as eventuais consequências de semelhante desenvolvimento (Schaff, 1990: 15).

A robotização e a automação, se, por um lado, trazem um grande incremento de produtividade, provocam, em contrapartida, a diminuição pela demanda de trabalho por parte do capital. Schaff considera de fundamental importância a busca de soluções que envolvam a distribuição de renda e a própria alteração do direito de propriedade da classe dominante (Schaff, 1993: 30).

Quando da discussão a respeito da alienação, observou-se que Schaff considera ser este um fenômeno também encontrado nos países socialistas, porém, de mais fácil equacionamento nestes que nos países capitalistas. Da mesma forma, para Schaff, também o desemprego seria encontrado nos países socialistas. A diferença é que nestes, por inexistir a propriedade privada dos meios de produção, seria facilitada a solução para o problema do desemprego tecnológico, além do fato de que o problema seria bem menor nestes países devido ao próprio atraso tecnológico dos países de economia socializada, em relação aos países capitalistas desenvolvidos (Schaff, 1993: 30).

Para solucionar o problema do desemprego tecnológico, seria necessária a substituição do trabalho de tipo clássico, remunerado, por um outro de novo tipo que

assegure um bem-estar ao indivíduo e o liberte da obrigação do trabalho assalariado⁸³. Para colocar em prática esta idéia, torna-se fundamental a participação da sociedade, e, em especial, do Estado. Schaff parte da premissa de que, se a sociedade está ganhando com o incremento de produtividade trazido pelas inovações tecnológicas, para que seja assegurado o bem-estar da sociedade, torna-se de fundamental importância a sociedade proporcionar que os custos deste aumento de produtividade sejam pagos por toda a sociedade, em benefício da população alijada do processo produtivo:

Esta parece ser a única solução racional para o nosso problema: se a sociedade se enriquece com a nova revolução industrial, conseqüentemente ela deve arcar com os custos do incremento do desemprego estrutural derivado desta revolução (Schaff, 1993: 35).

Desta forma, o maior beneficiado com o incremento tecnológico e, em conseqüência, com os ganhos de produtividade do trabalho, seria a classe capitalista, para Schaff. Resta saber se esta classe estaria disposta a abrir mão de parte de seu lucro em proveito do exército de desempregados, sendo que, nesta questão, o autor não entra em detalhes, dando a entender que a atitude da classe proprietária dos meios de produção seria possível devido a querer manter a normalidade do modo de produção capitalista, pois a existência de uma massa de excluídos poderia colocar em xeque o poder da classe dominante e a manutenção de seu *staus quo*.

Nesta sociedade futura, em que os conflitos de classe, desta maneira, seriam minimizados, Schaff considera ser um modelo híbrido entre capitalismo e socialismo, o que ele chama de *economia coletivista*:

Ao mesmo tempo, a denominação que sugiro compreende o que caracteriza a grande mudança que a atual revolução industrial está produzindo: a infração do "sagrado" direito de propriedade em nome de interesses coletivos gerais. Esta infração se expressa numa nova e

⁸³ Sobre o desaparecimento do trabalho "tradicional" e o surgimento de um novo, Schaff salienta: *Baseio minhas conclusões no pressuposto de que o trabalho, no sentido tradicional da palavra, desaparecerá gradualmente (isto é, o trabalho que consiste no emprego da própria capacidade em troca de um determinado salário ou seu equivalente sob a forma do preço recebido pelo fruto do trabalho de alguém)... Para evitar erros de interpretação, devemos salientar que a eliminação do trabalho (no sentido tradicional da palavra) não significa o desaparecimento da atividade humana, que pode adquirir a forma das mais diversas ocupações (Schaff, 1993: 42).*

dinâmica distribuição de renda nacional em favor das classes sociais que não são proprietárias dos meios de produção (Schaff, 1993: 38).

Observa-se que o autor não fala diretamente em acabar com a propriedade privada dos meios de produção⁸⁴, que é a origem da exploração do trabalho. Desta maneira, a chamada *economia coletivista* que Schaff propõe tem muito mais de capitalismo que de socialismo⁸⁵.

O autor, como não poderia deixar de ser, ao admitir o fim do trabalho (ao menos no sentido que o conhecemos), acaba por negar também a própria existência das classes sociais (também no sentido que conhecemos), em uma sociedade futura não muito distante. Apesar disso, deixa em aberto se a classe capitalista desaparecerá, atribuindo à "natureza e ritmo da mudança social" que se operará no futuro, o destino da classe burguesa (Schaff, 1993: 44).

O que fica patente, na análise do autor, é a eternidade do capitalismo, pois, na chamada *sociedade informática*, teria mantida (salientando mais uma vez) a propriedade privada dos meios de produção, apenas com "uma mudança de status da mesma" (Schaff, 1993: 44). Assim sendo, observa-se a construção de uma nova sociedade, em que as duas principais classes sociais estariam se desintegrando, sendo substituídas pela formação de *estratos sociais*, em que a predominância se dará pela intelectualidade⁸⁶:

⁸⁴ Aqui, observa-se uma mudança de opinião do autor em relação à obra *Marxismo e Existencialismo*, quando Schaff admite a necessidade de abolir a propriedade privada dos meios de produção e chegar, desta forma, ao socialismo: *O socialismo representa uma nova realização da igualdade, já que além de eliminar de modo final os privilégios de nascimento, cria para todos os membros da sociedade os privilégios proporcionados pela posse social dos meios de produção. Com isso, transforma a igualdade formal em igualdade real, possibilitando, no curso da evolução, abolir-se a desigualdade provocada pelas diferenças entre o trabalho mental e o manual, entre o campo e a cidade, e assim por diante...*(Schaff, 1965: 112-113).

⁸⁵ Uma importante crítica ao modelo de sociedade idealizado por Schaff é feita por Wimmer: *Para Schaff, a forma mais provável de evolução futura da sociedade é a de um "capitalismo limitado", entendido como uma combinação de "capitalistas residuais" e "neo-capitalistas", isto é, capitalistas informáticos. Segundo Schaff, o conceito de "propriedade" torna-se cada dia mais relativo e convencional sob a influência de uma nova força social, a informática, que veio substituí-la. Schaff vincula também a extensão do "caráter relativo" da propriedade à redistribuição do lucro. Como vemos, omite as relações de propriedade enquanto base e regulador do processo de produção* (Wimmer, 1987: 90).

⁸⁶ Sobre a discussão acerca dos trabalhadores intelectuais na sociedade pós-industrial, pode-se destacar a afirmação de Reich (1994: 165), que considera os chamados analistas simbólicos (identificadores de problemas), uma categoria de trabalhadores em processo de ascensão e com um poder cada vez maior.

Provavelmente o lugar destas classes desaparecidas será ocupado por um estrato social integrado por cientistas, engenheiros, técnicos e administradores, que se incumbirão do funcionamento e dos progressos da indústria e dos serviços (Schaff, 1993: 44-45).

Com essa afirmação, Schaff acaba por refutar de vez a idéia de que as relações de propriedade teriam uma função primordial no processo de regulação da produção, atribuindo-lhes um papel tão insignificante que conduziria à situação de a informática tomar o papel da propriedade. Disto conclui-se que a luta pela propriedade dos meios de produção realmente não teria mais sentido na sociedade pós-industrial⁸⁷.

A nova sociedade que Schaff acaba por idealizar, no entanto, oferece um perigo, ressaltado pelo próprio autor, de volta das classes sociais, que seria a substituição da propriedade dos meios de produção pela propriedade da informação:

Pode-se produzir uma nova divisão entre as pessoas, a saber: uma divisão entre as que têm algo que é socialmente importante e as que não têm. Este "algo", no caso, é a informação no sentido mais amplo do termo que, em certas condições, pode substituir a propriedade dos meios de produção como fator discriminante da nova divisão social, uma divisão semelhante, mas não idêntica, à atual subdivisão em classes (Schaff, 1993: 49).

O curioso, na obra de Schaff, é que o autor sempre tenta utilizar a teoria marxiana como ponto de apoio para confirmar sua teoria (estratégia que Gorz seguidamente também utiliza). Assim sendo, Schaff faz referência aos *Grundrisse*, buscando embasar sua teoria do fim do trabalho na obra de Marx:

Desta forma, Reich aproxima-se do pensamento de Bell, para quem os indivíduos dominantes da sociedade pós-industrial seriam os cientistas, os matemáticos, os economistas e os engenheiros, os representantes de uma nova intelectualidade (Bell, 1976: 344). Já para Castel (1998: 459), os agentes que desempenham o papel de "mentores", mais que de executores, continuam a ser destituídos de poder de decisão dentro do capitalismo, a exemplo do antigo proletariado.

⁸⁷ Contraopondo a posição de Schaff, Wimmer nega que a propriedade esteja perdendo o seu sentido no modo de produção capitalista: *A velha teoria, segundo a qual a importância da propriedade está diminuindo, é refutada radicalmente pelo próprio desenvolvimento da ciência e da técnica a que essa mesma teoria se refere (Wimmer, 1987: 90)*. Da mesma maneira que Schaff, Gorz, em *Los Caminos del Paraíso*, também considera ser a questão da propriedade em uma sociedade pós-industrial de caráter secundário: *Los productos se convierten de modo esencial en unos instrumentos de poder en manos de una clase dirigente cuyo poder ya no se asienta en la propiedad sino en el control del aparato de control (Gorz: 1986: 65)*.

Citarei aqui – como curiosidade histórica e não como prova (ainda que para os marxistas seja algo mais que uma curiosidade: é antes a prova da clarividência de seu mestre) – o fato de que Karl Marx previu a situação hodierna há mais de cem anos (em 1859), no primeiro esboço de O Capital, conhecido pelo título de Grundrisse. Nas páginas 582-600 desta obra (Dietz-Verlag, Berlim 1953) – que devido a estranhos infortúnios não veio à luz sob a forma impressa senão em 1939-1941 – Marx previu o advento da automação e da plena automação, em decorrência das quais ocorreria uma mudança na posição do proletariado e da estrutura de classes da sociedade (Schaff, 1993: 43).

Sobre o comentário de Schaff, pode-se, em primeiro lugar, afirmar que o autor não cita literalmente Marx, apenas faz uma referência à obra e à paginação da edição alemã⁸⁸; em segundo lugar, buscando-se na fonte (mesmo que na publicação em espanhol), observa-se que não há, na referida obra, o sentido que Schaff busca extrair dos escritos de Marx. Assim sendo, mesmo que o tema seja posteriormente tratado no capítulo 3, vale a pena verificar o que Marx escreveu literalmente nos *Grundrisse*:

Tan pronto como el trabajo en su forma inmediata ha cesado de ser la gran fuente de la riqueza, el tiempo de trabajo deja, y tiene que dejar, de ser su medida y por tanto el valor de cambio [deja de ser la medida] del valor de uso. El plustrabajo de la masa há dejado de ser condición para el desarrollo de la riqueza social, así como el no-trabajo de unos pocos há cesado de serlo para el desarrollo de los poderes generales del intelecto humano... Desarrollo libre de las individualidades, y por ende no reducción del tiempo de trabajo necesario con miras a poner plustrabajo, sino en general reducción del trabajo necesario de la sociedad a un mínimo, al cual corresponde entonces la formación artística, científica, etc., de los individuos gracias al tiempo que se ha vuelto libre y a los medios creados para todos (Marx, 1987a: 228-29).

⁸⁸ O fato de o autor não citar literalmente Marx, em *A Sociedade Informática*, incorre em uma crítica do próprio Schaff em obra anterior, *Marxismo e Existencialismo*, quando o autor fazia uma contraposição entre a crítica niilista e a crítica efetiva. Os primeiros interpretam erroneamente o que se propõe a criticar; quanto aos segundos, em que Schaff se inclui, deveriam seguir algumas condições básicas, em que, ao menos no primeiro item abordado, Schaff incorre em sua própria crítica: *A crítica efetiva, por sua vez, deve atender pelo menos às três condições básicas seguintes: 1) Deve basear-se no conhecimento e citação adequados das opiniões do adversário, a que devemos opor contra-argumentos pertinentes. 2) Deve assinalar nas opiniões criticadas os problemas que explicam sua atração, capaz de perdurar ainda quando se concorda serem falsas as soluções por elas propostas. 3) Deve apresentar soluções alternativas, positivas, a esses problemas (Schaff, 1965: 20-21).*

Com a afirmação de que, com o desenvolvimento da grande indústria, o homem tornar-se-ia livre do tempo de trabalho socialmente necessário e do mais-trabalho, podendo dedicar-se, então, à sua formação artística, científica etc, Marx refere-se à uma sociedade com organização econômica socialista ou comunista, esta sim, uma sociedade de tempo livre, resultado da introdução de inovações tecnológicas, que viriam beneficiar os trabalhadores e não escravizá-los ainda mais. No capitalismo, a introdução de novas tecnologias resulta em diminuição de salários, desqualificação do trabalho e ampliação do exército industrial de reserva, sendo errôneo interpretar a afirmação de Marx como se fora referida a uma sociedade de caráter capitalista, conforme interpreta Schaff.

A essência do pensamento de Schaff é que a humanidade está vivenciando o fim da classe trabalhadora e das formas tradicionais de trabalho, como resultado das inovações tecnológicas desenvolvidas nas últimas décadas. Qualquer perspectiva de transformação revolucionária da sociedade pela classe trabalhadora estaria, assim, sem sentido. O modo de produção capitalista estaria mostrando-se eterno, e no máximo o capitalismo conheceria algumas transformações de caráter limitado, que manteriam a propriedade privada dos meios de produção.

Assim como Gorz, Schaff busca muitas vezes respaldo em sua formulação teórica nos escritos marxistas, do qual por muito tempo ele foi considerado um dos principais representantes. No entanto, pôde-se observar que as afirmações de Schaff não correspondem a uma real interpretação dos escritos marxianos. Schaff, juntamente com Gorz, é, sem dúvida, um dos mais expoentes representantes da tese do fim da centralidade do trabalho. Apesar de sua obra não ser tão extensa quanto à daquele, seus textos são tão instigantes e polêmicos quanto os de Gorz.

2 A sociedade do tempo livre e a diminuição da jornada de trabalho

Os autores que defendem a tese do fim da centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo, em sua grande maioria, defendem a redução da jornada de trabalho como solução para a problemática do desemprego gerado pelas inovações tecnológicas e novas formas de gerenciamento. Desta forma, as duas questões estão intimamente ligadas, sendo o fim da centralidade do trabalho e a conseqüente redundância do trabalho o problema, enquanto a redução da jornada de trabalho apresenta-se como a única alternativa.

2.1 Antecedentes históricos

O “elogio ao trabalho”, como a História demonstra, não é um ingrediente comum a todos os modos de produção. Na antiga Grécia, bem como em Roma, o trabalho era visto como uma atividade indigna, não condizente com a situação de homens livres, que viam o ócio como uma virtude. A aproximação da imagem do trabalho ao sentido de virtude e da imagem do ócio como ligada ao vício, pode ser buscada nos estudos de Weber, que atribui a apologia ao trabalho e o desprezo pelo ócio à ascensão do protestantismo⁸⁹.

A luta pela redução da jornada de trabalho é tão antiga quanto o próprio capitalismo. Já no século XIX, surgem obras de grande repercussão no movimento operário abordando o tema. Marx, ao afirmar que a jornada de trabalho era dividida em duas partes, o tempo de trabalho socialmente necessário e a mais-valia, deixa clara sua posição de que o trabalhador produz mercadorias em um tempo além do que deveria para corresponder à sua remuneração⁹⁰.

⁸⁹ *Muito mais do que no luteranismo, escreve Weber, no calvinismo (particularmente em sua versão inglesa puritana), tornou-se regra moral o dito “mãos desocupadas, oficina do diabo”. Nesse aforismo está sintetizada a metamorfose do trabalho num ethos. De castigo divino que fora, tornou-se virtude e chamamento (ou vocação) divino (Chauí, 1999: 13). Nas palavras do próprio Weber. O trabalho deve, ao contrário, ser executado como um fim absoluto por si mesmo – como uma “vocação” (Weber, 1996: 39).*

⁹⁰ Marx, em *O Capital*, refuta a tese de que o lucro do capitalista originar-se-ia do trabalho de administração e vigilância, mas sim, afirma que a origem da mais-valia resulta de trabalho não pago: *O valor de um dia da força de trabalho importava em 3 xelins, porque nela mesma está objetivada meia*

Assim sendo, a extensa jornada de trabalho imposta aos trabalhadores⁹¹ seria tão somente justificável devido à necessidade de produzir mais-valia para os capitalistas, pois, para produzir o equivalente ao valor recebido na forma de salário, bastaria trabalhar o período referente ao tempo de trabalho socialmente necessário. Desta forma, seria socialmente aceitável o trabalhador cumprir uma jornada de 6 horas diárias:

El obrero, por tanto, sólo tendría que trabajar ¼ de día para vivir uno entero; el capitalista, pues, sólo tiene que darle al obrero, en el intercambio, ¼ día de trabajo objetivado para aumentar su plusvalía, mediante el proceso de producción, de ½ a ¾, al ganar, en lugar de ½ día de trabajo objetivado, ¾ de día de trabajo objetivado (Marx, 1987b: 276).

Observa-se, portanto, que a luta pela redução da jornada de trabalho pelo conjunto da classe trabalhadora mostra-se plenamente justificável, e, apesar da forte resistência das classes proprietárias dos meios de produção, os trabalhadores têm historicamente alcançado grandes conquistas⁹², como no caso da promulgação em 1847, da lei inglesa que estabelecia a jornada de trabalho em 10 horas⁹³. Mesmo que a

jornada de trabalho, isto é, porque os meios de subsistência necessários para produzir diariamente a força de trabalho custam meia jornada de trabalho. Mas o trabalho passado que a força de trabalho contém, e o trabalho vivo que ela pode prestar, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário, são duas grandezas inteiramente diferentes. A primeira determina seu valor de troca, a outra forma seu valor de uso. O fato de que meia jornada seja necessária para mantê-lo vivo durante 24 horas não impede o trabalhador, de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira (Marx, 1983: 159).

⁹¹ Sobre a desumana condição a que eram submetidos os trabalhadores no período da Revolução Industrial, com jornadas de trabalho que alcançavam até 18 horas diárias, ver o capítulo VIII do livro I de *O Capital* (Marx, 1983) e a obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (Engels, 1988).

⁹² Marx chama a atenção para o fato de que enquanto o montante dos salários é determinado pelas leis do mercado, o estabelecimento da jornada de trabalho sempre tem se dado pela ação do poder legislativo e pela intensa pressão do operariado: *Em todo caso, este resultado não teria sido alcançado por meio de convênios privados entre os operários e os capitalistas. E esta necessidade mesma de uma ação política geral é precisamente o que demonstra que, na luta puramente econômica, o capital é a parte mais forte (Marx, s/db: 375).*

⁹³ A lei fabril de junho de 1847 reduzia a 10 horas diárias a jornada de trabalho de jovens entre 13 e 18 anos e de mulheres. Além dos esforços para que a lei não entrasse em vigor, houve uma brutal redução salarial como reação à medida: *Seguiu-se então nova redução de 8 1/3 %, logo que a jornada de trabalho de trabalho foi reduzida a 11 horas, e do dobro, logo que foi reduzida definitivamente a 10 horas (Marx, 1983: 225).* Outra reação tomada pela burguesia industrial foi a utilização de um número maior de operários menores e de mulheres, que se mostravam imprescindíveis para a produção capitalista: *Pero los fabricantes, cuando la coyuntura de prosperidad les exigió aumentar em número de horas de trabajo, encontraron la solución al problema. Lo mismo que venían haciendo ya antes com los niños menores de*

partir de 1840 tenha havido a eclosão de uma série de greves tendo por demanda a redução da jornada de trabalho, Boissonnat (1998: 46) afirma ser, ao menos no caso da França, esta reivindicação de carácter secundário se comparada com a luta pelo aumento dos salários, o que seria revertido a partir de 1864 e, em especial, depois de 1919.

A luta pela redução da jornada de trabalho é apresentada por Marx como um direito dos trabalhadores, que têm parte de sua força de trabalho roubada pelo capital, sendo esta a base da construção da riqueza na sociedade capitalista. A redução da jornada de trabalho, por outro lado, aparece como um importante instrumento na construção de uma sociedade socialista em que homens e mulheres possam dedicar seu tempo livre para atividades mais prazerosas de carácter cultural, artístico, entre outras, como visto no final do capítulo anterior, livres do trabalho alienado⁹⁴, sempre presente no capitalismo. Esta tese fica bem sintetizada nas palavras de Astrada:

O homem não pode ser efetivamente livre em qualquer espécie de sociedade. Como Marx viu, só numa comunidade de produtores associados, num Estado socialista, como etapa para a sociedade comunista, o homem pode conquistar sua liberdade mediante a redução da jornada de trabalho (Astrada, 1968: 99).

Com a publicação de *O Direito à Preguiça*, de Paul Lafargue, em 1880, a discussão sobre a redução da jornada de trabalho toma grande repercussão. Lafargue acusa o trabalho de ser a causa da degeneração intelectual dos trabalhadores, bem como de sua deformação do carácter orgânico (Lafargue, 1983: 25). O trabalho, sob o modo de produção capitalista, representaria a negação do tempo livre aos operários, absorveria todos os seus demais instintos e desenvolveria o que Lafargue chama de “uma estranha loucura”, que é o amor pelo trabalho, imposto pelas classes proprietárias dos meios de produção e abençoado pela religião. O autor desnuda o sentido mais perverso do trabalho que o discurso burguês insiste em ocultar:

14 años, cuya jornada de trabajo se hallaba más limitada aún, contrataron a unos cuantos jóvenes y mujeres más como fuerzas auxiliares y de relevo (Engels, 1987: 56).

⁹⁴ A questão da alienação ou heteronomia do trabalho foi abordada no capítulo anterior, nas seções 1.3.3 e 1.4.2, intituladas, respectivamente, *As décadas de 80-90 e o fim do proletariado em Gorz*, e *A questão da alienação no capitalismo atual*.

Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a riqueza social e suas misérias individuais, trabalhem, trabalhem para que, ficando mais pobres, tenham mais razões para trabalhar e tomarem-se miseráveis. Essa é a lei inexorável da produção capitalista (Lafargue, 1983: 34).

Com toda a pressão sobre o operariado para que a apologia ao trabalho seja aceita como algo natural, em que a ideologia burguesa e o discurso religioso em muito contribuíram, torna-se necessário que seja denunciado o trabalho assalariado e alienado como a razão da opressão dos trabalhadores. Assim, com a introdução de novas tecnologias, através da utilização de máquinas sofisticadas no capitalismo do final do século XIX, aliada à abundância de matérias-primas, Lafargue visualiza a possibilidade de o movimento operário pressionar com maior ênfase no intuito de conquistar a redução da jornada de trabalho⁹⁵.

A redução da jornada traria a possibilidade de distribuir o trabalho entre todos, extirpando, assim, o crescente problema do desemprego⁹⁶. Desta maneira, a redução do tempo de trabalho seria, além de tudo, um elemento de conscientização do operariado, que, com mais tempo dedicado ao lazer, passaria a reconhecer as virtudes e a gozar de seu “direito à preguiça”:

Por que não distribuí-lo uniformemente pelos doze meses e forçar os operários a se contentarem com seis ou cinco horas diárias, durante o ano, em vez de terem uma indigestão de doze horas durante seis meses? Tendo assegurada sua porção cotidiana de trabalho, os operários já não terão inveja uns dos outros, já não brigarão para tirar o trabalho das mãos e o pão das bocas um do outro; e, então, não

⁹⁵ Sobre a proposta de redução da jornada de trabalho de Lafargue, afirma Chauí: *Pensamos ser este o momento decisivo de “O Direito à Preguiça”. E por dois motivos principais: em primeiro lugar, pela inversão paradoxal que Lafargue impõe aos valores burgueses e operários, pois, agora, o trabalho é considerado um vício diabólico e a preguiça, mãe das virtudes. Em segundo lugar, pelo seu sentido pedagógico, ou seja, uma vez que não é possível, de um só lance, suprimir a convicção proletária do dever do trabalho assalariado, Lafargue propõe diminuir o tempo de trabalho para que os operários comecem a praticar “as virtudes da preguiça” (Chauí, 1999: 44-45).*

⁹⁶ Lafargue acredita que a jornada de trabalho poderia ser reduzida para 5 ou 6 horas ao dia, mais adiante considera apenas três horas diárias como suficiente: *Se, extirpando do peito o vício que a domina e que avilta sua natureza, a classe operária se levantasse em sua força terrível, não para exigir os Direitos do Homem, que não passam dos direitos da exploração capitalista; não para reivindicar o Direito ao Trabalho, que não passa do direito à miséria, mas para forjar uma lei de bronze que proíba o trabalho além de três horas diárias, a Terra, a velha Terra, tremendo de alegria, sentiria brotar dentro de si um novo universo... (Lafargue, 1983: 53).*

estando esgotados do corpo e da mente, começarão a praticar as virtudes da preguiça (Lafargue, 1983: 46).

Tanto Lafargue quanto seu ilustre sogro, Marx, ao oporem-se à longa jornada de trabalho a que se submetiam os trabalhadores do século XIX, apresentam um libelo anticapitalista contra a exploração e à alienação do capital. Em nenhum de seus escritos estes autores acreditaram na possibilidade de uma sociedade do tempo livre sob o capitalismo, já que, na luta entre o capital e o trabalho, o primeiro sempre leva vantagem, o que não era novidade nem para o liberal Adam Smith.

Desta forma, a sociedade do tempo livre, ou do reino da liberdade, só poderia ser constituída com a propriedade social dos meios de produção e o poder político como monopólio da classe produtora, após a superação positiva do capitalismo.

Outro trabalho clássico sobre a necessidade de redução da jornada de trabalho é a obra de Bertrand Russel, *O Elogio ao Ócio*, publicado em 1935. Russel critica o que ele chama de “crença na virtude do trabalho”, que seria responsável por uma série de malefícios vivenciados pela humanidade. A idéia da virtuosidade do trabalho poderia ter seu sentido em um período em que as forças produtivas fossem pouco desenvolvidas, mas, depois do advento da revolução industrial, passariam a carecer de qualquer forma de sentido.

Existiriam, para Russel, dois tipos de trabalho: o primeiro tipo é o executado por aqueles que efetivamente trabalham, e em segundo lugar, o trabalho que consiste em mandar os outros executarem as tarefas para si:

O primeiro tipo é desagradável e mal pago, o segundo é agradável e muito bem pago. O segundo tipo pode ser estendido indefinidamente: além daqueles que dão ordens, há os que dão conselhos a respeito das ordens que devem ser dadas (Russel, 2001: 51-52).

A sociedade moderna, industrializada, não necessitaria de tantas horas de trabalho, devendo sobrar mais tempo a ser dedicado ao lazer do trabalhador. Para tanto, Russel propõe que a jornada de trabalho ficasse restrita a quatro horas, em que o trabalho executado neste período de tempo seria suficiente para que os indivíduos

pu dessem, no entender do autor, satisfazer suas necessidades elementares, bem como as suas necessidades de conforto exigidos pela vida (Russel, 2001: 59).

A partir da dedicação de apenas quatro horas diárias ao trabalho, Russel acredita que as pessoas poderiam dedicar mais tempo ao desenvolvimento de sua educação, de diversas habilidades, como a pintura e as artes em geral, alcançando a humanidade, enfim, a alegria de viver, ao invés de todo o desgaste físico e emocional à exaustão, a que a população é submetida pela estressante faina a que são obrigados a enfrentar diariamente, por quase toda a vida.

2.2 A sociedade do tempo livre em Gorz

Como já foi visto anteriormente, os autores que defendem a tese do fim da centralidade do trabalho estão intimamente ligados com a tese da sociedade do tempo livre, que seria originada exatamente do fim do trabalho, o que resultaria na possibilidade dos indivíduos dedicarem boa parte de seu tempo e de suas vidas a atividades que lhes dessem verdadeiro prazer e satisfação, ao invés de terem sua energia e sua saúde deterioradas em função do trabalho alienado, imposto pelo capital.

Em *O Socialismo Difícil*, Gorz preocupa-se com o caráter das atividades de lazer a que os trabalhadores dedicam seu tempo livre. Além de não terem controle algum sobre o que está sendo produzido em termos de mercadorias, os trabalhadores não exercem tampouco controle sobre seu tempo livre, no sentido em que este contribua para o pleno desenvolvimento das diversas ações dos indivíduos.

A tese de Gorz é facilmente explicável por ter a sociedade capitalista, bem como a socialista, como atividade principal o trabalho produtivo, o que transfere, de certa maneira, para o tempo livre dos trabalhadores, a lógica do trabalho, transformando os períodos de lazer em uma extensão do período de trabalho. O autor contesta, então, as afirmações que dizem ser o tempo de não-trabalho uma compensação pelo tempo dedicado ao trabalho:

Essa tese só seria defensável se o desenvolvimento das forças produtivas permitisse que a atividade do tempo livre fosse considerada como atividade social principal e o trabalho diretamente produtivo como

atividade acessória (acessória tanto por sua pouca duração quanto com relação à potência dos processos automáticos), isto é, como um dado marginal do trabalho social pessoal (Gorz, 1968b: 135).

Para Gorz, torna-se necessário, como condição prévia visando alcançar o livre desenvolvimento das faculdades humanas, a superação do trabalho heterônomo, alienado, em que o indivíduo não consiga mais separar o que é trabalho e o que é tempo livre⁹⁷, quando o indivíduo apresentar em seu trabalho a possibilidade de desenvolver sua iniciativa pessoal, bem como a oportunidade e a plena liberdade de trocar suas experiências com os demais trabalhadores. Daí origina-se a necessidade de transformação tanto nas relações de produção, como nas de trabalho:

Uma sociedade que introduzisse uma semana de 32 ou 24 horas sem que as relações de produção e de trabalho se modificassem, e na qual os indivíduos, após o trabalho, se dispersassem em seus subúrbios para ver televisão, cultivar o próprio jardim, receber um ao outro para partidas de bridge ou de xadrez, ou se agrupar em bandos de "hooligans" ou em associações de colecionadores, em nada teria avançado no sentido de uma forma superior de civilização, mas simplesmente produziria, em maior escala, a civilização subproletária das grandes cidades americanas (Gorz, 1968b: 137).

Com a publicação de *Estratégia Operária e Neocapitalismo*⁹⁸, Gorz propõe a construção de um modelo alternativo ao desenvolvimento capitalista⁹⁹, centrado em um novo projeto de sociedade que emancipe os cidadãos, no sentido de possibilitar o pleno desenvolvimento de suas faculdades humanas. Nesta sociedade, em que o tempo livre

⁹⁷ Gorz afirma isso nesta passagem de *O Socialismo Difícil: Não poderá, pois, existir uma cultura proletária a não ser quando for vencida a barreira que separa o universo do trabalho do universo do tempo livre. A atividade do tempo livre não poderá deixar de ser um passatempo e uma compensação, não poderá ter dimensão cultural (e portanto social) a não ser que ela encontre um prolongamento, uma saída, um campo de aplicação particular na atividade social principal: o trabalho (Gorz, 1968b: 137-138).*

⁹⁸ O sentido que o autor dá ao termo "neocapitalismo" refere-se ao Estado de bem-estar (*welfare state*), que predominava nos países desenvolvidos no período em que Gorz publica a obra, em 1964. Ver Queiroz (1999: 85).

⁹⁹ Gorz, apesar de em *Estratégia Operária e Neocapitalismo* apresentar um discurso anti-capitalista, propõe, na verdade, uma transição pacífica para o socialismo, com a utilização de "setores socializados" dentro do próprio capitalismo, atribuindo ao embate que ocorrerá entre os dois setores, a definição do futuro do sistema: *Essa contradição só pode aguçar-se com o tempo, aguçando então os conflitos entre as classes, até que uma ou outra – que um ou outro setor – se exponha ao ataque final (que pode, na melhor das hipóteses ser pacífico) pelo prosseguimento de seus recuos sucessivos e parciais (Gorz, 1968a: 105).*

se faria presente, e não necessariamente seria um modelo socialista, caberia à população decidir o tipo de organização social que deveria ser formado, e quais seriam as necessidades coletivas a serem priorizadas (Gorz, 1968a: 103).

As mudanças que se operam no mundo do trabalho exigiriam, para Gorz, não mais a mera reprodução simples da força de trabalho, mas a reprodução ampliada, ou seja, é necessário que os trabalhadores se qualifiquem¹⁰⁰, que desenvolvam a capacidade de acompanhar as novas concepções científicas e técnicas.

O resultado desta nova demanda por trabalhadores mais qualificados implica em que o ensino faça parte de suas vidas, no sentido de propiciar a capacidade de criação, adaptação e de desenvolvimento do trabalhador. Toda esta formação para o trabalho obriga os capitalistas a admitirem que comandam não somente o tempo de trabalho produtivo dos seus empregados, como também de seu tempo de não-trabalho, o que, no entanto, não os obriga a arcarem com os custos sociais da reprodução ampliada da força de trabalho:

E essa repugnância é lógica: considerar a renovação e a extensão das competências do trabalhador como fazendo parte integrante do trabalho seria reconhecer que o trabalhador trabalha, mesmo quando não está produzindo mercadorias; que está produzindo riquezas mesmo quando não está produzindo mercadorias; que está produzindo riquezas mesmo quando não produz nada que, para seu empregador, seja vendável: nada além de seus recursos morais e intelectuais que são o próprio trabalhador, tal como ele se faz em seu trabalho, isto é, quando não está desintegrado pelo trabalho que os outros lhe impõem (Gorz, 1968a: 116-117).

Em suma, o tempo considerado livre do trabalhador, como já afirmado anteriormente, está a serviço do capital:

Admitir a reprodução ampliada da força de trabalho seria portanto admitir o tempo livre, não como tempo desempregado e vazio, mas

¹⁰⁰ Em artigo publicado em 1973, *O Despotismo de Fábrica e suas Conseqüências*, Gorz vai um pouco mais além na discussão a respeito dos efeitos perversos que as novas formas de produção trazem ao trabalhador, no sentido que, contraditoriamente, ao buscar qualificação profissional, ele está se deparando com sua desqualificação como agente fundamental na produção: *A contradição profunda na qual esbarra o capital provém do fato de que a desqualificação do trabalho se dá juntamente tanto com a crescente qualificação social dos trabalhadores como com a desqualificação (ou desvalorização) social de qualquer trabalho enquanto força produtiva (Gorz, 1996b: 85).*

como tempo socialmente produtivo onde o indivíduo se renova a si próprio (Gorz, 1968a: 117).

A partir destas observações do autor, verifica-se que a mudança do padrão tecnológico do capitalismo contemporâneo, ao mesmo tempo que exige o desenvolvimento cultural do trabalhador, de modo que propicie sua melhor qualificação para atender a demanda por uma força de trabalho em consonância com os novos tempos, também deve contribuir para que o aumento do capital fixo, em detrimento do capital variável, possibilite a diminuição da jornada de trabalho.

A demanda popular pela redução da jornada de trabalho, desta forma, seria duplamente justificável, tanto pela redução do trabalho vivo exigido para produzir a mesma quantidade de mercadorias que anteriormente, resultado do aumento da produtividade do trabalho, quanto pela necessidade de desenvolvimento cultural por parte dos trabalhadores, o que exigiria um tempo de não-trabalho maior:

É por isso, finalmente, que a redução da semana de “trabalho” permanece uma reivindicação fundamental da mesma forma que a multiplicação dos equipamentos culturais e sua autogestão por parte dos trabalhadores. O tempo necessário para a reprodução da força de trabalho não é o mesmo em 1964 que em 1904 para nenhum tipo de trabalhador, da mesma forma que nunca foi o mesmo para um pianista de concertos que para um afinador de pianos. O aumento do tempo livre não é o aumento do tempo vazio, mas o aumento do tempo (socialmente produtivo) que é objetivamente e subjetivamente necessário à produção de indivíduos humanos e de um mundo humano (Gorz, 1968a: 124-125).

Verifica-se, deste modo, que a sociedade do tempo livre é esboçada por Gorz, já em sua obra dos anos 60, como sendo o modelo de sociedade ideal a ser construída, e que a sociedade industrial com alto desenvolvimento tecnológico estaria criando condições para a superação da sociedade do trabalho¹⁰¹.

¹⁰¹ A tese aqui defendida de que já em seus escritos dos anos 60 Gorz idealiza uma sociedade de tempo livre como sendo o grande desiderato a ser contraposto à sociedade do trabalho heterônomo não é compartilhada por Silva, ao afirmar que a obra de Gorz apresentaria como ideal de sociedade, nos anos 60, um modelo de sociedade baseada na autogestão da produção, e somente em sua obra mais recente, um modelo de autogestão do tempo livre (Silva, 1995: 146). No presente trabalho, está se considerando que a sociedade do tempo livre, que aparece tanto em *O Socialismo Difícil*, quanto em

Utilizando-se dos *Grundrisse* de Marx, Gorz busca embasamento para sua tese, afirmando que o padrão de riqueza da sociedade deveria deixar de ser o tempo de trabalho incorporado nas mercadorias, mas ser o tempo livre¹⁰². Seria necessário esclarecer aos trabalhadores que são eles os legítimos “instrumentos de seus instrumentos” (Gorz, 1968a: 136), e que a degradação de seu período de lazer deve-se à degradação do trabalho a que estes são submetidos.

Uma importante questão a ser levantada sempre que se fala em redução da jornada de trabalho - pode-se inclusive argumentar como sendo um importante fator para que a construção de uma sociedade do tempo livre seja pouco provável no capitalismo – é a de quem irá arcar com os custos desta diminuição de jornada: os salários devem permanecer os mesmos, ou devem sofrer algum tipo de redução, proporcional à diminuição do tempo não trabalhado, ou de algum outro tipo?

Em *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, Gorz acredita ser possível manter os lucros dos capitalistas, mesmo se implantada uma redução da jornada de trabalho, mesmo ocorrendo conquistas salariais por parte dos trabalhadores, pois acredita que o aumento do consumo advindo tanto dos aumentos salariais, quanto com os gastos nas atividades de lazer, compensariam suas possíveis perdas:

Com efeito, é às reivindicações gerais de consumo e de lazeres que o capitalismo moderno, com suas capacidades de produções não-empregadas e liquidez à procura de um mercado, pode opor a linha de defesa mais elástica. Pode reabsorver tanto os aumentos nominais de salários quanto as reduções de horário, sem que os lucros ou sobretudo, o poder dos monopólios sejam atingidos, sem que a classe operária, através de suas vitórias reivindicativas, aumentem coisa alguma seu poder (Gorz, 1968a: 31).

A preocupação de Gorz com a manutenção dos lucros dos capitalistas com o advento da redução da jornada de trabalho aparecerá em outros escritos, no entanto,

Estratégia Operária e Neocapitalismo, é parte do modelo de autodeterminação das condições e das relações de trabalho, formulado em sua obra dos anos 60, mas enfatizado, isto sim, na terceira fase da obra de Gorz, conforme identificado neste trabalho, a partir de *Adeus ao Proletariado*.

¹⁰² As mesmas afirmações feitas em relação a Schaff, no capítulo anterior, são válidas aqui. Quando Marx, nos *Grundrisse*, fala na construção de uma sociedade em que o tempo de trabalho tenha cessado de ser a fonte de riqueza e medida de valor, refere-se a uma sociedade não capitalista, de caráter socialista ou comunista, fato que, para Gorz, parece não apresentar grande relevância.

no decorrer dos anos, o autor terá formulado posições diversas sobre o tema, como poderá ser observado mais adiante.

Nos escritos dos anos 70, Gorz priorizou as questões referentes à defesa da causa ecológica, no entanto, embora de maneira não tão enfática quanto em suas obras dos anos 80 e 90, a defesa da redução da jornada de trabalho também está presente.

Em *Ecología y Libertad*, publicado em 1977, Gorz afirma que o marxismo teria perdido o que ele chama de “valor profético” (Gorz/Bosquet, 1979: 11), ou seja, não teria previsto os problemas contemporâneos do capitalismo, entre outros, a crise do trabalho, a crise da relação do homem com a natureza, com seu próprio corpo, com o sexo oposto, com a sociedade e a crise da vida urbana.

Partindo do pressuposto de que “toda produção é por sua vez destruição” (Gorz/Bosquet, 1979: 29), é que o autor busca fazer uma análise do capitalismo moderno, já que, como afirmara anteriormente, o marxismo mostrou-se incapaz de fazê-lo. A idéia central de Gorz é que o capitalismo moderno estaria precarizando a vida do homem na terra, ao desequilibrar nosso ecossistema. Gorz conclui que a crise atual que estaríamos vivendo teria uma dupla característica: a) seria uma crise de sobreacumulação; b) e uma crise de reprodução.

A crise de sobreacumulação seria originária da substituição do homem pela máquina, que obrigaria os capitalistas a buscarem, de todas as formas, aumentar seu lucro para cobrir os custos elevados do investimento em maquinário:

La construcción de la máquina ha sido costosa; por lo tanto, será preciso rentabilizar la inversión que representa su adquisición, lo cual significa que el inversor intentará obtener un beneficio superior al precio que le ha costado la instalación de la máquina. La máquina es un capital por cuanto sirve para producir ese beneficio por mediación de los obreros que trabajan en ella. La lógica del capital estriba en tratar de crecer (Gorz/Bosquet, 1979: 31).

O processo de crescente investimento em inovações tecnológicas e da necessidade de aumentar os lucros capitalistas conduz, para Gorz, ao surgimento de máquinas cada vez mais encarecidas, o que obriga a que os lucros aumentem ainda

mais, em escala sempre crescente. Pode-se somar ainda o fato de que os salários dos operários são cada vez mais diminuídos. O resultado, para o autor (Gorz/Bosquet, 1979: 32), é que o capitalismo contemporâneo estaria sendo conduzido a um processo de queda tendencial da taxa de lucros, como Marx já havia antecipado¹⁰³.

A crise de reprodução, para Gorz, estaria ocorrendo em função do esgotamento de recursos naturais, como água, ar, bosques, fertilidade natural da terra, entre outros. A escassez destes recursos não-renováveis estaria encarecendo seus preços, o que representaria um entrave a mais à realização dos lucros do capital:

En efecto, los nuevos yacimientos de materias primas únicamente pueden ser descubiertos y explotados al precio de inversiones mucho más elevadas que en el pasado. La financiación de estas inversiones supone un precio más alto de los productos básicos (Gorz/Bosquet, 1979: 36-37).

Apesar de detectar a crise do capitalismo contemporâneo, manifesta na crise de sobreacumulação e de reprodução, Gorz vê como solução para a crise (como já discutido no capítulo 1) a conscientização, por parte dos países capitalistas desenvolvidos, de que uma vida mais rica não somente é compatível com a redução das quantidades de mercadorias produzidas, como a sociedade atual estaria por exigir esta redução (Gorz/Bosquet, 1979: 41). O desafio de conformar-se com menos seria fundamental, cabendo aos setores de esquerda encamparem esta tese.

A necessidade de diminuir a produção, conscientizando a população da necessidade de consumir menos mercadorias supérfluas, somente se tornará exequível se houver a redução da jornada de trabalho, e é isto que Gorz ressalta em *Ecología y Libertad*:

¹⁰³ É no mínimo surpreendente que Gorz, ao mesmo tempo em que critica o marxismo por ter perdido o "valor profético", ao não ter previsto alguns dos problemas contemporâneos (como se Marx fosse um vidente e não um pensador), por outro lado, concorda com a tese marxiana de que estaria se confirmando a lei da queda tendencial da taxa de lucro, que Marx expõe no livro III, tomo I de *O capital* (Marx, 1984). Assim Gorz se refere à tese de Marx: *En términos marxistas se hablará de "sobreacumulación": la carga del capital en la producción se vuelve tan pesada (la composición orgánica tan elevada) que el capital no puede seguir reproduciéndose a un ritmo normal. Y entonces baja hasta cero el valor de los capitales que no reportan ya un beneficio suficiente. Estos capitales serán destruidos: se cierran, por ejemplo, las fábricas que ya no pueden utilizar plenamente sus máquinas, ni por lo tanto rentabilizarlas. Aparece la crisis (Gorz/Bosquet, 1979: 32).*

La reducción de la duración del trabajo social y la posibilidad de emplear el tiempo libre en actividades productivas son las bases del deterioro de las relaciones mercantiles y de competencia. La diferencia de los niveles de consumo y de los modos de vida dejará de significar desigualdad cuando sea el resultado, no ya de las diferencias de remuneración, sino de los objetivos diferentes que los individuos y los grupos persigan durante su tiempo libre (Gorz/Bosquet, 1979: 51-52).

O posicionamento de Gorz acerca da defesa da redução da jornada de trabalho, fica claro em dois aspectos. Em primeiro lugar, como importante meio de diminuir os efeitos da crise que o capitalismo estaria enfrentando; em segundo lugar, no enfrentamento ao trabalho heterônomo, que inibe a autonomia do trabalhador em benefício do capital¹⁰⁴.

No entanto, Gorz não considera que o tempo livre do trabalhador deva ser, necessariamente, desprovido de qualquer tipo de trabalho¹⁰⁵. Com a necessidade de o trabalho heterônomo das fábricas capitalistas restringir-se somente à produção de bens essenciais, poderia caber aos trabalhadores, em seu tempo livre, a produção de seus bens de caráter supérfluo:

Al estar limitado el trabajo social a las producciones socialmente necesarias, la reducción del tiempo de trabajo podrá correr parejas con la expansión de las actividades autogestionadas y libres. Además de lo necesario que está garantizado por la producción social, los individuos podrán crear durante su tiempo libre, solos o colectivamente, todo cuanto siendo superfluo les parezca deseable (Gorz/Bosquet, 1979: 64-65).

¹⁰⁴ Um importante argumento em favor da redução da jornada de trabalho seria utilizado em obras posteriores (*Los Caminos del Paraíso* de 1983 e *A Nova Agenda* de 1991): seria a união dos trabalhadores em torno desta proposta que viria ao encontro dos interesses tanto do “proletariado pós-industrial”, como dos “trabalhadores modernos” (1993: 245-246). Além da unificação entre os diferentes tipos de proletariado, ocorreria a união de interesses também entre trabalhadores e desocupados, pois, diminuindo a duração da jornada de trabalho, todos teriam acesso a inserir-se no mercado de trabalho (Gorz, 1986: 83).

¹⁰⁵ Esta idéia, bem como muitas outras a respeito da diminuição da jornada de trabalho e construção de uma sociedade do tempo livre encontra-se presente em *Adeus ao Proletariado: A redução da duração do trabalho é uma condição necessária; não é uma condição suficiente. Não contribui para a expansão da esfera da autonomia individual se o tempo livre continua sendo o tempo vazio do “lazer”, preenchido bem ou mal pelas diversões programadas dos “mass media”, pelos mercadores do capitalismo e pelo recuo de cada um na solidão da esfera privada* (Gorz, 1987a: 107-108). Em *Metamorfosis del Trabajo*, ao contrário, Gorz enfatiza a utilização do tempo livre às atividades ligadas ao ócio, e não tanto ao trabalho autônomo, ou produção de supérfluos, como afirmado anteriormente: *La disminución progresiva del trabajo con fin económico habrá permitido a las actividades autónomas llegar a ser preponderantes en ella: “El tiempo libre predominará sobre el tiempo constreñido, el ocio sobre el trabajo”...* (Gorz, 1991: 233).

A luta pelo desenvolvimento do trabalho autônomo e pela construção da sociedade do tempo livre vai ser ainda mais explorada a partir da publicação de *Adeus ao Proletariado* em 1980, que inaugura a considerada, neste trabalho, como a terceira fase da obra de Gorz.

Na visão do autor, o trabalhador moderno estaria se deparando com uma sociedade em que o trabalho estaria findando (conforme já estudado no capítulo 1), e, para tanto, não restariam mais do que duas alternativas a serem seguidas: a) optar pela sociedade do desemprego; b) optar pela sociedade do tempo livre (Gorz, 1987a: 12).

A escolha óbvia do autor é pela segunda alternativa, acreditando, no entanto, que seja possível a convivência entre o trabalho heterônomo (que agora seria melhor distribuído entre aqueles que desejam e necessitam trabalhar), juntamente com o trabalho autônomo, que ocorre por puro prazer do trabalhador, ou mesmo para produção de objetos para seu próprio uso, como os supérfluos citados anteriormente. Assim, Gorz acredita que o espaço do tempo destinado às atividades autônomas aos poucos iria tomando o lugar das atividades heterônomas:

Seja qual for o número dos empregos que subsistam nas indústrias e nos serviços depois que a automatização tiver atingido seu desenvolvimento pleno, tais empregos não poderão ser fonte de identidade, de sentido e de poder para aqueles que os ocupam. Porque a quantidade de trabalho necessário à reprodução não dessa sociedade e de suas relações de dominação, mas de uma sociedade viável, que disponha de tudo o que é necessário e útil à vida, essa quantidade está em rápida diminuição. Ela poderia ocupar apenas duas horas por dia ou quinze horas por semana ou ainda quinze semanas por ano ou dez anos numa vida (Gorz, 1987a: 91).

A jornada de trabalho, no capitalismo contemporâneo, estaria, para Gorz, sendo mantida, juntamente com o emprego, em níveis elevados de forma artificial, sem qualquer necessidade. A única justificativa que ocorre ao autor seria que o capitalismo estaria buscando produzir tanto coisas úteis como inúteis, que visariam “dar trabalho”

aos indivíduos¹⁰⁶, e perpetuar o que Gorz chama de “relações sociais de subordinação, de competição, e de disciplina” (Gorz, 1987a: 92).

Um maior aprofundamento acerca da discussão sobre a redução da jornada de trabalho Gorz faz em *Metamorfosis del Trabajo*, publicado em 1988. O autor formula a tese de que o movimento sindical por muito tempo relegou a segundo plano a proposta de expansão do tempo livre, detendo-se, prioritariamente, em reivindicações salariais. Desta forma, Gorz aponta para a existência de um conluio envolvendo interesses comuns entre patrões e sindicatos, visando à não-realização da discussão sobre a redução de jornada de trabalho¹⁰⁷. A resistência à redução da jornada de trabalho estaria, para Gorz, felizmente sendo derrubada no seio dos sindicatos, bem como pela esquerda européia¹⁰⁸.

Estando derrubadas, na atualidade, as principais resistências à idéia da expansão do tempo livre, surge uma nova questão a ser abordada: que tipo de redução da jornada de trabalho colocar em prática, e que meios empregar para a sua consecução. Assim sendo, algumas questões são levantadas por Gorz para discussão:

La reducción del tiempo del trabajo puede, en efecto, según sus formas, reducir las desigualdades o incrementarlas, aumentar la inseguridad o la seguridad, ser un factor de inserción o de exclusión social. Puede ser: 1°, igual para todos o diferenciada; 2°, general o selectiva; 3°, calculada a escala de la semana, del año o de la vida activa; 4°,

¹⁰⁶ Não resta dúvida de que a jornada de trabalho do capitalismo contemporâneo poderia ser reduzida drasticamente, no entanto, a manutenção desta jornada em patamares elevados, juntamente com o nível de emprego, com certeza, não se deve à necessidade de “dar trabalho”, como afirma Gorz, mas porque é útil ao capital como instrumento para a obtenção de seus lucros.

¹⁰⁷ A tese de Gorz sobre a existência deste acordo entre patrões e sindicatos não é, na verdade, muito rica em argumentos. Os sindicatos teriam interesse em manter a jornada de trabalho extensa, pois caso contrário, muitos poderiam optar em trabalhar menos e receber remuneração também menor, o que daria a entender que a remuneração dos trabalhadores com jornada extensa estaria acima das suas necessidades (Gorz, 1986: 176). Além disso, Gorz afirma que o aumento do tempo livre faria com que o indivíduo fosse algo mais que um trabalhador, já que, tanto para patrões como para os sindicatos, os trabalhadores seriam meramente trabalhadores (Gorz, 1991:154). A afirmação de Gorz de que o movimento sindical, de certa forma, teria no passado se mostrado arredo em relação à aceitação da proposta de redução da jornada é contestada por Carleial (1994: 66), para quem o movimento sindical sempre esteve comprometido com esta tese, apenas diminuindo sua ênfase em momentos de crise, de ampliação do desemprego e pela resultante diminuição do poder de pressão dos sindicatos.

¹⁰⁸ *En esto, la convergencia es casi perfecta entre el SPD alemán, e el PCI y los principales sindicatos italianos, que se ponen como objetivo la semana de 30 horas hacia finales del siglo, y las izquierdas (incluida la socialdemocracia), así como los sindicatos holandeses, cuyo objetivo es la semana de 25 horas con desarrollo de actividades sin fin económico y redistribución de las tareas domésticas entre la mujer y el hombre (Gorz, 1991: 242).*

acompañarse del aumento, el mantenimiento o la reducción de los ingresos; 5º, romper, flexibilizar o mantener el vínculo entre derecho al trabajo y derecho a unos ingresos (Gorz, 1991: 242-243).

Dentre todas estas questões discutidas por Gorz, a que merece ser mais bem esclarecida refere-se à manutenção ou não dos níveis de salários com a aplicação da redução da jornada de trabalho.

Viu-se anteriormente que, em *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, Gorz preocupa-se com a manutenção dos lucros dos capitalistas após o aumento do tempo livre dos trabalhadores. A preocupação ocorre novamente em *Los Caminos del Paraíso*, em que afirma a necessidade de manter o mesmo nível dos salários, mas acha que os capitalistas não terão prejuízos com a redução da jornada, ou, ao menos, entende que terão compensadas eventuais perdas. Assim sendo, parte de duas afirmações:

1º La reducción de la duración del trabajo debe ir a la par con el aumento de la productividad y no provoca, por tanto, ni un aumento de los costes unitarios ni un descenso del nivel de vida.

2º La liberación del tiempo provoca importantes reducciones de los costes en la esfera privada así como también en la esfera pública, pues permite un mayor grado de auto-producción y de ayuda mutua cooperativa (Gorz, 1986: 147).

A redução do tempo de trabalho com a manutenção dos mesmos níveis salariais, desta forma, somente seria possível com a elevação da produtividade do trabalho. Para que isto ocorra, são necessárias medidas que amplifiquem a produtividade, como a reeducação profissional, com incentivo ao desenvolvimento, versatilidade e criatividade dos trabalhadores.

O problema da manutenção dos salários no mesmo nível da jornada integral não apresentaria, em Gorz, dificuldades nas empresas altamente tecnificadas, com grande utilização da automação e da robótica, em que a composição dos salários entre seus custos é ínfima, não representando mais do que 5 a 10%. A preocupação ocorreria nos setores empresariais intensivos em utilização de força de trabalho e de baixa produtividade, o que poderia acarretar um aumento dos preços relativos, visando manter a mesma margem de lucros (Gorz, 1991: 256).

Ao buscar uma alternativa para resolver o problema com a manutenção dos salários em empresas de baixa produtividade, Gorz volta-se para a proposição da teoria do “segundo cheque”¹⁰⁹. Este consistiria em possibilitar aos capitalistas diminuir o salário de forma proporcional à redução da jornada de trabalho, sendo que, mesmo assim, os trabalhadores teriam acesso à remuneração integral devido à existência de uma nova remuneração, o “segundo cheque”, que cobriria a diminuição salarial.

O financiamento do “segundo cheque”, na opinião de Gorz, deveria ocorrer através da implantação de um imposto indireto, que incidisse sobre produtos e serviços¹¹⁰ determinados, e com diferentes alíquotas. Desta forma, seria implantado um sistema de preços que tivesse um caráter político, que iria aos poucos substituir os preços de mercado:

Se trata aquí de una extensión de prácticas ya en funcionamiento en todas las economías modernas. Todas corrigen el sistema de los precios de mercado mediante una serie de impuestos (sobre los carburantes, los automóviles, los productos de lujo, etc.) y de subvenciones (a los transportes en común, las producciones agrícolas, la vivienda, los teatros, los hospitales, las guarderías infantiles, las cantinas escolares, etc.). Cuando los costes unitarios de las producciones automatizables tienden a ser desdeñables y su valor de cambio está amenazado de hundimiento, la sociedad debe inevitablemente dotarse de un sistema de precios políticos que refleje sus elecciones y sus prioridades en materia de consumos individuales e colectivos (Gorz, 1991: 257).

Pode-se deduzir que o financiador do “segundo cheque” é o próprio consumidor dos produtos e serviços, ou seja, os próprios trabalhadores que seriam beneficiados com a diminuição da jornada de trabalho, financiariam sua segunda remuneração. Observa-se, assim, que a manutenção dos lucros capitalistas, preocupação de Gorz já constante em *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, permanece em *Metamorfosis del Trabajo*. Assim sendo, não são os capitalistas que arcam com o custo da redução da

¹⁰⁹ A teoria do “segundo cheque” encontra-se presente também na obra *Trabalhar Menos para Trabalharem Todos*, de autoria do discípulo de Gorz, Guy Aznar.

¹¹⁰ A defesa da criação deste imposto indireto sobre determinados bens e serviços já havia sido formulada por Gorz em *Caminos del Paraíso: Este fondo para el sueldo social se obtendrá por medio de un impuesto especial sobre las ventas o del IVA* (Gorz, 1986: 165).

jornada com manutenção de salários, aspecto este que, recentemente, foi ainda mais enfatizado por Gorz em *Salir de la Sociedad Salarial*:

La reducción de la duración del trabajo sin pérdida de remuneración, así como el derecho a una remuneración continua por un trabajo discontinuo tienen evidentemente un coste. Este coste no puede ser simplemente cargado sobre las empresas bajo la forma de un aumento de los salarios por hora (Gorz, 1994: 10).

Cabe ressaltar que, nesta queda de braço acerca de quem deveria pagar a conta da redução do tempo de trabalho, Gorz há muito tempo já fez sua opção pelo capital, parecendo, desta maneira, que o culpado pela situação de diminuição da oferta de trabalho seriam os próprios trabalhadores. Assim sendo, somente sob esta ótica absurda seria lógico que eles, de certa forma, paguem para trabalhar. Na verdade, no entanto, os verdadeiros culpados pela substituição do homem pela máquina e pela implantação das modernas técnicas de produção são aqueles que terão seus lucros intocados, os capitalistas.

Em um de seus mais recentes livros, *Misérias del Presente, Riqueza de lo Possible*, publicado em 1997, Gorz passa a considerar a hipótese de que possa haver a redução salarial, desde que resulte em redução do tempo de trabalho, e manutenção e ampliação do emprego¹¹¹.

Em meados dos anos 90, o autor passa a considerar que a redução da jornada de trabalho, a partir de então, mostra-se menos eficaz do que foi no passado, pois cada vez mais o patronato cria mecanismos para que a adoção da medida não cause impacto em suas empresas. Devido a isso, os capitalistas lançam mão do uso cada vez mais freqüente de trabalho precarizado, pelo qual, devido às suas especificidades - flexibilização de horários, de salários e de número de trabalhadores - a diminuição da

¹¹¹ Gorz toma o exemplo dos trabalhadores do transporte público na França: *En un caso, los trabajadores de transportes públicos decidieron aumentar sus efectivos en el 10%, organizándose entre ellos de manera que cada año un décimo de ellos esté siempre de licencia. Los basureros de Aarhus, por su parte, se organizaron para aumentar el efectivo empleado en un 25%: llevaron la tripulación de los camiones de recolección de basura a cuatro personas, pero cada una de éstas no trabaja más que tres semanas sobre cuatro. La pérdida de salario es del 9% por una reducción del tiempo de trabajo del 25% (Gorz, 1998a: 105-106).*

jornada não causaria grande alteração na estrutura produtiva das empresas (Gorz, 1994: 4).

Toda a discussão que Gorz faz acerca da necessidade de diminuir o tempo de trabalho heterônomo e, em consequência, ampliar o tempo livre, tem o objetivo de construir o que o autor chama de “a sociedade do tempo livre”:

A sociedade do tempo liberado se esboça apenas nos interstícios e como contraponto da sociedade presente: baseia-se no princípio do “trabalhar menos para todos trabalharem e ter mais atividades por conta própria”. Dito de outra maneira, o trabalho socialmente útil, distribuído entre todos os que desejam trabalhar, deixa de ser a ocupação exclusiva ou principal de cada um: a ocupação principal pode ser uma atividade ou um conjunto de atividades autodeterminadas, levadas a efeito não por dinheiro, mas em razão do interesse, do prazer ou da vantagem que nela se possa encontrar (Gorz, 1987a: 12).

Na citação anterior de *Adeus ao Proletariado*, fica claro que, para Gorz, a sociedade do tempo livre, idealizada por ele, se funde com o modelo de autogestão produtiva¹¹², que desenvolveria o setor autônomo em contraposição ao setor heterônomo, conforme observação feita anteriormente¹¹³.

A sociedade conhecerá, a partir daí, uma verdadeira revolução: a liberação do tempo de trabalho conduzirá ao predomínio da sociedade de tempo liberado sobre a sociedade produtivista, em que as questões de ordem cultural predominarão sobre as de caráter econômico, em que as atividades autodeterminadas prevalecerão sobre o trabalho remunerado (Gorz, 1991: 234) (Gorz, 1986: 118).

¹¹² Em *Misérias del Presente, Riqueza de lo Posible*, Gorz aponta uma alternativa para o trabalhador fugir do trabalho heterônomo, que seria a criação dos “círculos de cooperação”: *Los SELs o círculos de cooperación (denominación mucho más apropiada que la de “sistema”) responden de una manera potencialmente radical a la imposibilidad de vender su fuerza de trabajo en la que el desempleo pone a masas importantes... Por qué los miembros de una colectividad no intercambian su trabajo sin intermediarios, “de la manera más racional y conforme a la naturaleza humana” (Marx), ajustando de la mejor manera y con la mayor discreción los bienes y servicios producidos a las necesidades y a los deseos que, ellos también, se manifiestan sin intermediario? (Gorz, 1998a: 113).*

¹¹³ Em contraposição à tese de Gorz, Dal Rosso não vê simplesmente na redução da jornada de trabalho a emancipação do indivíduo: *... o aumento do tempo livre não conduz automaticamente a um livre desabrochar da individualidade e da solidariedade social. Esta é uma tarefa a ser construída contra o poder do dinheiro. Ou seja, a alienação do trabalho não é superada, apenas, pela redução do tempo de trabalho (Dal Rosso, 1996: 394).*

Este é o mundo idealizado por Gorz, esta é a utopia que prevalecerá em uma sociedade em que, para o autor, o proletariado estaria recebendo um sonoro adeus, em que a classe trabalhadora não seria mais a categoria fundamental na criação de riqueza capitalista, em que uma verdadeira revolução dos trabalhadores estaria totalmente fora de cogitação¹¹⁴.

2.3 O tempo livre na sociedade informática de Schaff

Para Schaff, conforme visto no capítulo anterior, a sociedade do trabalho estaria em pleno processo de desaparecimento, juntamente com a classe trabalhadora, resultado da revolução técnico-científica em curso, sendo este um processo de caráter irreversível. No entanto, existiriam aspectos positivos que, de certa maneira, compensariam a introdução das inovações tecnológicas, que substituem o trabalho vivo pelas máquinas sofisticadas e pela robótica, sobrando mais tempo livre para os indivíduos, que poderão preencher este maior tempo sobrando da forma que melhor considerarem útil:

Sim, as máquinas deslocarão o homem da esfera do trabalho, se tomarmos este termo em sua concepção clássica. Não há porque temer este processo irreversível, já que ele desemboca em um aumento do tempo livre, quer dizer, que amplia o marco da vida autêntica do homem, o qual, como assinalava Marx, no quarto tomo de O Capital, só começa de verdade à margem da esfera do trabalho (Schaff, 1990: 16).

Em *A Sociedade Informática*, Schaff aponta como contrapartida ao problema do desaparecimento do trabalho a questão da redistribuição do trabalho restante, como meta a ser desenvolvida em um período de transição (enquanto a problemática do fim do trabalho ainda não tiver atingido seu período crítico). Observa-se aí um ponto em comum com Gorz, no que se refere à distribuição do trabalho, através da diminuição da

¹¹⁴ Em *Adeus ao Proletariado*, Gorz ressaltava a impossibilidade e inutilidade da tomada do poder pelos trabalhadores: *O proletariado é constitutivamente incapaz de se tornar sujeito do poder. Se seus representantes apossam-se do aparelho de dominação instaurado pelo Capital, reproduzirão o tipo de dominação do Capital e se tornarão, por sua vez, uma burguesia de função. Uma classe não pode despossar uma outra tomando o seu lugar no aparelho de dominação (Gorz, 1987a: 80).*

jornada de trabalho como alternativa ao desemprego, no entanto, existem diferenças pontuais.

A principal diferença entre a concepção de Schaff em relação à de Gorz é que, para o primeiro, os conflitos entre classes é que irão determinar quem paga a conta da redistribuição do trabalho, se a classe trabalhadora ou a burguesia. Schaff, ao contrário de Gorz, admite que, por justiça, deveriam recair os custos da redução da jornada sobre os cofres do empresariado¹¹⁵.

O sucesso da proposta de redução do tempo de trabalho só seria efetivado se ocorresse em comum acordo entre os países industrializados, para evitar problemas de concorrência entre os países que compõem a OCDE e a Comunidade Européia. Ao mesmo tempo, Schaff acredita que poderá ocorrer uma relação mais estreita entre os sindicatos dos diversos países, conduzindo à radicalização dos conflitos:

Esta radicalização estará relacionada, como já foi dito, com a redistribuição da renda nacional, no sentido de tentar transferir para os ombros dos empresários o custo da redução das horas de trabalho. As massas trabalhadoras tomar-se-ão muito mais radicais ao largo deste conflito, já que não admitirão que se rebaixe seu nível de vida... (Schaff, 1993: 31-32).

Assim, para Schaff, a passagem para a construção de uma sociedade que diminua o trabalho alienado não parece tão idílica quanto em Gorz. Schaff, inclusive, admite que a revolução industrial em curso pode trazer à tona uma situação revolucionária, em que os proprietários dos meios de produção poderiam perder o controle da situação. Para que a burguesia não perca tudo o que conseguiu, por não ter feito algumas concessões à classe trabalhadora, o autor acredita que o conflito pode ainda ser evitado:

Tudo o que dissemos até agora, e que é apenas um prelúdio, não pretende "assustar" ninguém nem, como poderiam pensar alguns, exortar a uma revolução; trata-se simplesmente da constatação de alguns fatos de caráter objetivo que não podem ser descartados por

¹¹⁵ Não cabe a menor dúvida de que, em consequência de lutas mais ou menos ásperas que possuem um inequívoco caráter de classe (também nos países em que pareciam ter mesmo desaparecido), os custos da nova distribuição deverão ser suportados por aqueles que desfrutaram de uma porção maior da renda social, isto é, pelos empresários (Schaff, 1993: 31).

uma obstinada recusa que coloca em marcha o mecanismo da "cognitive dissonance"... O período em questão é revolucionário no sentido das mudanças que se estão produzindo, mas não o é no sentido da existência de um inevitável cataclismo social (com o recurso à violência), dado que as suas conseqüências podem ser controladas (Schaff, 1993: 32).

Para Schaff, a busca pela redução do tempo de trabalho pela automação objetiva o fim da alienação do trabalho, no entanto, o autor não chega a formular uma teoria da "sociedade do tempo livre", como o faz Gorz.

Schaff acredita que, mesmo que o trabalho esteja acabando, o chamado "ponto zero", em que não existisse qualquer resíduo de trabalho assalariado ainda estaria relativamente distante. A redução da jornada de trabalho deveria se dar, desta forma, de maneira paulatina, e nunca abaixo de determinado nível, que, para o autor, poderia trazer até problemas de ordem emocional ao trabalhador:

A jornada de trabalho não pode ser reduzida primeiro a 35 horas semanais, depois a 25, 20, e assim por diante, até que cheguemos à cifra de uma ou meia hora semanal. Isto seria absurdo do ponto de vista das experiências psíquicas do trabalhador: abaixo de um certo mínimo de horas de trabalho (qual mínimo?), o chamado tempo livre se converte em uma carga psíquica. Produz-se, de fato, uma "poluição" do tempo livre. (Schaff, 1993: 33).

A preocupação de Schaff com o ócio do trabalhador, que poderia até prejudicá-lo ao invés de libertá-lo, se for em excesso, é resolvida com a prática do trabalho não-alienado e também não-remunerado. Na verdade, o que chamamos de trabalho não-alienado, Schaff anteriormente denominou de "atividade criadora", atividade esta que seria desenvolvida pelo trabalhador motivado não por necessidades de ordem econômica, mas simplesmente movido pelo simples prazer de executar aquela tarefa (Schaff, 1979: 260).

2.4 A redução da jornada de trabalho e a discussão atual

Em seu livro *Trabalhar Menos para Trabalharem Todos*, Aznar (1995), aceitando como dada a tese do fim do trabalho (ao menos em tempo integral), propõe uma cruzada contra o desemprego, buscando o seu equacionamento através da diminuição da jornada de trabalho. Sobre esta proposta, o autor disserta sobre as vantagens que o trabalhador teria com a diminuição da jornada de trabalho, a qual lhe daria mais tempo para dedicar-se a outras atividades, o que tornaria o trabalho mais prazeroso, menos enfadonho, e não tão alienante. O indivíduo poderia dedicar mais tempo à família, ao desenvolvimento pleno de sua cidadania, entre outras vantagens inumeráveis.

O autor visualiza a tese da redistribuição do emprego¹¹⁶, tendo como objetivo não somente obter a solução para a problemática do desemprego, mas sim, contribuir para a construção do que o autor chama de um “novo espaço de liberdade para todos” (Aznar, 1995: 97).

O problema aparece na formulação dos meios que possibilitem pôr em prática a proposta da diminuição da jornada de trabalho formulada por Aznar. Devido ao autor considerar o desemprego como sendo causado pela revolução tecnológica, e assim sendo, todos usufruírem destas inovações no campo produtivo, a sociedade é que deveria arcar com os custos, através de uma tributação diferenciada por renda, preço a ser pago para obter o desejado fim do desemprego:

É o conjunto dos cidadãos, proporcionalmente ao conjunto de suas rendas, que deve pagar sua quota-parte da riqueza de que se beneficiam, graças à produtividade do sistema gerador de desemprego. Nada seria mais injusto e mais estúpido do que deixar a solução de toda esta história se regular apenas a nível do trabalho e dos trabalhadores, em vias de desaparecimento (Aznar, 1995: 109).

¹¹⁶ Aznar distingue três situações para a utilização do termo “repartição do trabalho”:

- **a redução do tempo de trabalho** consiste em propiciar que o conjunto de assalariados de uma empresa ou do país trabalhe menos em virtude da diminuição coletiva da duração do trabalho, sem redução do rendimento.

- **a repartição do desemprego** permite a certos assalariados, numa situação de crise excepcional, com duração limitada, ter diminuídos seus salários para evitar o desemprego de outros assalariados da empresa. É um sacrifício do qual a coletividade deve participar com “pagamento de uma indenização de compensação” e que deve ser reembolsada no caso de “retorno à situação normal”;

- **o desenvolvimento do tempo escolhido**: trata-se do processo que permite a um certo número de pessoas, livremente, voluntariamente, sob as formas mais variadas, diminuir seu tempo de trabalho com uma redução de salário, compensada parcialmente. É uma negociação que simboliza uma arbitragem individual em favor do tempo com relação ao dinheiro, com a finalidade de viver mais, viver melhor, viver diferentemente, ilustrando assim novos valores, um novo modo de vida (Aznar, 1995: 96-97).

Mesmo que, em princípio, a proposta de Aznar reconheça que os custos referentes à diminuição da jornada de trabalho devam ser diferenciados, pagam mais quem recebe maior renda, ainda assim percebe-se que, na prática, os trabalhadores é que irão arcar com grande parte do ônus. Os capitalistas podem, como sempre o fazem, transferir para os preços a parte que lhes cabe na tributação, o que não parece ser uma grande preocupação para o autor, que se ocupa, teoricamente, tão somente em redistribuir emprego, diminuindo a jornada de trabalho, sem fazer uma análise mais acurada dos diferentes interesses de classe que a proposta envolve. Assim sendo, Aznar trabalha com uma nítida proposta de implantar a redução da jornada de trabalho, através da hipótese da conciliação de classes, a exemplo de Gorz e Schaff:

É totalmente ilusório querer desenvolver a redistribuição do trabalho se esta solução custa mais caro à empresa, e, ademais, se ela não tiver um valor encorajador... Com efeito, modificar a organização, pôr em marcha uma gestão diferente do pessoal, adaptar as novas etc., é um custo psicológico para a empresa que faz com que ela não se lance nesta aventura se não retirar um benefício objetivo (Aznar: 1995: 112).

Para o autor, a diminuição da jornada de trabalho não deveria ser seguida da diminuição dos salários, no entanto, o lucro dos capitalistas também não deveria sofrer redução¹¹⁷. Assim sendo, o conjunto da sociedade financeira o que o autor chama de “segundo cheque”¹¹⁸ ou “indenização de redistribuição de emprego”. Este mecanismo rompe com a tradicional figura da venda da força de trabalho por um determinado período de tempo, como sendo a única possibilidade de o trabalhador receber alguma renda.

¹¹⁷Seguindo na proposta de conciliar os interesses de classe, principalmente em proveito dos empresários, Aznar chega a aceitar reduzir os custos das empresas com encargos sociais: *Há pois, lugar para adotar dispositivo para reduzir significativamente o custo de dois meios-tempos em relação a um tempo integral. Martine Aubry avançou nesta direção propondo um abatimento de encargos sociais de 30%. Pierre Bérégovoy (premier da França, falecido) anunciou sua intenção de levar este abatimento de 30% para 50%. Poderia se agir igualmente sobre o modo de cálculo da taxa profissional, não tendo em conta os novos meios-tempos no cálculo desta taxa antiemprego (Aznar, 1995: 112).*

¹¹⁸Foi exatamente baseado em Aznar que Gorz encampou a tese do “segundo cheque”. A proximidade entre os dois autores fica bem clara no prefácio que Gorz escreveu para *Trabalhar Menos para Trabalhar Todos* de Aznar: *Há quinze anos caminhamos juntos na mesma direção, Guy Aznar e eu. Há muito tempo não sabemos mais distinguir, um e o outro, nossas idéias. Relendo seus primeiros livros, percebo que ele apresentou antes as idéias que eu acreditava serem minhas. E ele, na seqüência, me*

Na tese de Aznar, o trabalhador receberia dois cheques: o primeiro, na forma de salário direto, corresponderia a uma contrapartida ao ato de trabalhar; o segundo cheque, na forma de salário indireto, corresponderia a uma riqueza produzida pelo sistema, com a utilização de muito menos trabalho, viabilizado pela ampliação da mecanização, da robótica, e captado pela tributação (Aznar, 1995: 108-109).

Estariam postas, a partir da tese do “segundo cheque” de Aznar, as premissas básicas para a construção, a exemplo de Gorz, de uma sociedade do tempo livre, em que os indivíduos seriam totalmente aptos para disporem como quisessem de seu crescente tempo de não-trabalho:

O tempo livre, será para alguns a consumação louca e voraz dos lazeres, como se faz com uma bebida gelada a que tanto esperamos debaixo do sol. Para outros será a viagem, o turismo, a exploração, o “trekking”, o passeio, a montanha, as torrentes de rios encachoeirados. Ou então a cultura, os concertos, os museus, o teatro, os festivais. Para outros, a cozinha, a invenção de um outro tipo de lazer ou um outro tipo de cultura. Para outros ainda, a militância política ou social, o apoio humanitário. Para outros, a fotografia, a pintura. Para outros o corpo, a dança, a competição, o relaxamento, o culturismo, a beleza. Para outros, uma forma nova de trabalho. Finalmente, para outros, nada (Aznar, 1995: 248).

O que fica claro na tese de Aznar é o cuidado que o autor demonstra em buscar a conciliação de classes, como se os interesses de classes antagônicas fossem semelhantes. O desemprego tecnológico, única causa do desemprego para Aznar, não pode ser concebido como resultado de uma ação de toda a sociedade, mas sim, das classes que buscam aumentar suas margens de lucro através da utilização das inovações tecnológicas¹¹⁹.

atribuiu a paternidade por havê-las reencontrado, reelaboradas. Sem nada haveremos combinado formamos uma equipe (Gorz, 1995: 9).

¹¹⁹ A exemplo de Aznar, a obra de Forrester, *O Horror Econômico*, também visualiza, na redução da jornada de trabalho, uma alternativa viável à solução do desemprego, porém, tem o mérito de jogar a responsabilidade pela aceleração do desemprego nos governos burgueses. Assim sendo, o lucro dos capitalistas, com o fim de implantar a diminuição da jornada de trabalho, deveria ser diminuído. A autora, ironicamente, afirma: *Tocar nessas riquezas seria então criminoso. É preciso preservá-las a qualquer preço, não discuti-las, esquecer (ou fingir esquecer) que elas beneficiam sempre o mesmo pequeno número, cada vez mais poderoso, mais capaz de impor esse lucro (que lhe toca) como a única lógica, como a própria substância da existência, o pilar da civilização, a garantia de toda democracia, o móvel*

Afirmar, como faz Aznar, que todos ganham com as inovações tecnológicas, é até certo ponto verdadeiro¹²⁰, mas, com certeza, a classe capitalista, detentora dos meios de produção, usufrui através do ganho, na concorrência, e na busca do aumento dos lucros, causa maior do desenvolvimento tecnológico, se não a única, no modo de produção capitalista.

Aceitando-se a hipótese que este trabalho considera correta, de o principal responsável pelo desemprego tecnológico ser a classe capitalista, nada seria mais justo que esta arcasse sozinha com os custos da diminuição da jornada de trabalho, com diminuição dos lucros. Outra alternativa viável seria o Estado tomar a iniciativa de obrigar as empresas a manter em seus quadros¹²¹ certo número mínimo de operários proporcional ao tamanho da área da fábrica. Logicamente, atitudes como estas, chocam-se com a tese do autor de querer atribuir a responsabilidade pelo desemprego a toda a sociedade.

Outro autor que busca uma solução conciliatória para a crise do desemprego é Lipietz. Assim como Aznar, Lipietz vê na diminuição da jornada de trabalho a solução para o problema do desemprego, mas, ao contrário daquele, Lipietz não considera que o salário deveria permanecer o mesmo que em uma jornada integral de trabalho.

Diante da crise do mundo do trabalho, representada pela decadência do taylorismo e da crescente mecanização da produção, Lipietz considera que uma alternativa deve ser encontrada no seio do próprio capitalismo¹²², para o futuro dos trabalhadores.

(fixo) de toda mobilidade, o centro nervoso de toda circulação, o motor invisível e inaudível, intocável, de nossas animações (Forrester, 1997: 19).

¹²⁰ O fato de que a captação desta riqueza se faça pelo sistema fiscal, a nível da coletividade, parece ao mesmo tempo justo e necessário. Justo, porque todos se aproveitam da revolução tecnológica, dos cartões de crédito, da informática, do fax, do minitel, dos trens rápidos etc (Aznar, 1995: 109).

¹²¹ Aznar acredita que a redução da jornada de trabalho deva se dar não por imposição estatal, mas por livre decisão dos capitalistas: *Retomemos os princípios básicos de nosso segundo cheque: neutralidade para as empresas (a passagem para o meio-tempo não deve significar custos para a empresa); neutralidade repartida entre os cidadãos (que supõe organizar um mecanismo redistributivo em nível nacional); adaptação à livre escolha dos indivíduos; necessidade de um mecanismo de compensação que torne materialmente possível a redução voluntária do tempo de trabalho (Aznar, 1995: 119).*

¹²² Em seu livro *Audácia, Uma alternativa para o século XXI*, Lipietz deixa claro que o objetivo da humanidade, e que o autor não demonstra contrariedade, é a busca de um novo modelo de desenvolvimento dentro dos marcos do próprio capitalismo: *Apesar dessa história conturbada, o capitalismo parece funcionar de maneira bem estável por longos períodos. Sempre há lutas, muitas vezes*

O fim do compromisso fordista, que havia predominado a partir do pós-45 até o final dos anos 70, exigiria, para o autor, uma alternativa; um novo compromisso deveria ser firmado, envolvendo a questão da redução do tempo de trabalho.

Para Lipietz, a redução do tempo de trabalho suporia um duplo compromisso, tanto entre assalariados e empregadores, como entre os próprios assalariados. Os empregadores têm tido, na sociedade atual, altamente desenvolvida em termos tecnológicos, inumeráveis vantagens em termos de produtividade e de aproveitamento pleno da capacidade dos trabalhadores, como é o caso do modelo japonês:

O patronato japonês, ao negociar este novo compromisso apenas nas empresas principais, soube tirar o máximo partido da inteligência dos produtores, mas apenas lhes concedeu certa segurança de emprego, sem melhorar significativamente sua qualidade de vida cotidiana (Lipietz, 1991: 93).

A primeira contrapartida do compromisso a ser assumido entre as partes contratantes, em benefício dos trabalhadores, deveria ser não somente a conquista do emprego, mas sim, "o direito de viver e de trabalhar no país" (Lipietz, 1991: 100). Da parte dos trabalhadores, em benefício do capital, buscar-se-ia o aumento dos ritmos do crescimento da produtividade, e a diminuição dos custos da mecanização.

O aumento do tempo livre, para Lipietz, que seria a grande conquista dos trabalhadores com o compromisso assumido, só seria possível se nem todas as faixas salariais tivessem assegurado o salário integral, a partir da redução da jornada¹²³.

recessões, mas durante esses períodos, o quadro geral, os objetivos e as regras do jogo são, grosso modo, de bom ou mau grado, aceitos por quase todo mundo. Esse quadro, os objetivos e regras sofreram na história três grandes abalos: no fim do século XIX, nos anos 30-50, e desde o fim dos anos 60. Mas nos intervalos delimitados e por essas crises maiores, um "grande compromisso" é aceito pelos grupos sociais. Na base desses compromissos, um "modelo de desenvolvimento". É a definição, provisoriamente adotada, do que a humanidade pode esperar de melhor de sua atividade econômica: princípios de organização do trabalho, metas da produção, regras do jogo para a solução das tensões (Lipietz, 1991: 22).

¹²³ Lipietz opõe-se firmemente à tese defendida por Pierre Juquim (ex dirigente do PCF e candidato derrotado à presidência da França em 1988), que defendia um aumento de 25% para o salário mínimo; uma jornada de trabalho de 35 horas semanais sem diminuição de salários, e renda social mínima igual ao salário mínimo. Assim, Lipietz se manifesta sobre as propostas de Juquim: *Loucura total, até do ponto de vista contábil. Ao todo, seria preciso transferir aos baixos salários cerca de 30% da massa salarial, ou seja, quase um quarto do produto nacional, a maior parte do resultado bruto das empresas, muitas vezes o seu lucro líquido....Enfim, um país como a França pode com certeza aumentar em 25% o salário mínimo (mas talvez não conservando a hierarquia dos salários), pode com certeza permitir-se a*

Mais adiante, Lipietz deixa claro que sua proposta, na verdade, não se opõe somente ao aumento salarial das categorias que recebem salários mais elevados, mas sim, que, de maneira generalizada, os salários pagos aos trabalhadores, no período correspondente ao seu tempo livre, deveriam ser diminuídos em 30%:

...mas a redução do tempo de trabalho não deve ser acompanhada pela baixa proporcional dos salários. As horas liberadas devem ser "compensadas", como se diz, isto é, os salários correspondentes devem ser pagos em parte. A 70%, foi o que propus (Lipietz, 1991: 114).

Como visto, assim como Aznar, Lipietz busca uma fórmula em que, na aplicação da redução da jornada de trabalho e ampliação do tempo livre, em princípio, todos ganhariam, tanto o empresariado como os trabalhadores. Desta forma, recairiam os custos da ampliação dos empregos sobre toda a sociedade, em especial sobre os assalariados, que teriam seus salários rebaixados em troca da manutenção dos empregos.

Apostando na substituição do homem pelas máquinas, e no conseqüente desemprego tecnológico, que estaria amplificando-se no mundo todo, e sendo esta tendência irreversível, Rifkin, em *O Fim dos Empregos*, a exemplo dos autores anteriores, focaliza como solução para o desemprego a redução da jornada de trabalho.

Apesar de acreditar na diminuição crescente dos empregos, Rifkin não chega a admitir o fim da centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo, pois aceita o fato de que o capital necessita ainda da utilização do trabalho, e em escala cada vez maior:

... os americanos estão trabalhando mais horas hoje do que há 40 anos, no início da revolução da tecnologia da informação. No decorrer das últimas décadas, o tempo de trabalho aumentou em mais de 163 horas por ano. Mais de 25% de todos os trabalhadores em período integral trabalham 49 horas ou mais por semana... Se as tendências atuais no trabalho continuarem, ao final do século, os trabalhadores americanos estarão passando mais tempo em seus empregos do que na década de 1920 (Rifkin, 1995: 245).

passagem para 35 horas (mas talvez não garantindo a manutenção de todos os salários)... (Lipietz, 1991: 108-109).

A situação do trabalho hoje estaria vivenciando um impasse, pois, apesar da elevada quantidade de horas a que os trabalhadores são submetidos em sua jornada normal de trabalho, o crescente desemprego, resultado da utilização de tecnologias poupadoras de força de trabalho, obrigaria estes trabalhadores a ampliarem ainda mais seu tempo de trabalho através do expediente de horas extras, tanto para compensar a pouca utilização de trabalhadores, quanto devido aos salários baixos.

Esta irracionalidade do capitalismo atual é que Rifkin busca denunciar, apontando como uma tendência mundial a diminuição da jornada de trabalho, que os capitalistas terão que aceitar pela própria necessidade de manter um mercado consumidor:

A resistência das corporações à semana de trabalho menor será abrandada nos próximos anos, à medida que as empresas se conscientizarem da necessidade de diminuir a distância entre a superprodução de bens e serviços e o declínio do poder aquisitivo do consumidor (Rifkin, 1995: 252).

Diante dos inúmeros exemplos de empresas que adotaram como prática a redução da jornada de trabalho (em sua maioria com redução de salários), descritos pelo autor, Rifkin parece aproximar sua proposta do modelo francês, através da preocupação em manter os lucros dos capitalistas, transferindo os custos da redução do tempo de trabalho para as mãos do Estado.

O governo, em troca da redução da jornada de trabalho das empresas, deveria bancar o pagamento de parte dos salários, pois a diminuição dos custos governamentais com o pagamento de benefícios aos desempregados, de certa forma, compensaria o gasto da parcela dos salários dos empregados. Como um adendo à proposta anterior, também haveria concessão de créditos governamentais às empresas que ampliassem sua força de trabalho com a contratação de novos trabalhadores. O governo, no entanto, teria a despesa com a concessão de crédito, compensada pela tributação arrecadada sobre estes novos trabalhadores (Rifkin, 1995: 255-256).

Um dos autores mais cultuados nos anos 90, entre os defensores da tese do fim da centralidade do trabalho e da criação da sociedade do tempo livre, tem sido De

Masi¹²⁴. Ao considerar que o século XX pode ser considerado como o “século do trabalho”, o autor de *O Futuro do Trabalho* considera que o “século do trabalho” depara-se com uma profunda ironia em seu final: “terminou com uma profunda carência de trabalho” (De Masi, 1999b: 278).

Todas as facilidades criadas pela Terceira Revolução Industrial, que deveriam, na concepção de De Masi (1999b: 281), contribuir para fazer com que seja produzida a mesma quantidade de bens em um menor período de tempo, na verdade, por conta das decisões tomadas pelos responsáveis pela organização produtiva, resultam na produção cada vez maior de bens, acima da capacidade de absorção pelo mercado.

Diante desta sociedade altamente desenvolvida tecnologicamente, que torna o trabalho redundante, só restariam duas alternativas, para De Masi, inspirado nas idéias de Gorz:

Atualmente a questão que se coloca é a seguinte: a Terceira Revolução Industrial levará à sociedade do desemprego ou à do tempo livre? Libertará os homens dos trabalhos alienados ou os alienará ainda mais com a inatividade forçada? Levará a uma nova idade de ouro quando será possível trabalhar sempre menos, dispondo, todavia, de uma massa de riquezas sempre maior, ou acabará por condenar alguns ao desemprego e outros à improdutividade? (De Masi, 1999c: 62-63).

Para que a idéia da redução da jornada de trabalho seja aceita pelo empresariado, De Masi propõe, em *O Ócio Criativo*, a introdução do tempo parcial de trabalho, por considerar a única forma de redistribuição de trabalho que o empresariado possa aceitar¹²⁵. O autor não faz referências mais precisas acerca do assunto, mas subentende-se que, com a utilização do meio expediente de trabalho, haverá redução salarial, o que caracteriza a defesa da precarização do trabalho.

Como pode ser observado, a preocupação de que os interesses das diversas classes sejam contemplados, como se isto fosse possível, é presente na obra de De

¹²⁴ De Masi não deixa de tecer reverências a Aznar e em especial Gorz, a quem classifica, em *O Futuro do Trabalho*, como o autor que: *representa há pelo menos vinte anos a ponta avançada da luta pela redução do horário de trabalho (De Masi, 1999a: 287).*

¹²⁵ Sobre a defesa da introdução do regime de meio expediente (*part time*), assim se manifesta De Masi: *...os países com as mais baixas taxas de desemprego são exatamente aqueles que têm um maior*

Masi, a exemplo dos demais autores citados anteriormente. Acima de tudo, De Masi é um otimista. O autor entende que a sociedade atual está caminhando para a sociedade do tempo livre, em que prevalecerá o "ócio criativo"¹²⁶, em que os indivíduos dedicariam seu tempo, mais livre do que nunca, para atividades como viagens, cultura, repouso, erotismo, estética, esporte, ginástica, meditação e reflexão (De Masi, 2000: 299).

Os Estados Unidos, para o autor, ainda dentro de seu espírito otimista, seria uma república fundada no ócio e na economia do ócio, pois o adulto médio estaria dedicando 80.000 horas de sua vida ao trabalho, enquanto ao tempo livre estariam sendo dedicadas 170.000 horas (De Masi, 2000: 305).

2.5 A redução da jornada de trabalho nos marcos do capitalismo

A totalidade dos autores vista anteriormente acredita que a redução da jornada de trabalho é, senão a única, ao menos a principal proposta a ser tornada prática para equacionar a problemática da diminuição do trabalho vivo e, em consequência, do aumento acelerado do desemprego¹²⁷.

A questão mais polêmica é a de quem arcará com os custos: os empresários, os trabalhadores, o Estado, toda a sociedade? A opção feita pelos autores aqui abordados (Gorz, Schaff, Aznar, Lipietz, Rifkin e De Masi), de buscar uma solução que minimize os

percentual de pessoas que trabalham em regime de meio expediente: na Holanda são 36% da população ativa, na Inglaterra, 22%, e nos Estados Unidos, 20% (De Masi, 2000: 100).

¹²⁶ O conceito de "ócio criativo" é assim formulado pelo autor: *O ócio criativo é aquela trabalhadeira mental que acontece até quando dormimos à noite. Ociar não significa não pensar. Significa não pensar regras obrigatórias, não ser assediado pelo cronômetro, não obedecer aos percursos da racionalidade e todas aquelas coisas que Ford e Taylor tinham inventado para bitolar o trabalho executivo e torná-lo eficiente (De Masi, 2000: 223).*

¹²⁷ A Central Única de Trabalhadores (CUT) recentemente publicou um trabalho objetivando fazer projeções sobre a quantidade de empregos a serem gerados por uma redução da jornada de trabalho no Brasil para 40 horas: *... percebe-se que a redução da jornada poderia gerar até cerca de 747.314 na indústria de transformação (dos quais 153.798 para os trabalhadores metalúrgicos e 93.469 para os químicos), além de cerca de 730 mil empregos no comércio, 355.796 no ramo de transportes e comunicações e mais de 500 mil no segmento de prestação de serviços, se considerarmos apenas os empregados, retirando da análise os trabalhadores por conta-própria que possuem um vínculo empregatício diferenciado (Emprego e Renda, 2000: 30-31).* Por outro lado, Pochmann, em entrevista ao jornal Zero Hora, adverte para a possibilidade de a diminuição da jornada de trabalho ser compensada pelo aumento das horas-extras. Ressalta que, em 1989, um ano após a jornada ser sido reduzida de 48

conflitos entre classes, através da conciliação, sob argumentação de viabilizar a proposta de ampliação do tempo livre e criar mais empregos, faz com que os empresários sejam os menos prejudicados com a redução da jornada de trabalho, apesar de serem os principais responsáveis pela introdução de novas tecnologias poupadoras de força de trabalho¹²⁸.

A redução da jornada de trabalho com redução salarial representa, na verdade, um retrocesso em relação ao processo histórico vivido pelo movimento sindical, ao menos nos países desenvolvidos:

Mas os grandes movimentos de redução da jornada de trabalho que aconteceram nos últimos 150 anos na Europa, na América do Norte, na Austrália e na Nova Zelândia não envolveram perdas salariais para os trabalhadores. Como o objetivo destas reduções era invariavelmente a humanização do trabalho e não o aumento do emprego, não se cogitava introduzir compensações para as empresas (Dal Rosso, 1998: 51).

Nos marcos do modo de produção capitalista, é muito difícil os patrões aceitarem de bom grado a redução da jornada de trabalho¹²⁹, mesmo que o empresariado possa obter alguns benefícios com a diminuição da jornada, como o aumento da produtividade do trabalho, que propicia a expansão do consumo tanto pelos novos assalariados, bem como pela ampliação do consumo do ócio, por parte dos trabalhadores com maior tempo livre. Assim mesmo, a lógica do capital é opor-se à medida, se não for seguida da redução dos salários.

para 44 horas no Brasil, na prática houve uma elevação, de fato de apenas 20% do número de vagas, não sendo o aumento maior devido à ampliação do número de horas-extras (Pochmann, 2000: 22).

¹²⁸ Os sindicatos de trabalhadores costumam abraçar a causa da diminuição da jornada de trabalho sem redução de salários, contrapondo-se, assim, às propostas dos empregadores, que insistem em redução da jornada com redução salarial. No caso brasileiro, no entanto, a central sindical de trabalhadores Força Sindical assumiu o discurso patronal ao propor, em 1997, sob a argumentação de ampliar a geração de empregos no país, a redução da jornada de trabalho com perdas salariais. Sobre isso, ver Dal Rosso (1998: 50). Recentemente, também no Brasil, para evitar a dispensa de 3.000 funcionários da unidade de São Bernardo do Campo, a Volkswagen fez um acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ligado à Central Única de Trabalhadores, no qual foi acordado a diminuição da jornada, juntamente com a redução salarial.

¹²⁹ Padilha não acredita na possibilidade de existir uma sociedade do tempo livre dentro do modo de produção capitalista: “Será possível um tempo livre cheio de sentido numa sociedade fundada na busca do lucro privado em detrimento da real satisfação das necessidades humanas?” – a resposta certamente

Entendendo que a redução da jornada de trabalho representa, acima de tudo, uma conquista da classe trabalhadora, é que Mandel, fugindo à lógica dos autores vistos anteriormente, acredita que somente no embate contra o capital pode-se anular os mecanismos que este utiliza (redução salarial, reorganização do trabalho) para minimizar os benefícios que os trabalhadores receberiam com a redução da jornada de trabalho:

O patronato de cada país invoca corretamente os imperativos da concorrência internacional para justificar sua oposição contra qualquer medida eficaz no sentido de reabsorver imediatamente o desemprego: uma redução substancial da duração semanal do trabalho, sem diminuição do salário semanal, sem modificação da organização do trabalho e, portanto, com engajamento obrigatório de mão-de-obra suplementar. Um grande número de organizações sindicais da Europa Ocidental se pronunciou favorável à introdução da semana de 35 horas. É necessário exigir uma campanha de lutas imediata à escala europeia – se possível ampliada à América do Norte e ao Japão – pelas 35 horas, que desemboque em uma greve geral europeia por tal objetivo (Mandel, 1990: 236-237).

A aceitação da redução da jornada de trabalho por parte da classe capitalista, com manutenção de salários, mostra-se pouco provável de ocorrer. Da mesma forma, nada indica que pelo fato de estarem ocorrendo transformações aceleradas no mundo do trabalho, fruto das inovações tecnológicas, com a necessidade da utilização de menos trabalhadores para a produção de uma mesma quantidade de mercadorias, que a diminuição da jornada de trabalho será posta em prática com maior facilidade¹³⁰. O que se verifica é que o trabalho encontra-se cada vez mais precarizado, através da flexibilização dos direitos trabalhistas, e é nestas formas de organização produtiva que

será negativa. O entendimento dos mecanismos da racionalidade econômica capitalista, como foram apontados aqui, leva à esta resposta (Padilha, 2000: 105).

¹³⁰ Navarro, em contraposição à tese de Gorz e dos seus seguidores de que as inovações tecnológicas no plano produtivo cria condições concretas para a diminuição do trabalho vivo e, em consequência, ampliação do tempo livre, considera que, na realidade, estaria ocorrendo, tanto nos Estados Unidos como nos demais países desenvolvidos, um aumento das horas de trabalho: *O americano médio tinha, em 1973, 26,2 horas de tempo livre por semana, e em 1987 somente 16,6 horas. Dentre os oficiais de escritório, 33% trabalhavam mais de 49 horas semanais em 1989, o mesmo ocorrendo com 20% dos operários (Navarro apud Carleial, 1994: 72).*

se observa a convivência entre as mais arcaicas formas de exploração do trabalho, acompanhadas pelas modernas¹³¹.

Assim sendo, pode-se concluir que a redução da jornada de trabalho e a ampliação do tempo livre a que o trabalhador poderia usufruir somente seria realmente viabilizada em proveito dos próprios trabalhadores sob a organização de uma sociedade em que não houvesse o predomínio da propriedade privada dos meios de produção. Do contrário, sempre alguém irá pagar pela redução da jornada de trabalho, e no caso do capitalismo, sempre o custo recairá sobre os trabalhadores de forma direta ou indireta.

¹³¹ Harvey considera que a acumulação flexível de capital ocupa-se da recombinação entre os dois mais característicos tipos de exploração do trabalho no capitalismo, a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa (Harvey, 1998: 174).

3 A teoria marxista e o fim da centralidade do trabalho

O trabalho é uma categoria que se apresenta como fundamental para diversos autores, em especial para os economistas identificados com a teoria do valor-trabalho. Neste capítulo, buscar-se-á discutir a importância da categoria trabalho para os principais formuladores da teoria do valor-trabalho, partindo-se da teoria clássica até chegar à formulação teórica de Marx. Também baseando-se na teoria marxiana e marxista do valor-trabalho, verificar-se-á em que sentido é correta a afirmação de que o desenvolvimento das forças produtivas torna sem sentido esta teoria e, em consequência, redundante o trabalho.

3.1 A teoria do valor e a centralidade do trabalho nos autores pré-marxistas

A categoria trabalho já há muitos anos é vista por diversas correntes de autores como sendo de fundamental importância para a criação de riqueza. Tendo acompanhado o homem durante toda a sua existência, o trabalho conheceu inúmeras transformações através dos diversos modos de produção que se sucederam, com modificações tanto nas forças produtivas como nas relações sociais de produção.

Inicialmente, o trabalho aparece no modo de produção comunal primitivo baseado na cooperação simples dos homens e mulheres, conhecendo como única divisão do trabalho a estabelecida por sexo e idade. Tanto a produção, a distribuição e o consumo do que era apropriado diretamente da natureza, ou mais tarde produzido, era coletivo devido à própria necessidade das tribos, que, com instrumentos escassos e pouco desenvolvidos, contavam quase que somente com as mãos dos diversos membros da comunidade para garantir sua sobrevivência.

No modo de produção posterior, o escravista, continua prevalecendo a cooperação simples, só que a sociedade já se encontra dividida em classes sociais. Há uma diferença entre quem produz (a classe dos escravos) e quem se apropria da maior parcela do que é produzido (a classe dos proprietários de escravos). A divisão do

trabalho apresenta-se de forma mais madura¹³² com o surgimento de diversos ofícios, o que faz com que a produtividade do trabalho seja bem mais desenvolvida que no modo de produção anterior, apesar de ser necessária a utilização da coerção direta sobre os trabalhadores.

No modo de produção feudal, a sociedade encontra-se dividida em duas classes principais: os proprietários de terra e os servos. A coerção sobre o trabalho ainda prevalece no campo, sendo que, no setor urbano, originado da grande divisão do trabalho encontrada nas fazendas e do aumento da produção de produtos artesanais, prevalece uma relação de tipo paternal¹³³, que se ainda não assume um caráter de plena exploração, já passa a apresentar contornos do que seria o modo de produção capitalista. Quando os mestres artesãos criam entraves para que os aprendizes tornem-se futuros mestres-artesãos, os aprendizes irão transformar-se nos futuros assalariados do capitalismo.

É a partir do desenvolvimento do mercantilismo e, principalmente, com o surgimento da economia política clássica que a teoria do valor-trabalho passa a tomar forma, sendo um dos precursores desta teoria William Petty, que transporta a origem da riqueza da mera circulação de mercadorias para a produção:

Abandonando a identificação entre riqueza e tesouro (advindo do superávit no comércio internacional), Petty volta os olhos para a produção de mercadorias e seu fator, a população. Dinheiro é riqueza – riqueza permanente, ou “sempre e em qualquer parte”, como quer Petty – mas os bens também são – riqueza “pro hic et nunc (aqui e agora)” (Coutinho, 1993: 41).

Com a publicação do *Tratado dos Impostos e Contribuições*, em 1662, é que Petty, preocupado com a problemática da taxa de impostos, formula a tese de que a riqueza seria originada do trabalho:

¹³² Engels divide a evolução da sociedade econômica em três grandes divisões sociais do trabalho: a primeira seria a separação das tribos pastoris das demais tribos; a segunda seria a separação das atividades artesanais das atividades agrícolas; e, por fim, a terceira seria o surgimento de uma classe que não se ocupa da produção, apenas das trocas, os comerciantes (Engels, s/d: 127-132).

¹³³ *Dentro das próprias profissões pode ter existido pouca diferenciação entre mestre e jornaleiros e a disparidade de ganhos não parece ter sido grande. O jornaleiro trabalhava junto com seu empregador na oficina e muitas vezes comia à sua mesa (Dobb, 1983: 62).*

Cumpra aqui lembrar que, em virtude de nossa opinião de que o trabalho é o pai e o princípio ativo da riqueza, como a terra é a mãe, o Estado, ao matar, mutilar e aprisionar seus membros, pune também a si próprio, razão pela qual tais punições deveriam (tanto quanto possível) ser evitadas e comutadas por multas pecuniárias, que farão crescer o trabalho e a riqueza pública (Petty, 1983: 54).

O que vale ser ressaltado desta exposição de Petty é o papel que o trabalho desempenha em sua obra, inclusive na defesa do aumento populacional, pois, quanto maior o número de trabalhadores, maior seria a riqueza, nem que, para isso, os governos devessem evitar tirar os indivíduos da produção por terem cometido algum delito. A sociedade seria punida com a diminuição do número de trabalhadores, que, deste modo, teriam uma menor quantidade de mercadorias produzidas.

John Locke publica, em 1690, o *Segundo Tratado sobre o Governo*. Nesta obra, Locke busca discutir a origem do Estado burguês e, como seguidor da tese jusnaturalista, conclui que existiria um estado da natureza e um estado de guerra. Neste estado da natureza, em que não existiria qualquer forma de Estado, a sociedade seria regida pelas chamadas leis da razão¹³⁴.

Dentro das leis da razão, os indivíduos poderiam apropriar-se de tudo aquilo que o seu trabalho possibilitasse, constituindo-se em crime apropriar-se dos produtos que a natureza oferece, sem, no entanto, consumi-los:

Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho do seu corpo e a obra das suas mãos, pode dizer-se, são propriamente dele. Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se-lhe algo que lhe pertence, e, por isso mesmo, tomando-o propriedade dele. Retirando-o do estado comum em que a natureza o colocou, anexou-lhe por esse trabalho algo que o exclui do direito comum de outros

¹³⁴ Sobre as leis da razão, assim se manifesta Locke: *Contudo, embora seja este um estado de liberdade, não o é de licenciosidade; apesar de ter o homem naquele estado liberdade incontrolável de dispor da própria pessoa e posses, não tem a de destruir-se a si mesmo ou a qualquer criatura que esteja em sua posse, senão quando uso mais nobre do que a simples conservação o exija. O estado de natureza tem uma lei de natureza para governá-lo, que a todos obriga; e a razão, que é essa lei, ensina a todos os homens que tão só a consultem, sendo todos iguais e independentes, que nenhum deles deve prejudicar a outrem na vida, na saúde, na liberdade ou nas posses (Locke, 1983: 36).*

homens. Desde que esse trabalho é propriedade exclusiva do trabalhador, nenhum outro homem pode ter direito ao que se juntou, pelo menos quando houver bastante e igualmente de boa qualidade em comum para terceiros (Locke, 1983: 45-46).

Apesar da importância que o trabalho apresenta na tese de Locke, o mesmo torna-se uma justificativa para a existência da riqueza, de um lado, e da pobreza de outro. Como é o trabalho que determina a propriedade de cada um, torna-se desnecessário dizer que os sem posses teriam esta condição devido a não terem se empenhado no trabalho como os demais, mais afortunados por terem sido mais laboriosos.

Tal é a preocupação de Locke com a propriedade burguesa, que o surgimento do Estado se daria com o objetivo pleno de manter a propriedade nas mãos de seus possuidores, ou seja, impossibilitar que os que não tem posses se apoderem do que não é seu, ou, nas palavras do autor:

O objetivo grande e principal, portanto, da união dos homens em comunidades, colocando-se eles sob governo, é a preservação da propriedade (Locke, 1983: 82).

Com a ascensão do pensamento econômico clássico, a partir da publicação, em 1776, de *A Riqueza das Nações* por Adam Smith, é aprofundada a tese de que o trabalho seria a fonte da riqueza capitalista. Inicialmente, em uma economia pré-capitalista, Smith considera que a riqueza estaria identificada com os valores de uso¹³⁵. Em uma sociedade capitalista, há uma expansão do universo da riqueza, que, além de identificar-se com os valores de uso, encontraria, no trabalho comandado, a medida de valor da riqueza produzida¹³⁶.

¹³⁵ *Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida (Smith, 1983: 63).*

¹³⁶ *Portanto, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui, mas não tenciona usá-la ou consumi-la ela própria, senão trocá-la por outros bens, é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar. Conseqüentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias (Smith, 1983: 63).*

Para Carcanholo (1988: 9), o fundamental na construção do conceito de riqueza em Smith, apesar de partir do conceito de riqueza individual, é que envolve uma relação social entre classes:

Para Smith, então, riqueza é uma RELAÇÃO SOCIAL; é a relação social que implica domínio sobre trabalho alheio, capacidade de compra, de controle sobre o trabalho humano. Uma certa quantidade de uma mercadoria qualquer representa uma determinada magnitude ou grandeza de riqueza igual à quantidade de trabalho que com ela pode comprar. Isso ocorre na sociedade capitalista, onde o trabalho é assalariado. Em sociedades mercantis não capitalistas, a riqueza seria o domínio não sobre o trabalho, mas sobre o produto dele (Carcanholo, 1988: 9-10).

A obra *Princípios de Economia Política e Tributação* de David Ricardo, publicada originalmente em 1817, não utiliza a teoria do valor objetivando tratar dos princípios que regem a construção da riqueza no capitalismo, mas sim, construir uma teoria da determinação dos preços relativos.

O trabalho, em Ricardo, assume a função de fundamento do valor de troca de todas as coisas, excetuando as mercadorias que se valorizam pela sua escassez:

Se a quantidade de trabalho contida nas mercadorias determina o seu valor de troca, todo acréscimo nessa quantidade de trabalho deve aumentar o valor da mercadoria sobre a qual ela foi aplicada, assim como toda diminuição deve reduzi-lo (Ricardo, 1982: 44).

Assim sendo, além de assumir a função de fundamento do valor de troca, outra função atribuída ao trabalho, por Ricardo, é a da determinação do valor relativo das mercadorias pelo trabalho contido: uma mercadoria terá menor ou maior valor de acordo com a quantidade, maior ou menor de trabalho exigida para a sua produção¹³⁷.

3.2 A teoria do valor e a centralidade do trabalho em Marx

¹³⁷ Sobre as diferenças entre a teoria do valor de Smith em comparação à de Ricardo, Carcanholo afirma: *Ricardo não quer a medida do valor por ser esta a medida da riqueza produzida. Ele quer simplesmente uma determinada mercadoria que, tendo seu "valor" invariável e servindo de unidade de medida do valor-de-troca das demais, permita detectar as verdadeiras modificações no valor-de-troca de qualquer uma das outras. Pretende ao mesmo tempo uma unidade de medida tal que, frente a variações na*

O trabalho é uma categoria que se apresenta como fundamental na teoria marxiana e marxista. Sendo imprescindível para o conhecimento da nossa história e da formação e desenvolvimento da sociedade, o trabalho é o elemento que nos diferencia de nossos ancestrais do mundo animal, o que nos habilitou a exercer o domínio sobre a natureza. Foi a ação do trabalho que, na opinião de Engels, proporcionou a evolução do nosso cérebro e, em conseqüência, habilitou o desenvolvimento de vários órgãos dos sentidos como a linguagem, a audição, a mão humana. Enfim, o homem é ele próprio resultado do trabalho:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. E o é de fato, ao lado da natureza, que lhe fornece a matéria por ela transformada em riqueza. Mas é infinitamente mais do que isso. É a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem (Engels, 1985: 215).

Foi devido ao trabalho que o homem deixou de ser subordinado às leis da natureza. Ao romper com estas leis, não as aceitando para si, busca distanciar-se dos outros animais, criando suas próprias leis e, a partir daí, passar de pólo dominado, subordinado às leis da natureza, para dominador, subordinando a natureza às suas próprias leis¹³⁸.

A centralidade do trabalho, em Marx, fica patente na adoção por este da famosa frase formulada por Petty, e que Marx cita em *O Capital*, de que o trabalho é o pai, enquanto a terra é a mãe. Da mesma forma, em carta a Kugelmann, Marx não deixa dúvidas quanto à impossibilidade da humanidade existir sem o trabalho:

Mesmo as crianças sabem que qualquer nação morreria de fome se – já não digo pelo espaço de um ano, mas de algumas semanas – deixasse de trabalhar. Da mesma forma, todo mundo sabe que as massas de produtos, correspondentes a diferentes massas de

distribuição, os preços relativos das demais mercadorias permaneçam invariáveis, contestando assim as idéias de Adam Smith (Carcanholo, 1988: 7).

¹³⁸ Já nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx discutia as diferenças entre o homem e os outros animais, no que se refere às suas relações com o trabalho e na interação com a natureza: *O animal identifica-se imediatamente com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É a sua própria atividade. Mas o homem faz da atividade vital o objeto da vontade e da consciência. Possui uma atividade vital consciente. Ela não é uma determinação com a qual ele imediatamente coincide. A atividade vital consciente distingue o homem da atividade vital dos animais (Marx, 1993: 164-165).*

necessidades, exigem massas diferente e quantitativamente determinadas da totalidade do trabalho social (Marx, s/dc: 261).

O trabalho, para Marx, assume vários sentidos no decorrer de sua obra. Em *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, mesmo seguindo as considerações de Hegel, que, partindo da moderna economia política, atribui ao trabalho a própria essência da vida humana, Marx critica Hegel por este enxergar apenas o lado positivo do trabalho, ignorando o seu lado nefasto:

O único trabalho que Hegel entende e reconhece é o trabalho intelectual abstrato. Assim, o que acima de tudo constitui a essência da filosofia, a alienação do homem que se conhece a si mesmo ou a ciência alienada que a si mesma se pensa, considera-o Hegel como a sua essência (Marx, 1993: 246).

No entanto, se Hegel não manifesta os aspectos negativos do trabalho, Marx, a partir da discussão sobre a alienação do trabalho, propõe-se exatamente a expor aquilo que tanto Hegel quanto a economia política clássica não explicam: quanto mais riqueza o trabalhador produz, mais pobre ele fica¹³⁹; ou, em outros termos, a riqueza do capitalista é a miséria do trabalhador.

A alienação do trabalho, segundo Marx, assume dois sentidos: na relação do trabalhador com os produtos do trabalho; na relação do trabalhador no interior do processo de produção (Marx, 1993: 161). Disto observa-se não só que o trabalhador vê-se alienado daquilo que ele produziu, e que, apesar de ser fruto de seu esforço, não será utilizado por ele como valor de uso, bem como o próprio fato de o trabalhador se ver forçado a trabalhar para assegurar sua subsistência conduz a que o trabalho, no modo de produção capitalista, se manifeste como algo externo ao trabalhador, que, ao invés de lhe dar satisfação, impõe-lhe o esgotamento físico e espiritual.

¹³⁹ *O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão (Marx, 1993: 159). Mais adiante, Marx reafirma esta posição: Claro, o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz a privação para o trabalhador. Produz palácios, mas casebres para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores para um trabalho bárbaro e transforma os outros em máquinas. Produz inteligência, mas também produz estupidez e o cretinismo para os trabalhadores (Marx, 1993: 161).*

Da alienação do trabalho é que se origina o seu produto, a propriedade privada que constitui a riqueza do proprietário dos meios de produção no modo de produção capitalista:

A propriedade privada deriva-se assim da análise do conceito de trabalho alienado, ou seja, do homem alienado, do trabalho alienado, da vida alienada, do homem estranho a si próprio (Marx, 1993: 168-169).

Em *O Capital*, a riqueza capitalista apresenta-se como uma imensa coleção de mercadorias, sendo que o objeto de estudo da referida obra é precisamente, a origem do processo de criação de riqueza capitalista¹⁴⁰.

É desta forma que Marx vai buscar, na observação da realidade que o cerca, o concreto, a partir da forma mais externa e acabada de riqueza, a mercadoria, e, através de um exercício de abstração, os aspectos secundários são, em um primeiro momento, desprezados na observação do fenômeno, para que não prejudiquem a compreensão do fundamental: o conhecimento de todos os aspectos que envolvem o processo de produção e circulação de mercadorias. Só então compreende-se a realidade da maneira como ela realmente se apresenta, como o concreto pensado que Marx descreve em *Para a Crítica da Economia Política*:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação... as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento (Marx, 1982a: 14).

Embrenhando-se na tarefa de conhecer o funcionamento do modo de produção capitalista e a origem de sua riqueza, é que Marx depara-se com uma mercadoria especial que teria a qualidade de, ao ser utilizada no processo de produção, criar um excedente acima do que recebe como remuneração. Esta mercadoria é a força de

¹⁴⁰ Aceitemos o objeto de estudo assinalado pelo autor em *O Capital: a riqueza capitalista, isto é, a riqueza na época do domínio do capital. O nosso problema é identificar a natureza dessa riqueza, em outras palavras, a nossa pergunta é: o que é a riqueza capitalista na época capitalista? (Carcanholo, 1993: 3).*

trabalho, e este excedente é a mais-valia. A chave do enriquecimento capitalista seria, então, a apropriação pelos capitalistas das horas de trabalho a mais que o trabalhador é obrigado a cumprir, além do chamado tempo socialmente necessário, equivalente à remuneração percebida pelo trabalhador.

Em Marx encontra-se uma distinção entre o processo de trabalho e o processo de valorização. Esta distinção se torna de suma importância para a compreensão de que, sob o modo de produção capitalista, o objetivo dos capitalistas não se dá na mera produção de valores de uso, mas sim na busca incessante de lucro¹⁴¹. O processo de trabalho manifesta-se na ação dos indivíduos em produzir valores de uso, visando à satisfação de suas necessidades, ação esta presente em qualquer sociedade, seja qual for o nível de desenvolvimento das forças produtivas, e qualquer que seja o modo de produção vigente. O processo de valorização, por sua vez, é característico do capitalismo, em que a produção de mercadorias se dá não visando a sua utilidade, como satisfação das necessidades dos indivíduos, mas sim, meramente na produção e acumulação de excedente.

É dentro deste contexto que Marx considera o processo de produção sob dois aspectos:

1) como processo de trabalho, 2) como processo de valorização, tal implicará que aquele é apenas um processo de trabalho único, indivisível. Não se trabalha duas vezes, uma para criar um produto utilizável, um valor de uso, para transformar os meios de produção em produtos, e a outra, para criar valor e mais-valia, para valorizar o valor (Marx, 1985a: 57).

O trabalho representa, na teoria do valor de Marx, a medida e a determinação do valor, ou seja, é a fonte da criação da riqueza capitalista e, ao mesmo tempo, o instrumento que possibilita a troca entre dois objetos de diferente natureza e quantidade, reduzindo-os a uma característica que ambos têm em comum: o tempo de

¹⁴¹ O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho (Marx, 1983: 129).

trabalho incorporado na produção, que, no caso de dois objetos diferentes, deve ser o mesmo se ambos tiverem o mesmo valor¹⁴².

Através da leitura de *O Capital*, observa-se que a mercadoria, o ponto de partida de Marx para o conhecimento do funcionamento da economia capitalista, possui um duplo caráter: ela é valor de uso e valor de troca, sendo que o valor de uso constitui o conteúdo material da riqueza, enquanto que o valor de troca aparece como a relação quantitativa entre valores de uso de espécie diferente (Marx, 1983: 45-46).

A exemplo da mercadoria, também o trabalho possui duplo caráter: o trabalho concreto, que cria valores de uso, e o trabalho abstrato, criador de valor¹⁴³. Em termos históricos, o predomínio do trabalho abstrato sobre o concreto se dá com a ascensão do proletariado sobre o trabalho parcelário, a partir da superação do trabalho doméstico pelo manufatureiro, e depois industrial, em que o trabalhador torna-se indiferente ao objeto produzido. A partir do advento da Revolução Industrial e da divisão do trabalho, os ofícios são desqualificados, pois os produtores passam a compreender apenas uma fase de todo o processo de produção. A passagem do trabalho concreto ao abstrato é assim sintetizada por Conte:

... a passagem do trabalho domiciliário à manufatura sanciona – de um ponto de vista sociológico – um aumento de abstração do trabalho, o que permite uma maior especialização e diferenciação das tarefas produtivas, ou seja, a ruptura da relação consuetudinária do trabalhador com as tradições produtivas familiares e corporativas (Conte, 1976: 103).

¹⁴² Esta tese de Marx já demonstra uma diferenciação substancial em relação aos representantes da escola clássica, como Smith e Ricardo, conforme visto anteriormente. A tese de que o trabalho abstrato é típico de uma sociedade produtora de mercadorias, de caráter capitalista é também aceita por Belluzzo: *Isto significa que a produção para a troca transforma cada produtor num órgão do trabalho social, e só nestas condições a mercadoria pode ser concebida como cristalização do trabalho humano – “como simples coágulo de trabalho”. Desta forma, o trabalho útil de cada produtor dissolve-se no trabalho social, tornando-se trabalho abstrato, e a este título é conduzido à posição de substância do valor (Belluzzo, 1980: 80).*

¹⁴³ O trabalho concreto apresenta a característica de existir em qualquer tipo de organização socioeconômica, em qualquer período histórico, ao passo que o trabalho abstrato é típico da formação econômica capitalista: *O trabalho abstrato, tal como o entendem os marxistas, é uma categoria socio-histórica, própria só da produção mercantil. Esta categoria exprime a relação entre o trabalho do produtor concreto e o trabalho de outros produtores de mercadorias. O trabalho abstrato não é uma construção lógica, mas um fenômeno real, a base para o estabelecimento da vinculação social entre os produtores de mercadorias (Chemiaténkov, 1985: 175).* A referida tese sobre o trabalho abstrato é compartilhada por Rubin: *No sistema de Marx, o conceito de trabalho abstrato está inseparavelmente relacionado às características básicas da economia mercantil (Rubin, 1987: 156).*

O papel central do trabalho na produção da riqueza capitalista fica oculto devido ao fetichismo da mercadoria. Ao discutir o caráter fetichista da mercadoria, sendo este resultado do caráter social peculiar do trabalho, Marx deixa claro o papel do tempo de trabalho como determinante do valor das mercadorias desde os tempos mais remotos. A novidade do capitalismo é que, enquanto nos modos de produção anteriores a relação de exploração do trabalho ficava bem mais transparente, sob o capitalismo, esta exploração prossegue só que de forma mais velada:

A corvéia mede-se pelo tempo quanto o trabalho que produz mercadorias, mas cada servo sabe que é certa quantidade de sua força pessoal de trabalho que ele despense no serviço do seu senhor. O dízimo a ser pago ao cura, é mais claro que a bênção do cura. Portanto, como quer que se julguem as máscaras que os homens, ao se defrontarem aqui, vestem, as relações sociais entre as pessoas em seus trabalhos aparecem em qualquer caso como suas próprias relações pessoais, e não são disfarçadas em relações sociais das coisas, dos produtos de trabalho (Marx, 1983: 74).

Mesmo que os homens, em princípio, não se dêem conta do papel desempenhado pelo trabalho como medida e determinante do valor, eles utilizam o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das respectivas mercadorias como critério decisivo para a efetivação do processo de troca entre mercadorias de diferente qualidade, resultado de trabalhos de natureza diversa. Assim sendo, afirma Marx:

Portanto, os homens relacionam entre si seus produtos de trabalho como valores não porque consideram essas coisas como meros envoltórios materiais de trabalho humano da mesma espécie. Ao contrário. Ao equiparar seus produtos de diferentes espécies na troca, como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Não o sabem, mas o fazem. Por isso, o valor não traz escrito na testa o que ele é (Marx, 1983: 72).

No processo de troca, aparentemente as mercadorias parecem ter vida própria; é o processo de “personificação das coisas”, de que fala Rubin¹⁴⁴. Para passarmos da aparência para a essência, torna-se necessário que o fetichismo da mercadoria seja desvendado, é necessário esclarecer que as mercadorias são tão somente cristalização do trabalho social, e que, no entanto, sob o modo de produção capitalista, elas aparentam ter vida própria. Cabe ao homem superar o fetichismo da mercadoria:

A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa (Marx, 1983: 76).

Assim sendo, a exemplo dos mistérios que envolvem a religião, que devem ser desvendados à medida que o homem compreender melhor sua relação cotidiana com a natureza, Marx acredita que o fetichismo da mercadoria será superado quando o homem alcançar pleno controle sobre a sua produção, quando o próprio capitalismo for superado.

3.3 O desenvolvimento das forças produtivas em Marx

Sendo o trabalho, para Marx, a categoria fundamental para a criação de riqueza capitalista, observa-se que o processo de exploração do trabalho não se dá apenas pela ampliação da jornada de trabalho do operário (mais-valia absoluta), mas também pelo aumento da produtividade do trabalho através do desenvolvimento das forças produtivas (mais-valia relativa)¹⁴⁵.

¹⁴⁴ Ao possuir a forma social de “capital”, as coisas fazem de seu proprietário um “capitalista” e determinam de antemão as relações de produção concretas que serão estabelecidas entre ele e outros membros da sociedade. É como se o caráter social das coisas determinasse o caráter social de seus proprietários. Assim, é levada a cabo a “personificação das coisas”. Desta maneira, o capitalista brilha com a luz refletida de seu capital, mas isto só é possível porque ele, por sua vez, reflete um determinado tipo de relação de produção entre pessoas (Rubin, 1987: 38).

¹⁴⁵ O afã desmedido de apropriação da mais-valia relativa se choca, assim, com a tendência à “supressão” do trabalho necessário, na medida em que a unidade que prevalece na relação entre o

Com relação à introdução de novas tecnologias, esta sempre foi motivo de discussão no seio da classe trabalhadora¹⁴⁶. Marx já lembrava que com a introdução da maquinaria, manifestava-se perante o operariado uma primeira expressão esclarecida de luta contra a produção capitalista. Mesmo sendo esta revolta inicialmente despolitizada (o luddismo quebrava as máquinas e não o sistema econômico que aprisionava os trabalhadores), este fato mostra que as conseqüências, para a classe trabalhadora, com a introdução de novas tecnologias, quase sempre foram perniciosas para o operariado, devido a estes viverem somente da venda da sua força de trabalho¹⁴⁷.

Em *O Capital* (1984a), Marx não se furta em discutir os efeitos que as inovações tecnológicas, em especial a maquinaria, trazem ao capitalismo. Assim sendo, existiriam três formas de desenvolvimento do modo de produção capitalista: a cooperação simples, a manufatura e a grande indústria.

A cooperação representa uma forma embrionária do capitalismo, em que um grupo de artesãos trabalha para um capitalista que lhes adianta matérias-primas e realiza a sua produção. A manufatura supera a cooperação simples através da transformação do antigo artesão autônomo em trabalhador coletivo. Já na fase da hegemonia da grande indústria, há a preponderância de máquinas no processo de produção, deixando o trabalho em uma posição submissa.

trabalho excedente e o necessário tende a ser rompida pela autonomização do primeiro e pela eliminação do segundo (Mazzuchelli, 1985: 33).

¹⁴⁶ Gouverneur identifica a introdução da maquinaria como uma das três principais tendências que aparecem no desenvolvimento capitalista: *...a tendência para desenvolver a mecanização (como uma arma na competição entre capitalistas e como um meio de afirmação de seu controle sobre os trabalhadores), a tendência para expandir a fonte de mais-valia e a produção visando ao mercado, a tendência ao incremento na taxa de mais-valia, a tendência ao desenvolvimento de práticas monopolísticas e a modificar as formas de concorrência, e assim por diante (Gouverneur, 1983: 159).*

¹⁴⁷ Ricardo, em *Princípios de Economia Política e Tributação*, chamava a atenção para os efeitos danosos que a introdução da maquinaria estaria trazendo para a classe trabalhadora: *O que desejo provar é que a descoberta e o uso da maquinaria podem ser acompanhados por uma redução da produção bruta e, sempre que isso acontecer, será prejudicial para a classe trabalhadora, pois uma parte será desempregada e a população tornar-se-á excessiva em comparação com os fundos disponíveis para empregá-la (Ricardo, 1982: 263).* Ricardo, no entanto, fiel à classe burguesa, acreditava que, mesmo que a introdução da maquinaria na produção capitalista trouxesse prejuízos à classe trabalhadora, deveria ser incentivada, pois os ganhos de produtividade propiciados, se não utilizados no país de origem, iriam para o exterior, em outras palavras, tudo era válido quando se tratava de diminuir custos e ser mais competitivo no mercado externo.

Neste processo de desenvolvimento das forças produtivas, observa-se que, enquanto os instrumentos utilizados pelos artesãos tinham, inicialmente, de adaptar-se às características e limites do corpo humano, com o advento da manufatura, é o trabalhador que se adapta à máquina, tornando-se um apêndice desta¹⁴⁸.

O que leva o capitalista a introduzir a maquinaria no processo de produção, como é óbvio, não é diminuir a fadiga do trabalhador:

Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia (Marx, 1984a: 7).

Também, obviamente, a diminuição da jornada de trabalho, que seria a alternativa mais racional de enfrentar os efeitos perversos das inovações tecnológicas, não tem sentido em um modo de produção calcado na desigualdade e na exploração do homem pelo homem:

En efecto, se trata de esto; no de acortar la jornada laboral sino, para todo desarrollo de la fuerza productiva sobre una base capitalista, de acortar el tiempo de trabajo que necesita el trabajador para la reproducción de su capacidad de trabajo, en otras palabras para la reproducción de salarios, o sea la disminución de la parte de la jornada que él trabaja para sí mismo... (Marx, 1982b: 77).

Assim sendo, o objetivo das inovações tecnológicas, aí incluída a maquinaria, é a diminuição do chamado tempo de trabalho socialmente necessário, que é a parte da jornada de trabalho que o trabalhador produz para si mesmo, para reproduzir sua força de trabalho. Em compensação, amplia-se o tempo de trabalho não pago, que é apropriado pelos proprietários dos meios de produção. As inovações tecnológicas representam, desta maneira, não uma diminuição no tempo de trabalho dos operários, mas sim, um aumento na intensidade deste trabalho.

¹⁴⁸ *El instrumento, devenido máquina, ya no está limitado (en su forma, magnitud, etc.) por la adaptación necesaria al cuerpo humano; y el cuerpo humano, por su parte, ya no está obligado a reducirse a la sede de facultades especializadas para el uso del instrumento (Lisa, 1982: 26).*

O aumento da exploração da mais-valia no capitalismo maduro dá-se, predominantemente, na forma de mais-valia relativa, em que o trabalhador produz mais riqueza em uma hora de trabalho do que antes produzia, nesta mesma hora, sem o auxílio da máquina:

Para o marxismo, a exploração é o impulso central da mudança tecnológica sob o capitalismo. Este traço não provém da “perversidade” da classe dominante, nem da “maldade oculta” dos gênios inovadores, mas da forma como está organizada a produção e o usufruto da produção social (Katz, 1995:12).

As vantagens obtidas pelos capitalistas com a introdução da maquinaria no processo produtivo nem sempre se manifestam na redução direta do salário dos trabalhadores¹⁴⁹, mas no fato de que o capitalista que introduz a inovação tecnológica, em um sistema em que ainda predominam as arcaicas formas de produção, consegue vender sua mercadoria por um valor abaixo de seu valor social, em que todos os seus concorrentes vendem, mas que é, ao, mesmo tempo, acima do valor individual que lhe custa produzir a mercadoria. Marx chama a atenção para o fato de que, aparentemente, a mais-valia seria originária da circulação, ou seja, da venda das mercadorias acima do preço das demais, quando em sua essência, no entanto, se dá pela diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir as mercadorias da empresa que introduziu as inovações tecnológicas:

Gracias a la excepcional fuerza productiva que el trabajo obtiene aquí, por oposición al trabajo medio en el mismo ramo de la industria, se convierte, en relación con éste, en trabajo superior, de tal suerte que, por ejemplo, una hora de su trabajo es igual a 5/4 de hora laboral de trabajo medio, trabajo elevado a una potencia superior. Pero el capitalista lo paga como [pagaría] el trabajo medio. Un número menor de horas de trabajo se convierte de ese modo en igual a un número mayor de horas de trabajo medio. Él lo paga como trabajo medio y lo vende por lo que es, trabajo superior, del cual una determinada

¹⁴⁹ Marx, no entanto, considera que a redução de salários ocorre quando a introdução de maquinaria possibilita substituir a força de trabalho qualificada por uma nem tão qualificada. Isso torna-se possível pelo fácil manuseio das máquinas, que fazem com que os ofícios sejam desqualificados (Marx, 1982b: 78). Além disto, há uma tendência crescente, a partir da revolução industrial, a ocupar-se do trabalho de mulheres e crianças, que recebiam salários menores do que os homens e mostravam-se mais dóceis que estes na reação contra a exploração do capital.

cantidad es = a una cantidad superior de trabajo medio (Marx, 1982b: 78).

Em termos de reprodução geral do capital, Katz (1995: 12-13) chama a atenção para o fato de que as inovações tecnológicas tendem a baratear o custo dos meios de subsistência, que são os componentes do valor da força de trabalho. Objetivando diminuir o valor da força de trabalho, através do aumento da produtividade dos setores que produzem mercadorias de consumo dos trabalhadores, no processo concorrencial com outros capitalistas, o capitalista consegue um lucro extraordinário, resultado do monopólio tecnológico no setor. É nesse período que o capitalista procura aproveitar ao máximo a vantagem obtida, lançando mão, também, da mais-valia absoluta, através da ampliação da jornada de trabalho. Esta vantagem, no entanto, é temporária devido à generalização das inovações tecnológicas:

Com a generalização da maquinaria num mesmo ramo de produção, cai o valor social do produto da máquina para seu valor individual e se impõe a lei de que a mais-valia não se origina das forças de trabalho que o capitalista substituir pela máquina, mas, pelo contrário, das forças de trabalho que ocupa com ela (Marx, 1984a: 31).

Observa-se, então, que é da porção variável do capital e não da constante que se origina a mais-valia. Marx considera que a massa de mais-valia é resultado de dois fatores: da taxa de mais-valia e do número de trabalhadores ocupados. A taxa de mais-valia, em uma jornada de trabalho estabelecida, é determinada pela proporção em que esta se divide em capital variável e constante. O processo de introdução da mecanização resulta em que uma parcela do capital que se apresentava em forma variável termina por se converter em capital do tipo constante, uma porção do trabalho vivo transforma-se em trabalho morto, que transfere mais-valia, mas que é incapaz de produzir mais-valia. Marx chama a atenção para a contradição que vêm à tona a partir desta transformação:

Há, portanto, na aplicação da maquinaria à produção de mais-valia, uma contradição imanente, já que dos dois fatores da mais-valia que um capital de dada grandeza fornece ela só aumenta um, a taxa de mais-valia, porque reduz o outro fator, o número de trabalhadores. Essa contradição imanente se evidencia assim que, com a generalização da

maquinaria em um ramo da indústria, o valor da mercadoria produzida mecanicamente se torna o valor social que regula todas as mercadorias da mesma espécie, e é essa contradição que, por sua vez, impele o capital, sem que ele tenha consciência disso, ao prolongamento mais violento da jornada de trabalho, para compensar a redução do número relativo de trabalhadores explorados por meio do aumento do mais-trabalho não só relativo, mas também absoluto (Marx, 1984a: 31).

A introdução da maquinaria no processo produtivo, assim sendo, libera força de trabalho vivo, formando uma população operária excedente, engrossando, assim, o exército industrial de reserva. Esta tese entra em confronto com as posições defendidas por vários autores contemporâneos de Marx, como James Mill, Mac Cullouck, Senior, entre outros, que insistiam na tese de que o deslocamento de trabalhadores pela maquinaria, liberaria, ao mesmo tempo, capital para reabsorção destes trabalhadores dispensados temporariamente do mercado de trabalho (Marx, 1984a: 54).

A utilização da maquinaria moderna pelo capital também se dá como uma resposta do capital à organização dos trabalhadores, em especial ao movimento grevista, na sua busca em aumentar os salários e tentar estabelecer uma jornada de trabalho em níveis mais satisfatórios aos seus interesses¹⁵⁰.

Como visto, os efeitos positivos que a introdução das inovações tecnológicas traz para a classe capitalista são bem visíveis. Para a classe trabalhadora, no entanto, as repercussões deste processo assumem um novo caráter, que Marx sintetiza no volume I de *O Capital* (Marx, 1984) como sendo: a) a incorporação do trabalho feminino e infantil; b) o prolongamento da jornada de trabalho; c) a intensificação do trabalho.

O primeiro destes itens, a incorporação do trabalho feminino e infantil, dá-se devido à diminuição da necessidade de o trabalhador ser detentor de uma força muscular muito privilegiada para executar as operações no processo de trabalho. Desta forma, deu-se a incorporação de toda a família ao mercado de trabalho. O capitalista tem à sua disposição não apenas o trabalho do operário, mas de toda a sua família.

¹⁵⁰ Sobre a questão da introdução da maquinaria e seus efeitos sobre as greves, escreveu Marx: *Contra esto el capitalista utiliza la introducción de la maquinaria. Aquí la máquina aparece directamente como medio para abreviar el tiempo de trabajo necesario; aparece también como forma del capital – medio del capital – poder del capital – sobre el trabajo – para reprimir toda prestación de autonomía por parte del trabajo... son todas máquinas inventadas para reprimir las huelgas (Marx, 1982b: 101).*

A principal causa da introdução do trabalho feminino e infantil, além da menor oposição destes à exploração do capital, é dada por Marx pela diminuição do valor da força de trabalho:

O valor da força de trabalho era determinado pelo tempo de trabalho não só necessário para a manutenção do trabalhador individual adulto, mas para a manutenção da família do trabalhador. A maquinaria, ao lançar todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte o valor da força de trabalho do homem por toda sua família. Ela desvaloriza, portanto, sua força de trabalho (Marx, 1984a: 23).

O capital, no período de desenvolvimento da Revolução Industrial, mostra-se indiferente aos efeitos danosos que o trabalho, predominantemente insalubre, traz às crianças e às mulheres submetidos a uma jornada de trabalho que poderia chegar a até 18 horas diárias, sendo que muitas vezes eram obrigados a se alimentarem ao mesmo tempo em que operavam a máquina¹⁵¹.

O prolongamento da jornada de trabalho é um dos primeiros resultados que podem ser verificados pela introdução da maquinaria no processo produtivo. Este fenômeno ocorre nas manufaturas que ainda não utilizam o maquinário moderno¹⁵². Se, em *Progreso Técnico y Desarrollo Capitalista (Manuscritos 1861-1863)*, Marx restringia a elevação da jornada de trabalho apenas às empresas que não utilizavam o maquinário moderno, em *O Capital*, a possibilidade de expandir a jornada de trabalho se dá em qualquer empresa, devido à maquinaria criar condições para o rompimento com certos limites físicos naturais:

Enquanto capital – e enquanto tal o autômato tem no capitalista consciência e vontade – está animada pelo impulso de reduzir a opositiva mas elástica limitação natural do ser humano à resistência mínima. Esta é, de qualquer modo, diminuída pela aparente facilidade

¹⁵¹ Sobre as condições de trabalho feminino e infantil, ver o capítulo 8 de *O Capital* (Marx, 1983) e *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (Engels, 1988). A respeito das argumentações feitas em defesa do trabalho feminino e infantil pelas entidades patronais brasileiras em pleno século XX, em que o trabalho infantil era defendido com afirmações do tipo "a fábrica é a melhor escola", ver Gomes (1979).

¹⁵² *El tiempo de trabajo socialmente necesario para la producción de esta mercancía determinada ha disminuido pero no para los obreros que trabajan con los viejos instrumentos de producción (Marx, 1982b: 87).*

do trabalho na máquina e pela maior docilidade e maleabilidade do elemento feminino e infantil (Marx, 1984a: 29).

A utilização da maquinaria possibilita ao detentor do capital atingir uma grande elevação da produtividade do trabalho. Para tanto, transforma uma parcela do capital que antes era variável, que produz mais-valia, em capital constante, que não produz, apenas transfere mais-valia. Observa-se, então, um problema que tem de ser equacionado pelo capitalista: um dos fatores que determinam a massa de mais-valia¹⁵³, o número de trabalhadores, diminui, o que vai obrigar os capitalistas a prolongar a jornada de trabalho para compensar a diminuição do número de trabalhadores:

Essa contradição imanente se evidencia assim que, com a generalização da maquinaria em um ramo da indústria, o valor da mercadoria produzida mecanicamente se torna o valor social que regula todas as mercadorias da mesma espécie, e é essa contradição que, por sua vez, impele o capital, sem que ele tenha consciência disso, ao prolongamento mais violento da jornada de trabalho, para compensar a redução do número relativo de trabalhadores explorados por meio do aumento do mais-trabalho não só relativo, mas também absoluto (Marx, 1984a: 31).

Assim sendo, Marx considera que a introdução da maquinaria, ao contrário de encurtar a jornada de trabalho, o que faz é estendê-la. Desta maneira, Marx contrapõe-se aos autores gregos, como Aristóteles e Antípatros, que acreditavam que as inovações tecnológicas encurtariam a jornada de trabalho¹⁵⁴, argumento semelhante ao utilizado por autores contemporâneos que visualizam a construção da sociedade do tempo livre em pleno capitalismo.

A questão da intensificação do trabalho surge, para Marx, como resultado das revoltas operárias em contraposição ao aumento exacerbado da jornada de trabalho. Marx afirma que na Inglaterra, por um bom período, o prolongamento da jornada de

¹⁵³ A massa da mais-valia produzida é, portanto, igual à mais-valia que a jornada de trabalho do trabalhador individual fornece, multiplicada pelo número dos trabalhadores empregados (Marx, 1983: 239). A massa de mais-valia, é, portanto, determinada por dois fatores: a) a taxa de mais-valia; b) o número de trabalhadores.

¹⁵⁴ Como descobriu o sensato Bastiat e, antes dele, o ainda mais prudente MacCulloch, eles não entendiam nada de Economia Política nem de cristianismo. Não entendiam, entre outras coisas, que a

trabalho ocorreu paralelamente à intensificação do trabalho, no entanto, ambos excluem-se, de modo que o prolongamento da jornada de trabalho só ocorre com a diminuição da intensificação do trabalho, e vice-versa.

Para Marx:

Assim que a revolta cada vez maior da classe operária obrigou o Estado a reduzir à força a jornada de trabalho e a ditar, inicialmente às fábricas propriamente ditas, uma jornada normal de trabalho, a partir desse instante, portanto, em que se impossibilitou de uma vez por todas a produção crescente de mais-valia mediante o prolongamento da jornada de trabalho, o capital lançou-se com força total e plena consciência à produção de mais-valia relativa por meio do desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas (Marx, 1984a: 33).

Desta maneira, o capital consegue conviver com o avanço da legislação trabalhista e da pressão do movimento operário, pois faz com que o trabalhador despenda mais energia em um mesmo período de tempo. A utilização da maquinaria moderna é que cria condições para a condensação do trabalho através do aumento da sua intensificação.

Pode-se concluir que o desenvolvimento das forças produtivas, em Marx, com a introdução da maquinaria, revoluciona o capitalismo através da mudança nas formas de exploração do trabalho e da acumulação do capital; coloca o trabalhador em situação de subordinação ao capital cada vez mais ampliada; o trabalho torna-se cada vez mais desqualificado, depreciado pelo fim dos ofícios; o trabalho intensifica-se, a família do trabalhador é incluída no mercado de trabalho, e os salários são reduzidos, como resultado da diminuição do valor de sua força de trabalho.

Com a introdução da maquinaria, Marx confirma que há uma tendência à redução relativa do número de trabalhadores efetivamente empregados¹⁵⁵. Em vez de

máquina é o mais comprovado meio de prolongar a jornada de trabalho. Justificavam eventualmente a escravidão de uns como meio para o desenvolvimento de outros (Marx, 1984a: 32).

¹⁵⁵ *El trabajo ya no aparece tanto como recluso en el proceso de producción, sino que más bien el hombre se comporta como supervisor y regulador con respecto al proceso de producción mismo (Marx, 1987a: 228).* Apesar de Marx indicar a tendência à diminuição do trabalho vivo, reconhece a necessidade muitas vezes de o capital reintegrar os operários excluídos do processo de trabalho: *... por um lado, a constante expulsão de trabalhadores, seja do interior daquela oficina já mecanizada, seja do interior dos ofícios; por outro, sua constante reintegração, posto que a partir de um grau determinado de desenvolvimento da força produtiva, o aumento da mais-valia só se coloca com a elevação simultânea do*

ocorrer uma diminuição relativa da jornada individual de trabalho, estaria ocorrendo uma mudança no número de trabalhadores alocados na produção, o que faz com que uma grande quantidade de trabalhadores se torne supérfluo para o capital. No entanto, de modo algum Marx afirma que as inovações tecnológicas conduzam ao fim do trabalho, da classe trabalhadora, ou ao fim da centralidade do trabalho no processo de criação de riqueza capitalista.

3.4 A teoria marxista e a tese do fim da centralidade do trabalho

Os defensores da tese do fim da centralidade do trabalho, conforme visto anteriormente na análise das obras de Schaff e Gorz, procuram nos textos do próprio Marx embasamento para suas formulações teóricas. O ponto de partida destas formulações teóricas seriam as afirmações de Marx contidas nos *Grundrisse*¹⁵⁶, em que faria considerações sobre o trabalho deixar de ser a fonte de riqueza, bem como de medida de valor, o que resultaria no próprio fim da centralidade do trabalho e da lei do valor. O autor refere-se, na verdade, não à possibilidade de fim da lei do valor em uma sociedade capitalista, como Gorz e Schaff interpretam, mas sim na construção de uma sociedade socialista, em que as condições concretas para a superação do trabalho alienado, e da conseqüente exploração do trabalho humano e construção do “reino da liberdade”, estivessem presentes.

Sobre a problemática acerca do fim da lei do valor, devido à expansão da mecanização no modo de produção capitalista, não se encontram em Marx quaisquer referências em favor desta tese. O que se verifica é que, em Marx, a lei do valor deixa de ter sentido em um modo de produção superior ao capitalista¹⁵⁷. Nos *Grundrisse*,

número de trabalhadores ocupados. Esse movimento de atração e expulsão é característico e representa o constante oscilar da existência do trabalhador (Marx, 1994: 107).

¹⁵⁶ Ver Marx (1987a: 228-29), já citado e comentado no capítulo 1 deste trabalho.

¹⁵⁷ Sobre este tema, Rosdolsky afirma: *Llegamos así al problema tantas veces planteado de la vigencia de la ley del valor en el socialismo. Todo el mundo sabe (o lo sabía en su momento, mejor dicho) que para los fundadores del marxismo, el valor se consideraba como una categoría “que es la expresión más amplia de la esclavización de los productores por parte de su propio producto” (Anti-Dühring). De esto sólo se desprende ya que en modo alguno podiam extender también a la sociedad socialista (o comunista) la vigencia de la ley del valor (Rosdolsky, 1989: 477).* Esta tese também é aceita por Negri,

existe uma passagem que atesta a posição do autor sobre a manutenção do trabalho como medida e determinante do valor no capitalismo, apesar do advento das inovações tecnológicas:

El capital mismo es la contradicción en proceso, [por el hecho de] que tiende a reducir a un mínimo el tiempo de trabajo, mientras que por otra parte pone al tiempo de trabajo como única medida y fuente de la riqueza. Disminuye, pues, el tiempo de trabajo en la forma de tiempo de trabajo necesario, para aumentarlo en la forma del trabajo excedente; pone por tanto, en medida creciente, el trabajo excedente como condición – question de vie et de mort – del necesario (Marx, 1987a: 229).

O que se pode concluir da afirmação de Marx é que a redução do tempo de trabalho vivo não elimina a lei do valor no capitalismo, pois o trabalho incorporado na produção continua sendo a categoria fundamental no processo de criação de riqueza capitalista, bem como o trabalho vivo, o determinante e medida de valor. O fato de o processo produtivo ter sido transformado pelas inovações tecnológicas implica que ocorre um aumento da quantidade de mercadorias produzidas, resultado do aumento de produtividade incomparavelmente superior alcançado, o que possibilitaria a redução da jornada de trabalho, sem diminuição dos salários.

Além de possibilitar a produção de uma quantidade maior de mercadorias, as inovações tecnológicas permitem uma diminuição no tempo de rotação do capital¹⁵⁸, o

que ao fazer um estudo sistemático a respeito dos *Grundrisse* (*Marx Beyond Marx – Lessons on the Grundrisse*), afirma que, em Marx, apesar do avanço das máquinas e da ciência, o trabalho ainda é imprescindível para o capital, e que a citação de Marx nos *Grundrisse*, acerca do fim da lei do valor, refere-se à uma sociedade comunista: *O primeiro resultado produzido pela lógica da separação é desprezar a inter-relação entre o trabalho necessário/mais-trabalho para situá-la no nível da capacidade do capital para subsumir a sociedade, e transformar a relação entre duas subjetividades opostas, que são hostis até o ponto de destruir-se reciprocamente. Isto é impossível para o capital, que vive da exploração. É possível para o proletariado, cujo poder (potência) se torna mais e mais imenso na medida que o capital tenta destruir sua identidade... Depois de uma primeira análise, Marx retomou ao argumento, recorreu o caminho que inicialmente havia saltado, tomou outra vez cada categoria dos fios que permitem a separação da análise e redefinem a lei do valor neste novo nível de complexidade. Vários índices – às vezes alusivos, às vezes precisos – nos permitem avançar em nossa investigação. Cada vez as categorias trabalham de um modo inverso: ao sobre-trabalho, motor do desenvolvimento, se opõe o não trabalho; ao capitalismo, o comunismo (Negri, 1984: 145).*

¹⁵⁸ Marx considera o tempo de rotação de capital como sendo constituído pela soma do tempo de circulação e do tempo de produção e assim o conceitua: *Para o capitalista, o tempo de rotação de seu capital é o tempo durante o qual tem de adiantar seu capital para valorizá-lo e recuperá-lo em sua figura original (Marx, 1984c: 115).*

que conduz ao aumento da taxa de mais-valia no período considerado, como afirmam Muls e Carcanholo:

Portanto, a base técnica flexível nada mais faz do que dar um passo adiante no que se refere à diminuição do tempo de rotação do capital (e portanto para o aumento da taxa de lucro por período), e se considerarmos a lógica do processo de valorização em seu nível mais abstrato, veremos que há uma continuidade (apesar de suas configurações técnicas e sociais totalmente distintas e mesmo dicotômicas) em termos da lógica de extração do excedente: a adoção da microeletrônica e das formas de organização do trabalho que lhes são correlatas geram novas economias de tempo e desbravam novas reservas de produtividade que até então estavam submersas sob a base técnica rígida do fordismo (Muls e Carcanholo, 1997: 1063).

Assim, vê-se que o capitalismo contemporâneo, na passagem do padrão de acumulação fordista para o toyotismo, o que fez foi ampliar ainda mais a exploração do trabalho assalariado, através da amplificação da taxa de mais-valia, decorrente da diminuição do tempo de rotação do capital e da intensificação do trabalho vivo, e não simplesmente, como os defensores da tese do fim da centralidade do trabalho acreditam, estaria havendo o fim do trabalho devido aos capitalistas hoje prescindirem do trabalho para a produção de seu excedente.

Um dos argumentos mais utilizados pelos defensores da tese do fim da centralidade do trabalho seria de que a classe operária estaria sendo extinta, expressão presente, inclusive, no título da obra mais conhecida de Gorz, *Adeus ao Proletariado*¹⁵⁹. Algumas questões acerca disto devem ser levantadas, no sentido de buscar esclarecer se esta afirmação é verdadeira, e em que sentido tendem realmente a negar a teoria do valor de Marx, a partir de fenômenos como o predomínio do setor de serviços sobre o setor industrial e, conseqüentemente, de uma massa de trabalhadores em maior monta

¹⁵⁹ Retomando o pensamento de Gorz, é assim que este autor se manifesta sobre o fim do proletariado: *A crise do socialismo é, antes de mais nada, a crise do proletariado. Com o desaparecimento do operário profissional polivalente, sujeito possível de seu trabalho produtivo e, portanto, sujeito possível da transformação revolucionária das relações sociais, desapareceu a classe capaz de tomar sob sua responsabilidade o projeto socialista e de realizá-lo nas coisas. A degenerescência da teoria e da prática socialistas vem fundamentalmente disso (Gorz, 1987a: 85). Sobre o fim da lei do valor, Gorz afirma: La extinción del salariado, de los mecanismos de mercado y del valor-trabajo es el necesario resultado de la automatización de la producción y está implícitamente contenida en las nociones de duración del trabajo por vida, unida con la de garantía de sueldo vitalicio (Gorz, 1986: 80).*

no setor terciário do que na produção industrial. Este fenômeno pode levar à constatação de que, na sociedade moderna, haveria o predomínio cada vez maior dos trabalhadores improdutivos sobre os produtivos, o que abonaria a tese da redundância do trabalho na criação de riqueza capitalista.

Inicialmente, torna-se necessário fazer uma discussão sobre a problemática do trabalho produtivo e improdutivo em Marx, tema extremamente polêmico dentro da própria obra de Marx. Apenas para citar um autor já bastante discutido neste trabalho, Gorz (1998: 41) afirma ter Marx, nos *Grundrisse*, ressaltado que o predomínio do trabalho não material implicaria a impossibilidade de considerar o tempo de trabalho como medida de trabalho, bem como o trabalho como medida de riqueza, o que resultaria, conseqüentemente, no fim da teoria do valor.

Existem aparentemente, concepções diferentes em Marx sobre o que seria o trabalho produtivo. Em *Teorias da Mais-Valia*, assim é conceituado trabalho produtivo:

Trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. Só por esse meio, mercadoria ou dinheiro se converte em capital, se produz como capital. Só é produtivo o trabalho assalariado que produz capital. (Isso equivale a dizer que o trabalho assalariado reproduz, aumentada, a soma de valor nele empregada ou que restitui mais trabalho do que recebe na forma de salário. Por conseguinte, só é produtiva a força de trabalho que produz valor maior que o próprio) (Marx, 1980: 132-133).

O que pode ser observado a partir desta formulação inicial de trabalho produtivo, em Marx, é a relação entre trabalho assalariado e produção de mais-valia como sendo condição *sine qua non* para considerar o trabalho como produtivo. O fato de o trabalhador produzir objetos materiais, típico da produção industrial, ou trabalhar na prestação de serviços e, desta forma, não produzir objetos materiais, não seria determinante para caracterizar o trabalho como produtivo ou improdutivo. O que deveria ser levado em consideração seria a subordinação do trabalho ao capital, e a conseqüente produção de mais-valia para a acumulação de seu empregador.

Esta concepção marxiana, contida em *Teorias da Mais-Valia*, fica ainda mais clara quando, mais adiante, Marx (1980: 404) discute o problema de trabalhadores que não produzem bens materiais, como é o caso dos atores, professores, médicos, oradores, entre outros. Estes seriam trabalhadores produtivos perante seus patrões, pois geram excedente, na forma de mais-valia, que é apropriada por estes, mesmo que não sejam produtivos, no caso dos professores, perante seus alunos.

Em relação ao setor de transportes de mercadorias, apesar de ser uma atividade de prestação de serviços, Marx (1980: 405) classifica os trabalhadores deste setor como produtivos, no sentido de que, com o deslocamento da mercadoria, estaria ocorrendo uma alteração em sua “existência espacial” e em seu valor de uso, resultado do trabalho de transportar as mercadorias.

Em *O Capital*, no entanto, há uma aparente contradição na conceituação de trabalho produtivo em relação à contida em *Teorias da Mais-Valia*, resultado das considerações feitas por Marx sobre os trabalhadores ocupados na circulação das mercadorias e que não atuam na sua produção direta:

A lei geral é que todos os custos de circulação que só se originam da transformação formal da mercadoria não lhe agregam valor. São apenas custos para a realização do valor ou para sua conversão de uma forma em outra (Marx, 1984c: 108).

A afirmação de Marx, contida em *O Capital*, conduz à idéia de que o trabalho produtivo seria tão somente aquele envolvido no processo de produção de mercadorias, mais especificamente, na produção material de mercadorias. Assim sendo, os trabalhadores que não produzem bens materiais, o caso dos trabalhadores do ramo do comércio, que intermedeiam as compras de mercadorias, e todos os demais, incluídos no mesmo caso, seriam trabalhadores improdutivos. Daí originar-se a concepção muito difundida de ser produtivo, em Marx, tão somente o trabalhador produtor de mercadorias, mais especificamente, o operário braçal, que é o mesmo trabalhador que os defensores da tese do fim da centralidade do trabalho enfatizam como sendo a classe em processo de extinção. Esta interpretação conduz a um raciocínio bastante simples: o trabalhador produtivo de Marx estaria desaparecendo, juntamente com

qualquer possibilidade de transformação da sociedade por esta classe, que não seria mais responsável pela produção do excedente no capitalismo.

Contra-pondo a esta aparente contradição de Marx acerca do trabalho produtivo, Mandel afirma que a tese de restringir o trabalho produtivo tão somente ao trabalhador braçal da indústria não só está em desacordo aos escritos de Marx, como também seria errôneo excluir da formação do operariado o trabalhador improdutivo subordinado ao capital:

La característica estructural que define al proletariado en el análisis marxiano del capitalismo es la obligación socioeconómica de vender su propia fuerza de trabajo. Así, pues, dentro del proletariado se incluyen no sólo los trabajadores industriales manuales, sino todos los asalariados improductivos que están sujetos a las mismas restricciones fundamentales: no propiedad de los medios de producción; falta de acceso directo a los medios de subsistencia (la tierra no es de ninguna manera libremente accesible!); dinero insuficiente para comprar los medios de subsistencia sin la venta más o menos continua de la fuerza de trabajo (Mandel, 1985: 128).

A tese defendida por Mandel de não restringir trabalho produtivo apenas ao trabalhador braçal da indústria também é aceita por Marini e por Rubin¹⁶⁰. O primeiro considera equivocado descolar da classe operária os trabalhadores vinculados à circulação e distribuição de mercadorias:

...é possível sustentar que restringir a classe operária aos trabalhadores assalariados que produzem a riqueza material, isto é, o valor de uso sobre o qual repousa o conceito de valor, corresponde a perder de vista o processo global da reprodução capitalista (Marini, 2000: 249).

Além disso, Marini afirma ser uma tendência do modo de produção capitalista a ampliação da classe operária (dentro do conceito de classe operária por ele formulado),

¹⁶⁰ Neste mesmo sentido, Villalobos opõe-se a Poulantzas quando este, ao buscar em Marx embasamento para sua tese, relaciona trabalho produtivo exclusivamente à classe operária: O trecho de Marx efetivamente se adequaria ao raciocínio apresentado por Poulantzas, na passagem referida, se o conceito de "trabalho produtivo" pudesse ser inequivocamente entendido como distinguindo o trabalho operário. Não é isso, todavia, o que se pode inferir diretamente desse trecho, assim como também não é isso o que se pode concluir do conjunto dos escritos de Marx, inclusive e sobretudo de seus trabalhos chamados "de maturidade". Pelo contrário, o conceito de "trabalho produtivo" por ele eminentemente desenvolvido parece estar longe de denotar um lugar social especificamente operário no processo de produção (Villalobos, 1978: 16).

não sua diminuição, como atestam os defensores da tese do fim da centralidade do trabalho. Estaria havendo, para o autor, uma diminuição dos trabalhadores ligados diretamente à produção industrial, no entanto, um aumento na quantidade de trabalhadores envolvidos com a circulação e distribuição de mercadorias.

Também interpretando a definição de trabalho produtivo em Marx como não sendo restrita aos trabalhadores manuais, Rubin (1987: 280) considera que o determinante para a caracterização do trabalho como produtivo ou improdutivo seria não a forma de atividade executada (braçal, intelectual, prestador de serviços, entre outros), mas sim a forma social de organização do trabalho, em outras palavras, sob que relações sociais de produção se dá a produção de riqueza capitalista. Esta tese pode ser assim sintetizada:

Somente o trabalho organizado sob a forma de empresas capitalistas, que tem a forma de trabalho assalariado, empregado pelo capital com a finalidade de extrair dele uma mais-valia, é incluído no sistema de produção capitalista. Este trabalho é trabalho “produtivo”. Todo tipo de trabalho incluído nesse sistema social de produção pode ser considerado produtivo, isto é, todo tipo de trabalho organizado sob a forma social determinada que é característica desse sistema de produção (Rubin, 1987: 280).

Esclarecida a problemática sobre o trabalho produtivo em Marx, verifica-se que não está havendo o fim do trabalho, a perda de sua centralidade no capitalismo contemporâneo, ou o término do sentido da teoria do valor. O trabalho, longe de extinguir-se, mostra-se ainda como imprescindível para o capital, que não sobrevive sem o trabalho¹⁶¹. Isto pode ser verificado através da constante busca pelo aumento da exploração do trabalho, ainda hoje facilmente constatado no mundo todo, basta

¹⁶¹ O homem e o seu trabalho foram e continuarão sendo o fogo vivificante da produção. Os sistemas de máquinas cumprem funções que o homem lhes dita, mesmo que ele próprio não seja capaz de realizá-las, e somente podem seguir o caminho por ele traçado (Wimmer, 1987: 97). Da mesma forma, Carleial não aceita a tese de que a centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo esgotou-se: Assim, para sobreviver, o homem ainda precisa trabalhar. O capitalismo, ao longo deste século, sofreu importantes transformações, porém ainda parece ser imprudente minimizar a natureza de suas contradições. Se isto é verdade, as críticas desenvolvidas por Offe e Habermas de que a sociedade centrada no trabalho esgotou-se e, portanto, mais uma utopia se desvaneceu precisam ser vistas com cuidado. [...] fica evidente que o capitalismo contemporâneo expulsa algumas formas de trabalho, mantém e recria outras (Carleial, 1994: 75).

observar a relutância dos capitalistas em aceitar a redução da jornada de trabalho, proposta pelo movimento sindical. Assim sendo, a *contradição em processo* de que fala Marx encontra-se ainda presente no capitalismo contemporâneo, com os capitalistas tentando constantemente desfazer-se do trabalhador, mas ao mesmo tempo, necessitando nutrir-se de sua força de trabalho.

Partindo da teoria do valor de Marx, Teixeira afirma que o trabalho abstrato possui algumas determinações fundamentais:

- 1) *redução dos diferentes trabalhos concretos a um trabalho uniforme, não diferenciado e simples; em suma, a um trabalho que seja qualitativamente idêntico;*
- 2) *indiferença do trabalhador diante do tipo de trabalho que realiza;*
- 3) *transformação do trabalho num simples meio de produção de riqueza, o que, por isso mesmo, o toma*
- 4) *fonte de exploração e, portanto,*
- 5) *fonte de desumanização do homem, na medida em que se trabalha unicamente para viver (Teixeira, 1995: 109).*

Aceitando-se as determinações sintetizadas por Teixeira, baseadas em Marx, e retomando as concepções teóricas básicas dos defensores da tese do “fim da centralidade do trabalho e da classe trabalhadora”¹⁶², pode-se dizer que é exatamente no que concerne ao trabalho abstrato que aqueles se apóiam para argumentar sobre a total anacronicidade da teoria do valor de Marx. Já para Teixeira, as características do trabalho abstrato é que, justamente, estariam ainda presentes no capitalismo contemporâneo.

De forma semelhante, Antunes também constata que é no fim do trabalho abstrato que a maioria dos autores que divulgam a tese do fim da centralidade do trabalho se apóiam:

Os críticos da sociedade do trabalho, com honrosas exceções, “constatam empiricamente” a perda de relevância do trabalho abstrato na sociedade moderna, convertida em sociedade “pós-industrial” e de

¹⁶² Em obra recente Gorender busca distinguir o que considera *necessidade* do trabalho de *centralidade* do trabalho. O primeiro seria eterno, não acreditando o autor em uma sociedade prescindida de trabalho; quando à centralidade do trabalho, Gorender afirma ser o trabalho hoje ainda o centro de socialização e identificação social das pessoas, no entanto, não tem certeza se no futuro este papel central do trabalho permanecerá (Gorender, 1999: 191). Em outro momento da obra, Gorender já havia afirmado ser simpático a muitas das teses de Gorz, Rifkin e Aznar (Gorender, 1999: 186).

“serviços” e, conseqüentemente, deduzem e generalizam, a partir daquela constatação, “o fim da utopia da sociedade do trabalho” em seu sentido amplo e genérico (Antunes, 1995: 85).

Ao aceitar-se a tese de que o trabalho abstrato é a categoria determinante para a criação de riqueza capitalista, e que é através da extração de mais-valia que a classe capitalista obtém seu ganho, exercendo seu domínio sobre a classe trabalhadora, devido a aquela ser tão somente proprietária dos meios de produção, caberia à classe espoliada reivindicar aquilo que lhe é de direito: tornar-se ela própria proprietária dos meios de produção e, a partir daí, obter o fruto integral do seu trabalho. Para tanto, torna-se necessária a superação positiva do capitalismo por um modo de produção que, ao invés de caracterizar-se pela propriedade privada dos meios de produção, caracterize-se pela propriedade social dos meios de produção.

No entanto, se como propõem os defensores da tese do fim da centralidade do trabalho, este não é mais o responsável pela criação de riqueza no capitalismo, devido à constante diminuição do componente vivo do trabalho em relação ao componente morto (o que pode ser constatado ao menos no setor industrial e agrícola), torna-se desprovida de fundamento qualquer tentativa da classe trabalhadora em reivindicar a propriedade dos meios de produção. Desta forma, através das inovações tecnológicas, além de novas formas de gestão, e demais transformações operadas no mundo do trabalho, estaríamos vivenciando a eternidade do modo de produção capitalista.

Com relação às inovações tecnológicas, estas podem ser benéficas para toda a sociedade, desde que não sob um modo de produção de caráter excludente, como o capitalista. O tempo livre que o trabalhador teria com a diminuição da jornada de trabalho só seria realmente viabilizado em proveito próprio, sob a organização de uma sociedade em que não houvesse o predomínio da propriedade privada dos meios de produção.

4 A problemática do trabalho no capitalismo avançado

Este capítulo busca traçar um perfil da problemática do trabalho hoje, objetivando demonstrar as principais transformações ocorridas nos últimos 25 anos, a partir das mudanças na organização produtiva, com a ascensão do toyotismo e decadência do modelo taylorista-fordista; a ascensão da precarização e flexibilização das formas de trabalho através da problemática da terceirização, do emprego parcial, temporário, e informal. De igual modo, buscar-se-á discutir a evolução das horas de trabalho, em que sentido tem realmente diminuído, ou se, na verdade, tem tido uma elevação. Outro aspecto a ser tratado é a problemática do desemprego e do perfil do emprego na atualidade, bem como o comportamento da produtividade do trabalho a partir das inovações tecnológicas em curso. Mesmo admitindo que a discussão extrapola os limites dos países desenvolvidos, será priorizada a análise dos dados em cima destes, devido aos autores que defendem a tese do fim da centralidade do trabalho enfatizarem suas análises na realidade dos países capitalistas centrais.

4.1 A crise do taylorismo-fordismo e a ascensão do toyotismo

Como foi observado no capítulo um, os anos que se seguiram ao segundo pós-guerra foram de intenso crescimento econômico para os países capitalistas desenvolvidos. Esse período, sem precedentes na história do capitalismo, foi de acentuada concentração e centralização de capital, com a produção industrial atingindo cifras inéditas até então. De igual modo, a produção agrícola disparou, atingindo um nível tão elevado que superava as necessidades dos países ricos, os sistemas de proteção social desenvolveram-se em benefício dos assalariados, e o desemprego não representava uma ameaça constante ao conjunto dos trabalhadores, que, naquele período, conheceram uma fase de quase pleno emprego.

Foi uma fase de grandes conquistas para os trabalhadores dos países desenvolvidos, caracterizado pelo maior poder de barganha dos sindicatos, resultando

em aumentos de salários e maior participação na riqueza por eles produzida¹⁶³. Até o início dos anos 70, nunca houvera uma quantidade tão acentuada de trabalhadores no setor industrial. Era o ápice do modelo taylorista-fordista de produção, mas ele começara a dar sinais de esgotamento desde o final dos anos 60. A partir de então, em especial no final dos anos 70, os países de capitalismo avançado sofrem uma série de transformações que passam pela retirada de conquistas obtidas na “época de ouro” do segundo pós-guerra¹⁶⁴.

Se o período pós-45 mostrou-se de grandes avanços para a classe trabalhadora no que se refere às conquistas sociais, no entanto, a organização produtiva do tipo taylorismo-fordismo não pode ser vista de uma forma idílica pelos pesquisadores. Até o final do século XIX e início do XX, predominava o sistema de pagamento de salários por peça produzida. Enquanto os patrões tentavam estabelecer um ganho cada vez maior na fixação do preço pelas tarefas executadas pelos trabalhadores, estes, por outro lado, buscavam convencer os patrões de que apenas determinada quantidade de peças diárias era possível ser produzida. Desta forma, objetivando extrair a maior quantidade possível de mais-valia, Taylor busca implantar na indústria um sistema de análise apurada do trabalho dos operários, que consiste em estudar e cronometrar os principais movimentos seguidos por aqueles em todo o processo produtivo¹⁶⁵. Deste modo, o

¹⁶³ Sobre esta nova relação salarial que passava a predominar nos países desenvolvidos, ressalta Oliveira: *Ao invés de “salários de mercado”, os salários passaram a ser negociados coletivamente e a ação dos sindicatos ou do próprio Estado garantiam que os ganhos de produtividade se traduzissem em salários reais cada vez maiores. Os sindicatos ou o Estado – que em muitos países generalizava conquistas obtidas pelos sindicatos mais fortes – garantiam não apenas salários reais crescentes, mas também relativa estabilidade no emprego e melhores condições de trabalho (Oliveira, 1998: 15).*

¹⁶⁴ Desta maneira, Pochmann descreve as perdas dos trabalhadores com a decadência do antigo modelo de desenvolvimento: *A segmentação e a polarização no mercado de trabalho, de um lado, e as medidas de flexibilização dos salários e de insegurança no emprego, associadas à crise da proteção social, de outro lado, também representam as características gerais da nova dinâmica de crescimento das nações industrializadas (Pochmann, 1995: 43).*

¹⁶⁵ Taylor considera que, para o trabalhador apresentar uma propensão a expandir o seu tempo dedicado ao trabalho, é necessário ter presente o medo de perder o emprego, no caso, por exemplo, de o patrão perceber que basta um trabalhador para a execução do trabalho que anteriormente era feito por dois. Em essência, Taylor visa combater o que ele chama de “vadiagem no trabalho”: *Trabalhar menos, isto é, trabalhar deliberadamente devagar, de modo a evitar a realização de toda a tarefa diária, fazer cera, “soldering”, como se diz neste país, “handing it out”, como se chama na Inglaterra, “can caen” como é designado na Escócia, é o que está generalizado nas indústrias e, principalmente, em grande escala, nas empresas de construção. O autor assevera, sem medo de contestação, que isto constitui o maior perigo que aflige, atualmente, as classes trabalhadoras da Inglaterra e dos Estados Unidos (Taylor, 1970: 32).*

taylorismo é, em síntese, caracterizado pela busca pelo controle do trabalho pelo capital em sua forma mais plena, através do controle das decisões tomadas durante todo o curso das tarefas executadas pelos operários durante o processo produtivo (Moraes Neto, 1991: 33).

Juntamente com o taylorismo e seus chamados princípios científicos de administração, sobressai-se o fordismo, nome que comumente se deu a uma série de normas organizativas implantadas nas fábricas de automóveis Ford no início do século passado por seu presidente, Henry Ford¹⁶⁶, e que visavam, na prática, aprofundar ainda mais as idéias de Taylor¹⁶⁷.

As características básicas do fordismo são, em linhas gerais: a) a produção em massa, objetivando reduzir os custos de produção, bem como ampliar o mercado consumidor; b) o parcelamento das tarefas, o que conduzirá o trabalho operário à desqualificação; c) introdução da esteira rolante, que permite fazer uma ligação entre os trabalhos dos diferentes setores da fábrica racionalizando o tempo, e criando um mesmo ritmo de trabalho; d) integração vertical através da compra de diversas fábricas que fornecem peças à indústria fordista, o que resultará na padronização das peças; e) automatização da fábrica, como resultado das características anteriores (Gounet, 1999: 18-19).

Já no final dos anos 60, o modelo taylorista-fordista dava sinais de esgotamento, refletindo-se na diminuição da produtividade verificada nos países capitalistas. A rigidez encontrada naquele modelo impedia a modificação dos tipos de mercadorias produzidas, o que refletia numa dificuldade de adaptar a oferta a um tipo de demanda específica.

Sobre o esgotamento do modelo taylorista-fordista, assim sintetiza Gounet:

¹⁶⁶ Sobre uma análise do funcionamento de uma fábrica da Ford, sob os olhos de um sociólogo que conviveu com vários operários, bem como do tratamento dispensado por Henry Ford ao sindicalismo nas suas empresas, ver Beynon (1995).

¹⁶⁷ Sobre a relação entre o taylorismo e o fordismo, pode-se dizer o seguinte: *O fordismo caracteriza o que poderíamos chamar de socialização da proposta de Taylor, pois enquanto este procurava administrar a forma de execução de cada trabalho individual, o fordismo realiza isso de forma coletiva, ou seja, a administração pelo capital da forma de execução das tarefas individuais se dá de uma forma coletiva, pela via da esteira (Moraes Neto, 1991: 36)*

Crescimento mais vagaroso, limites na redução dos custos unitários de produção, mudanças nas condições da demanda, tudo isso converge para a afirmação de que o fordismo já não corresponde mais ao desenvolvimento do capitalismo atual (Gounet, 1999: 62).

Ferreira (1993: 10) considera que um importante aspecto na derrocada do taylorismo-fordismo foi o conflito distributivo junto com a resistência operária. Verificou-se uma elevação do poder dos sindicatos, resultando na amplificação das demandas populares, e mesmo na conquista de várias destas demandas. Por outro lado, há uma recusa, por parte dos trabalhadores, à aceitação da organização produtiva calcada no controle do tempo e na linha de montagem. Isto ocorre muito em função do próprio nível intelectual dos operários ter aumentado, o que resulta em um inconformismo maior com as formas de exploração a que são submetidos.

Visando à superação das ineficiências do modelo taylorista-fordista, é que surge o toyotismo, e de forma mais localizada, a chamada acumulação flexível¹⁶⁸. O toyotismo, ou ohnismo¹⁶⁹, terá grande influência nas transformações vividas pelos trabalhadores no mundo todo, sendo que as mudanças operadas dão-se, não tanto no plano tecnológico, mas principalmente, no plano organizacional das empresas.

Objetivando resolver problemas criados com a forte organização sindical do pós-guerra, que fazia com que o patronato se deparasse com um poderoso movimento grevista, bem como aumentar a produtividade e a margem de lucro através da diminuição dos custos, o toyotismo desenvolve seu modelo organizacional com uma diminuição da força de trabalho vivo, como resultado das dispensas dos operários grevistas. Ao mesmo tempo, há o desenvolvimento de uma demanda originada pela guerra da Coreia, que obriga a empresa Toyota a buscar novas formas de atender a demanda por produtos cada vez mais específicos, ao contrário do modelo taylorista-fordista, que tinha sua produção desenvolvida em torno da grande produção em série de produtos homogeneizados.

¹⁶⁸ Algumas considerações acerca do modelo de acumulação flexível já foram feitas no capítulo um.

¹⁶⁹ O toyotismo nasce a partir da implantação, pelo engenheiro japonês Taiichi Ohno, na fábrica Toyota, das novas formas de organização produtiva. Daí a utilização de ohnismo (ou ohnonismo) como sinônimo de toyotismo.

Ohno busca implantar a racionalização plena na empresa, em um processo que ele denomina de “a fábrica mínima”, que passa pela forma de a empresa lidar com a aquisição dos estoques, até eliminar a “gordura” de pessoal:

A fábrica ohnista se opõe assim à fábrica fordista que pode, em oposição, ser qualificada como uma fábrica “gorda”, e cuja flexibilidade inteiramente relativa se liga precisamente a este “excesso gorduroso” permanentemente acumulado ao longo das linhas de produção, nas lojas e entrepostos, alimentado constantemente pela produção em série e pelo rude paradigma de produtividade, segundo o qual é a rapidez da operação do operário individual em seu posto que regula a eficácia do conjunto do sistema (Coriat, 1994: 36).

Diferenciando-se do modelo taylorista-fordista, ao buscar produzir produtos diferenciados, e não mais direcionar o processo produtivo ao predomínio em grande escala de produtos massificados, é que o toyotismo representa a implantação da “fábrica flexível”, pronta para adaptar-se às mudanças de necessidades de demanda, em contraposição à “fábrica rígida”, predominante no modelo taylorista-fordista.

O toyotismo pode ser sintetizado a partir destas características: a) uma produção mais vinculada à demanda, com produção heterogênea; b) o trabalho dos operários dá-se em equipe, criando o trabalhador polivalente; c) a flexibilidade produtiva permite ao trabalhador atuar em diversas máquinas simultaneamente; d) utiliza o princípio do “just in time”, racionalizando o uso do tempo; e) utilização do sistema de “kanban”, com placas em cores diferenciadas indicando a necessidade de reposição de peças e estoques; f) estrutura horizontal, com o uso pleno da terceirização na produção, que se opõe à estrutura vertical do fordismo; g) instituição dos chamados Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), grupos de trabalhadores que se reúnem objetivando discutir formas de equacionar os problemas de trabalho e desempenho, visando aumentar a produtividade; h) implantação do chamado “emprego vitalício”, para uma parcela diminuta de trabalhadores, além de relacionar o aumento dos salários ao aumento da produtividade (Antunes, 1999: 54-55) .

O resultado que se observa da implantação do toyotismo na administração produtiva é que, com a utilização de uma força de trabalho comprimida, há o enfraquecimento do movimento sindical, que, como visto anteriormente, estava em

efervescência no Japão do pós-guerra¹⁷⁰. Com a utilização das modernas formas de organização produtiva, mais ainda que sob o modelo taylorista-fordista, o trabalho encontra-se desqualificado.

A organização sindical passa a ter um forte componente patronal em sua estrutura, o que foi chamado por Coriat (1994: 85) de “sindicalismo de empresa”, no qual a organização dos trabalhadores dá-se dentro dos limites da própria empresa, e a participação dos trabalhadores na estrutura sindical é até vista com bons olhos pelo patronato¹⁷¹. Coriat (1994: 85-87) caracteriza o sindicalismo da era do toyotismo como corporativo e integrado, em que, em troca de algumas benesses como o chamado “emprego vitalício” e o “salário por antigüidade”, os interesses da empresa e dos trabalhadores aparecem quase como sendo os mesmos.

O que pode ser concluído do modelo toyotista de organização produtiva é que neste predomina de forma plena a flexibilização do trabalho, com a utilização do mínimo possível de operários. Assim sendo, sempre que se fizer necessário aumentar a produção, o operariado tem sua jornada de trabalho ampliada, seja na forma de horas extras¹⁷², seja na contratação de trabalhadores temporários. Assim, observa-se que, mesmo que o total de operários empregado pela fábrica seja diminuído, a intensidade do trabalho destes operários é bem maior, fruto da utilização das modernas técnicas de organização produtiva como o “kanban”, que faz com que se obtenha um controle muito

¹⁷⁰ O modelo taylorista-fordista representou a possibilidade da criação do que Antunes (1999: 38-39) chamou de “compromisso fordista”, em que os trabalhadores, em troca de alguns ganhos econômicos e da melhora de sua qualidade de vida, sob o predomínio do “Estado do bem estar” nos países desenvolvidos, e em contrapartida, abandonando temporariamente a luta de classes, deixam de privilegiar a construção de seu projeto histórico de sociedade socialista. Sob o toyotismo este compromisso não ocorre. Os trabalhadores são obrigados a adaptarem-se às determinações da fábrica, que passa a exercer um controle sobre os próprios sindicatos: *Novamente a direção se opõe a qualquer compromisso formal e negociado com os trabalhadores. E finalmente atinge os seus objetivos: o conflito termina com uma derrota do sindicato. Derrota tal que a direção amplia ainda mais suas vantagens e consegue transformar o ramo local do sindicato de indústria em um sindicato interno (ou “de empresa”), funcionando segundo regras e procedimentos novos, amplamente ditados pela própria empresa*(Coriat, 1994: 45).

¹⁷¹ *Outro sinal dos novos tempos é que, desde este período (anos 50, nota do autor), a atividade sindical tornou-se uma das passagens essenciais que asseguram a promoção dos dirigentes e a formação das elites da empresa Toyota* (Coriat, 1994: 46).

¹⁷² Gounet (1999: 30) afirma que um operário da Toyota trabalha em média 2.300 horas por ano, ou 44 horas semanais, enquanto que os trabalhadores das montadoras situadas na Bélgica trabalhavam em média, entre 1.550 e 1.650 horas ao ano.

mais apurado de cada operário, ao mesmo tempo que o trabalhador é induzido a operar várias máquinas ao mesmo tempo, o que faz com que o operário ocupe-se com a produção praticamente todo o tempo em que se encontrar dentro da fábrica.

Assim sendo, o trabalho, ao invés de ter suas horas declinadas com a série de transformações trazidas pelo toyotismo, trouxe para os operários o desemprego, a subcontratação, a desqualificação e uma amplificação no seu volume de trabalho. Muitos aspectos do modelo toyotista seriam difundidos para as principais empresas do mundo capitalista, inclusive nos países periféricos, como é o caso da América Latina, que teve, a partir do final dos anos 80, o apogeu das mais diversas formas de precarização do trabalho, representado pela terceirização, utilização de contratos temporários de trabalho e ascensão do mercado informal como resultado da diminuição da oferta dos empregos formais.

4.2 A variação da jornada, do número de trabalhadores e do volume de trabalho no capitalismo contemporâneo

Os autores que defendem a tese do fim da centralidade do trabalho afirmam estar o trabalho, a partir do processo de inovações tecnológicas em curso, diminuindo a passos rápidos. Assim sendo, a atividade laboral estaria vivenciando um processo de pleno declínio, sendo que a própria realidade do mundo do trabalho confirmaria, assim, a tese do fim da centralidade do trabalho e da possibilidade de construir a tão anunciada sociedade do tempo livre. Torna-se fundamental analisar este processo à luz de dados que confirmem ou neguem a tendência ao fim da centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo, que podem ser expressos através das transformações ocorridas na jornada e no volume de trabalho, bem como da população trabalhadora, pela análise de um número expressivo de países, a partir dos últimos 25 anos.

Como já foi de certa maneira tratado no capítulo 2 deste trabalho, por muitos anos, desde o período da Primeira Revolução Industrial, a luta pela diminuição da jornada de trabalho vem sendo uma demanda constante dos movimentos organizados dos trabalhadores, o que tem determinado que a participação do trabalho no tempo de

vida dos trabalhadores tenha, inclusive, diminuído com a introdução das férias remuneradas, feriados etc. Se, na Inglaterra do século XIX, a jornada de trabalho chegava a até 18 horas diárias, como Marx mostra no capítulo sobre a jornada de trabalho em *O Capital* (Marx, 1983), até a atualidade, em que alguns países como o Canadá implementam uma jornada de 30,5 horas semanais, muitos embates entre o capital e o trabalho foram e, por certo, ainda serão travados. Utilizando dados fornecidos pela OIT, pode-se ter uma idéia do comportamento da jornada de trabalho em países bastante heterogêneos no período de 1979 a 1994.

TABELA 1: Jornada semanal de trabalho
em países selecionados – 1979 - 1994

Países	1979	1983	1989	1992	1994	1979-94
Austrália ⁽¹⁾	35,5	34,6	33,1	33,0	33,2	-2,3
Alemanha Ocidental ⁽²⁾	41,9	40,5	40,1	39,0	38,3	-3,6
Canadá ⁽²⁾	-	32,4	31,7	30,5	⁽³⁾ 30,6	-1,8
Chile ⁽¹⁾	-	42,4	44,3	44,7	45,3	2,9
Coréia ⁽¹⁾	50,5	52,5	49,2	47,5	-	-3,0
Espanha ⁽¹⁾	41,9	39,1	37,4	36,8	36,8	-5,1
EUA ⁽²⁾	35,7	35,0	34,6	34,4	34,7	-1,0
França ⁽¹⁾	41,2	39,3	39,1	39,0	38,9	-2,3
Israel ⁽¹⁾	36,6	35,3	36,1	36,7	37,4	0,8
Japão ⁽¹⁾	47,3	47,4	46,9	44,4	43,5	-3,8
Noruega ⁽¹⁾	36,4	35,6	35,7	34,9	35,0	-1,4
Reino Unido ^{(2) (4)}	-	42,4	40,7	39,9	40,1	-2,3
Suécia ⁽¹⁾	35,7	35,7	37,5	37,2	36,4	0,7

Fonte: SILVA, I.F.; *et al.* apud OIT (1986 e 1995).

⁽¹⁾ Horas trabalhadas. ⁽²⁾ Horas remuneradas. ⁽³⁾ Em 1993. ⁽⁴⁾ Exceto Irlanda do Norte.

A Tabela 1 permite um breve retrato da evolução da jornada de trabalho em um grupo heterogêneo de países, no período de 1979 a 1994. Pode ser observado que, nestes 15 anos, a jornada de trabalho de maneira geral apresentou uma tendência à diminuição, apesar de esta não se manifestar como regra e aparecer em níveis bem diferenciados. A Austrália teve uma diminuição de 2,3 horas, a exemplo da França e do Reino Unido. Outros países sofreram uma redução da jornada no período considerado, de forma mais acentuada, como é o caso da Alemanha, 3,6 horas; Coréia, 3,0 horas;

Espanha, 5,1 horas; e Japão, 3,8 horas. Alguns países tiveram uma redução mais suave da jornada de trabalho, como é o caso do Canadá, 1,8 horas; dos EUA, 1,0 hora; e da Noruega, com uma redução de jornada de 1,4 horas. Por outro lado, países como o Chile, Israel e Suécia tiveram suas jornadas ao invés de reduzidas, ampliadas, respectivamente, para 2,9 horas; 0,8 horas e 0,7 horas.

Apesar dos problemas metodológicos apresentados na elaboração da Tabela 1, como a utilização simultânea de horas pagas e de horas efetivamente trabalhadas, o que pode ser concluído da sua análise é que há, sem dúvida, uma tendência em reduzir a jornada de trabalho, só que esta tendência não pode ser mecanicamente estendida a todos os países, pois alguns têm apresentado uma propensão histórica ao prolongamento da jornada de trabalho¹⁷³. Vários fatores têm contribuído para a diferença de comportamento verificado nos países analisados, em que se destaca as diferentes condições políticas concretas de cada país, como liberdade sindical, nível de organização destes mesmos sindicatos e peso das partes na luta de classes. Mesmo no plano interno, dentro de um mesmo país, encontram-se diferentes situações, devido à realidade específica de determinadas categorias profissionais, que possuem um nível de organização sindical mais evoluído que outras.

Talvez seja passível de investigação a alardeada afirmação de que a tendência à diminuição da jornada de trabalho apresentar-se-ia muito mais visível ao ser analisada no setor manufatureiro, considerado o mais atingido pelas inovações tecnológicas. Para tanto, torna-se necessário analisar a Tabela 2.

¹⁷³ Sobre a questão da redução ou prolongamento da jornada de trabalho, Dal Rosso considera que os dois fenômenos estão intercalados: *Alongamento e redução da jornada não são processos estanques ou isolados. São combinados. Em primeiro lugar, articulam-se na seqüência da evolução da curva de trabalho. Mas existe uma segunda relação mais estreita entre eles. As forças que desencadeiam a redução do tempo de trabalho numa ponta, desencadeiam também o seu aumento noutra extremidade* (Dal Rosso, 1996: 426).

TABELA 2: A jornada de trabalho na manufatura em horas/semana

País / Ano	1976	1982	1990	1999
Itália	42,2	42,3	40,4 ⁽¹⁾	40,6
Estados Unidos	40,1	38,9	40,8	41,7
Reino Unido	43,5	42,0	42,3	41,4
Espanha	42,8	39,2	36,7	36,3
Austrália	37,7	36,9	38,1	38,9
Alemanha	41,4	40,7	42,1	40,9 ⁽²⁾
Japão	40,2	40,9	38,8	36,0
França	41,5	39,4	39,2	38,6 ⁽³⁾
Dinamarca	33,2	33,0	31,5	30,5 ⁽¹⁾

Fonte: OIT

Dados referentes aos seguintes anos: ⁽¹⁾1993, ⁽²⁾1994, ⁽⁵⁾1998

Analisando a Tabela 2, pode ser observado que os dados não diferem muito da tendência apresentada pela Tabela 1. Os EUA tiveram uma elevação na jornada de trabalho, no setor manufatureiro, nos últimos 25 anos, passando de 40,1 horas semanais, em 1976, para 40,6 horas, em 1999, o que demonstra um aumento de 1,5 horas. Se considerada a diferença entre 1982 e 1999, a evolução da jornada de trabalho dá-se em 2,8 horas. Da mesma forma, a Austrália também teve uma evolução da jornada de trabalho, entre 1976 e 1999, de 1,2 horas, e, se considerada a diferença entre 1982 e 1999, o aumento da jornada de trabalho na manufatura dá-se em 2 horas. Por outro lado, alguns países tiveram reduções significativas no período 1976-1999, como é o caso do Japão, 4,2 horas; Espanha, 6,5 horas; França, 2,9 horas; Dinamarca, 2,7 horas e Reino Unido, 2,1 horas. Outros países tiveram redução da jornada de trabalho, na manufatura, em níveis não muito expressivos naquele mesmo período, como é o caso da Alemanha, cuja redução foi de apenas 0,5 horas. Assim, observa-se que o comportamento da evolução da jornada de trabalho no setor manufatureiro não difere muito da evolução geral da jornada de trabalho.

Confirmando a tendência aqui apontada acerca da evolução da jornada de trabalho, Dal Rosso conclui que é errôneo afirmar simplesmente possuir esta uma tendência pura e simples de diminuição na grande maioria dos países:

Reputo, entretanto, que o achado principal sobre a evolução da jornada de trabalho não consiste na tendência de diminuição. Ela seria de

antemão esperada por razões como o aumento da produtividade do trabalho através do tempo, complementada pela luta dos trabalhadores. Inesperado, paradoxal é reconhecer que o processo de diminuição do tempo de trabalho não é generalizado, em escala mundial. Pior ainda, em um bom número de países, a tendência da evolução do tempo de trabalho é oposta... Se tivéssemos dados confiáveis de todas as nações do mundo, possivelmente o aumento da carga de trabalho poderia ser identificável em inúmeros outros países (Dal Rosso, 1996: 110).

Mesmo que se observe uma certa tendência em nível geral de diminuição da jornada de trabalho nos países desenvolvidos, é importante esclarecer que este fato, por si só, não indica que esteja havendo uma diminuição do trabalho no mundo, pois a redução de jornada, em muitos casos, pode estar combinada com a intensificação do trabalho, o que representa uma compensação para o capital. Outro aspecto que deve ser lembrado é que a redução da jornada de trabalho é muitas vezes acompanhada pelo aumento do número de horas extras, o que torna nulo o efeito de reduzir a jornada visando ampliar o número de trabalhadores empregados¹⁷⁴.

Independentemente de estar ocorrendo uma tendência à diminuição da jornada de trabalho, em especial nos países desenvolvidos, para que se confirme em que sentido é válida a afirmação do fim do trabalho, ou ao menos a sua diminuição, como apregoam os defensores da tese do fim da centralidade do trabalho, torna-se importante a verificação da variação do número de trabalhadores em diversos países nos últimos 25 anos, como a Tabela 3 possibilita analisar.

¹⁷⁴ Sobre a problemática da redução da jornada de trabalho e sua relação com o aumento das horas extras, Pochmann toma o exemplo brasileiro para esclarecer esta questão. No período anterior à redução da jornada de trabalho no Brasil, antes da constituição de 1988, a jornada de trabalho era de 48 horas, sendo que o número de trabalhadores que fazia hora extra era de 12 milhões. Após a redução da jornada

TABELA 3: População trabalhadora em milhões de trabalhadores

Continente	País / Ano	1976	1982	1990	1999
América do Sul	Brasil	38.038,0	47.926,0	62.100,0	69.963,0 ⁽¹⁾
	Chile	2.777,3	2.943,2	4.459,5	5.432,3 ⁽²⁾
	Colômbia	2.317,6	3.458,4 ⁽³⁾	4.324,7	5.640,6
América do Norte	Canadá	9.477,0	10.644,0	13.165,1	14.531,2
	Estados Unidos	88.752,0	99.526,0	118.793,0	133.488,0
Europa	Alemanha	32.552,7	32.945,3	37.445,0 ⁽²⁾	36.402,0
	Dinamarca	2.391,6	2.389,3 ⁽⁴⁾	2.670,0	2.692,3 ⁽¹⁾
	Espanha	12.208,0	10.764,0	12.578,8	13.817,4
	França	20.856,0	20.984,0	22.381,0	23.129,0
	Reino Unido	24.492,0	23.221,0	26.935,4	27.442,3
Ásia	Coréia do Sul	12.556,0	14.424,0	18.085,0	20.281,0
	Japão	52.710,0	56.380,0	62.490,0	64.620,0
Oceania	Austrália	5.897,8	6.379,3	7.836,6	8.747,4
	Nova Zelândia	1.233,4	1.293,2	1.481,4	1.750,3
África	Egito	9.030,7 ⁽⁵⁾	9.945,7 ⁽³⁾	14.361,4	16.183,0 ⁽¹⁾
	Zimbabue	1.033,4	1.042,6	1.192,2	1.323,2 ⁽⁶⁾

Fonte: OIT

Dados referentes aos seguintes anos: ⁽¹⁾1998, ⁽²⁾1991, ⁽³⁾1982, ⁽⁴⁾1983, ⁽⁵⁾1976, ⁽⁶⁾1997

Segundo os dados da Tabela 3, observa-se que, tanto nos países desenvolvidos quanto nos do terceiro mundo, está ocorrendo uma elevação do número de trabalhadores. No período 1976-1999, os países da América do Sul tiveram o número de trabalhadores praticamente duplicado no período 1976-1999. O Brasil passou de 38.038 para 69.963, assim como o Chile, que passou de 2.777,3, em 1976, para 5.432,35, em 1999, bem como a Colômbia, onde aumentou de 2.317,6 para 5.640,6.

Os países da América do Norte tiveram uma elevação no número de seus trabalhadores bastante significativa, apesar de não tanto quanto os países da América do Sul. O Canadá passou de 9.477 trabalhadores (em milhões de trabalhadores), em 1976, para 14.531,2, em 1999; os EUA evoluíram no mesmo período, de 88.752 para 133.488 trabalhadores¹⁷⁵.

para 44 horas, segundo dados do IBGE de 1998, o número de trabalhadores que se submetem a uma jornada além da oficial, fazendo horas extras, é de 27,2 milhões (Pochmann, 2000).

¹⁷⁵ Sobre o aumento do número dos assalariados nos EUA, Gounet levanta alguns dados bastante significativos: *Com efeito, o conjunto dos assalariados passa de 75,66%, em 1948, para 85,35%, em 1980, e, enfim, 87,9% em 1998. Não apenas há cada vez mais assalariados, mas seu peso na sociedade americana aumenta (Gounet, 2000: 101).*

A Europa, apesar de apresentar números de maneira geral, bem abaixo dos da América do Sul e mesmo da América do Norte, também apresenta elevação do número de trabalhadores no período de 1976-1999, como no caso do Reino Unido, que passa de 24.492 para 27.442,3; a Alemanha, que passa, no período, de 32.552,7 para 36.402; a Dinamarca, que evolui o número de trabalhadores de 2.391,6, em 1976, para 2.692,37, em 1998; a Espanha possuía, em 1976, 12.208 de trabalhadores, enquanto, em 1999, este número passa para 13.817,4; e, finalmente, a França possuía, em 1976, 20.856 trabalhadores, elevando este número para 23.129.

Os países da Ásia também conheceram uma elevação do número de trabalhadores, com a Coreia do Sul passando de 12.556 trabalhadores, em 1976, para 20.281, em 1999; no Japão, o número também se eleva, passando de 52.710, no mesmo período, para 64.620.

Nos países da Oceania, como Austrália e Nova Zelândia, também ocorreu um aumento do número de trabalhadores no período 1976-1999. A Austrália aumentou de 5.897,8 para 8.747,4 trabalhadores; a Nova Zelândia conheceu um aumento de 1.233,4, em 1976, para 1.750,3 em 1999.

O continente africano, assim como os demais, também apresentou uma elevação substancial no número de trabalhadores, com o Egito passando de 9.030,7, em 1975, para o significativo número de 16.183, no ano de 1998; o Zimbábue conheceu uma elevação no número de seus trabalhadores de 1.033,4, em 1976, para 1.323,2, em 1997.

Pode ser concluído, a partir da análise da Tabela 3, que o número de trabalhadores em todo o mundo, mesmo que apresente diferentes níveis de evolução, está em processo de aumento e não de diminuição, ao contrário do que deveria ocorrer se o trabalho no mundo estivesse realmente extinguindo-se¹⁷⁶. Por fim, confirmando a

¹⁷⁶ *A classe trabalhadora está em expansão. Nas últimas décadas têm sido maciçamente proletarizadas categorias profissionais que antes, ou pertenciam à camada inferior dos gestores, como sucede em especial com os empregados de escritório; ou eram profissões liberais, sobretudo médicos e professores; ou se integravam em formas econômicas de tipo familiar, nomeadamente empregados do pequeno comércio varejista (Bernardo, 1997: 129).* O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1995, elaborado pelo Banco Mundial afirma que a população trabalhadora, em 1995, era de aproximadamente 2.476.000.000 trabalhadores, praticamente o dobro de 1965, 1.329.000.000 trabalhadores, e estima-se que, no ano de 2025, este número derá de 3.656.000.000.

análise feita a partir dos dados das três tabelas apresentadas anteriormente, que apontam para um aumento e não diminuição do trabalho no mundo, utilizando-se dados fornecidos por Husson na Tabela 4, vê-se esta tese mais uma vez confirmada a verificar-se que o volume de trabalho no mundo, medido em bilhões de horas de trabalho, está sofrendo, de maneira geral, uma acentuada elevação.

TABELA 4: O volume de trabalho em bilhões de horas

País / Ano	1960	1996
Estados Unidos	132	247
Japão	107	123
Europa	192	160
Grupo dos 6 (G6)	431	530

Fonte: Husson, Michel

Analisando-se os dados da Tabela 4, que aborda dados referentes aos países capitalistas mais desenvolvidos, englobando os EUA, Europa¹⁷⁷, Japão e membros do G6, verifica-se que, no período 1960-1996, o volume de trabalho tem aumentado de forma bastante expressiva, em especial nos EUA, que passou de 132 bilhões de horas em 1969, para 247 bilhões de horas, em 1996; o Japão passou de 107 bilhões de horas totalizadas no ano de 1960, elevando este número para 123 bilhões, em 1996; os países que compõem o grupo G6 também sofreram expressiva elevação em seu número de horas totalizadas, passando de 431 bilhões, em 1960, até atingir o montante de 530 bilhões de horas, em 1996. Destoando dos demais países, em média, encontram-se na Alemanha, Itália, França e Reino Unido uma redução do volume de trabalho nestes países, passando de 192 bilhões de horas, em 1960, para 160 bilhões de horas em 1996¹⁷⁸.

A partir da análise destes dados, observa-se mais um indício de que o trabalho, ao invés de declinar, tem apresentado, de maneira geral, uma elevação, ao contrário do

¹⁷⁷ Husson, ao referir-se à Europa, considera apenas os seguintes países: Alemanha, França, Itália e Reino Unido.

¹⁷⁸ Apesar de ter havido uma redução no volume de trabalho destes países, Husson (1999: 9-10) demonstra que, no período 1983-1996, o volume de trabalho deixou de diminuir, apresentando uma estabilização.

que afirmam os autores que tendem a negar o papel central do trabalho no capitalismo contemporâneo, e confirmando a tese de que o capital ainda necessita do trabalho para a produção e realização de mais-valia, apesar de todas as modificações que têm se verificado no mundo do trabalho.

4.3 A variação da produtividade do trabalho no capitalismo contemporâneo

Ao se falar em fim do trabalho, ou da perda de sua centralidade, como resultado de toda série de inovações tecnológicas vivenciadas nas últimas décadas, buscam-se argumentos para esta tese através da alta produtividade que o trabalho teria apresentado, sendo ela resultado dos avanços tecnológicos. Gorz pode ser novamente apresentado como um fiel representante deste pensamento:

Na Alemanha, o volume do trabalho diminuiu 30% desde 1955. Na França, ele baixou 15% em trinta anos, 10% em seis anos. As conseqüências desses ganhos de produtividade são assim resumidas por Jaques Delors: em 1946, um assalariado com vinte anos tinha a perspectiva de passar trabalhando 1/3 de sua vida; em 1975, 1/4 apenas; hoje, menos de 1/5. E mais. Este último dado não leva em consideração os ganhos futuros de produtividade, e só diz respeito aos assalariados empregados em tempo integral, durante o ano todo (Gorz, 1998b: 45-46).

Da mesma forma, Rifkin, tomando como exemplo a situação dos EUA do final dos anos 80 e início dos 90, está plenamente convencido de que a chamada "revolução tecnológica" estaria conduzindo a uma incisiva elevação da produtividade do trabalho em nível geral:

Em 1991 a produtividade/hora aumentou 2,3%. Em 1992, a produtividade saltou para quase 3%, o melhor desempenho anual em mais de duas décadas. A Sloan School of Management, do MIT, publicou dados sobre produtividade, coletados em um período de cinco anos, de 1987 a 1991, em mais de 380 empresas gigantes, que juntas geraram uma produção de quase US\$2 trilhões por ano (Rifkin, 1995: 98).

Não restam dúvidas de que o capital é conduzido à busca da elevação da produtividade do trabalho, influenciado pela luta concorrencial com os demais capitalistas, ávidos por elevar suas margens de lucros. Em função desta busca pela elevação da produtividade do trabalho, atribui-se a alta do desemprego, quase que totalmente, à tecnologia poupadora de mão-de-obra, tese esta muito contestada recentemente¹⁷⁹.

O que interessa discutir aqui é se, nos últimos 30 anos, vivenciou-se realmente uma elevação da produtividade do trabalho, resultado das inovações tecnológicas, conforme os defensores da tese do fim da centralidade do trabalho afirmam, como é o caso de Gorz, ou se os dados indicam um sentido inverso, com a diminuição da produtividade. Para tanto, deve-se recorrer à análise dos dados.

Servindo-se dos dados fornecidos por Mattoso (1994: 538) e considerando-se a produtividade do trabalho como sendo a divisão do PIB real pelo número de trabalhadores ocupados, pode-se observar que a produtividade do trabalho tem variado a taxas reduzidas ao longo dos anos, mesmo em períodos em que o PIB teria tido um relativo aumento. Os países da OCDE tiveram, no período 1960-68, uma taxa anual média de crescimento do PIB real per capita de 3,9, e, no mesmo período, atingiram uma taxa de produtividade de 4,1. No período posterior, 1968-73, apresentaram, respectivamente, uma diminuição para 3,5 na variação da taxa do PIB real, assim como uma diminuição para 3,4 pontos na taxa de produtividade. No período de 1973-79, a queda da variação do PIB real foi para 1,9 pontos, e a variação na produtividade atingiu 1,6 pontos. Por fim, no período de 1979-89, observa-se a variação positiva do PIB em 2,1 pontos e a manutenção da variação da produtividade em 1,6.

Ainda utilizando-se os dados de Mattoso, verifica-se que, entre os países da CEE, houve, no período 1960-68, uma taxa de crescimento do PIB real per capita de 3,8, sendo que, no período 1968-73, este índice atingiu 4,2, enquanto a taxa de produtividade do trabalho variou de 4,6 para 4,3, respectivamente. No período 1973-79,

¹⁷⁹ Mattoso não deixa dúvidas de que a tecnologia por si só não pode ser responsabilizada pelo desemprego: *Isso significa que, se a questão da inovação, da reestruturação produtiva, não for examinada em conjunto com a questão do crescimento, da capacidade de gasto e de regulação do*

a taxa de crescimento do PIB foi de 1,9, sendo a taxa de produtividade do trabalho de 2,4. Já no período 1979-89, estes números alcançaram, respectivamente, 1,9 em relação ao PIB, e 1,6 em relação à taxa de produtividade.

Um importante estudo a este respeito foi o de Husson (1999), em que, através do uso de dados dos países capitalistas mais desenvolvidos, verifica não estar ocorrendo na atualidade uma aceleração do ritmo de crescimento da produtividade, mas, ao contrário, uma desaceleração. Tomando os dados dos EUA, Europa¹⁸⁰, e dos países do G6, verifica-se que a produtividade do trabalho teve o seguinte comportamento nos períodos 1960-1973 e 1983-1987: nos EUA, diminuiu de 2,6 para 0,8¹⁸¹; no Japão, de 8,7 cai para 3,0; na Europa, passa de 5,2 para 2,3; e, finalmente, os países do G6 sofrem uma diminuição de produtividade do trabalho de 4,7 para 1,8. Esses dados, que apontam para uma queda da produtividade do trabalho nas últimas décadas, podem ser assim sintetizados:

Ora, os economistas, tratados aqui no seu conjunto, se encontram face ao que se convencionou chamar de “o paradoxo de Solow”. Retomando as idéias do prêmio Nobel, vemos por todos os lados os efeitos da informática, salvo nas estatísticas de produtividade. Em outros termos, não assistimos à uma irrefreável aceleração da produtividade mas, ao contrário, à diminuição de seu ritmo. Trata-se de um fenômeno até certo ponto universal, e que não se reduz a problemas de medida, nem a efeitos de estrutura entre a indústria e os serviços. Podemos, sem dúvida, criticar a maneira como a economia escolhe as questões que ela mesma se coloca, mas não podemos negar a validade destas (Husson, 1999: 8).

Ainda sobre os dados de produtividade do trabalho, Pochmann (2000a: 125) afirma que a economia japonesa apresentou taxas de crescimento da produtividade

Estado e da redução da jornada de trabalho, ela não poderá ser entendida em sua relação com o desemprego (Mattoso, 2000: 15).

¹⁸⁰ Husson considera, neste caso, novamente como Europa apenas os seguintes países: Alemanha, França, Itália e Reino Unido.

¹⁸¹ Ao menos no que concerne à diminuição da produtividade do trabalho nos EUA, Brenner parece não discordar da análise de Husson: ... o desempenho econômico dos Estados Unidos tem sido verdadeiramente sofrível, num período longo. Durante os últimos 25 anos, o crescimento anual médio da produtividade do trabalho nos Estados Unidos – Produto Interno Bruto (PIB) por hora – foi menos de 1% ao ano, ou seja, bem menos da metade da média do século anterior (Brenner, 1999a: 8).

anual do trabalho entre 1983 e 1996, de 3,2%; já no período de 1960 a 1973, esta taxa apresentava-se em 9,2%.

Os dados apresentados negam afirmações de que as inovações tecnológicas em curso estariam conduzindo a uma expansão brutal da produtividade do trabalho, e que, em consequência, estaria sendo utilizado cada vez menos trabalho por parte do capital para a produção de mercadorias e serviços. O que leva à conclusão de que a expansão das inovações tecnológicas não estaria no ritmo catastrofista que muitos, como Rifkin, atribuem. A imagem de uma sociedade em que a produção seja composta apenas por robôs, sem a participação da mão humana, como pode ser verificado, está ainda longe de saltar da ficção para a realidade.

O significado desta observação é de grande valia para confirmar que a classe trabalhadora (com as suas várias subdivisões) não está acabando. Se assim o fosse, os dados de produtividade do trabalho deveriam ser maiores, devido à diminuição do número de trabalhadores necessários para produzir bens e serviços. Juntamente com os referidos dados sobre a jornada e volume de trabalho, pode-se verificar que, ao contrário de uma observação aparente sobre o futuro da classe trabalhadora, esta encontra-se expandindo-se e não diminuindo. Mesmo que o progresso tecnológico esteja suficientemente desenvolvido para poupar trabalho e, conseqüentemente, diminuir a jornada e a intensidade do trabalho, não é o que está ocorrendo.

O que há, na realidade, é o aprofundamento da intensificação do trabalho, uma incessante flexibilização dos direitos dos trabalhadores e uma conseqüente precarização do trabalho, que conduz a uma amplificação do processo de exploração do trabalho, em todas as suas variantes, o que serve para confirmar a importância do trabalho vivo, ainda hoje, no processo de criação de riqueza capitalista. Estas diversas formas de exploração do trabalho serão discutidas a seguir.

4.4 A precarização do trabalho e suas diversas formas de manifestação

É sem dúvida bastante substancial a série de modificações no mundo do trabalho vivenciadas no último quartel do século XX. Assiste-se, desde então, a um crescente processo de abertura dos mercados, de desregulamentação financeira, bem como de flexibilização e precarização das relações de trabalho. Como visto anteriormente, as mudanças no padrão produtivo, juntamente com as inovações tecnológicas, contribuem para a expansão das diversas formas de flexibilização e precarização do trabalho, em que se destaca a terceirização, a implantação dos contratos temporários de trabalho e o crescente trabalho informal, que nos países do terceiro mundo assume proporções cada vez mais gigantescas.

Assiste-se, entre as diversas mutações no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, a uma substancial mudança nos padrões de emprego em que o setor primário e secundário passam, em termos relativos, a empregar cada vez menos trabalhadores em comparação ao setor terciário, que assume o papel de grande empregador da atualidade.

Analisando os dados levantados por Pochmann (2001: 58-59), vê-se que a Alemanha dos anos 20 alocava seu emprego em 33,5% no setor primário, 38,9% no setor secundário, e 27,6% no setor terciário. Já nos anos 70, esses dados são alterados para 8,7% no setor primário, 47,1% no setor secundário, e 44,2% no setor terciário. Nos anos 90, esses dados sofrem nova modificação, estando 4,1% dos trabalhadores alemães ocupados no setor primário, 40,3% pertencentes ao setor secundário e 55,6% ocupados no setor terciário.

Os EUA apresentaram, nestes mesmos períodos, os seguintes dados: nos anos 20, tinham 28,9% da mão-de-obra alocada no setor primário, 32,9% no setor secundário e 38,2% no setor terciário. Já nos anos 70, apenas 4,6% dos trabalhadores norte-americanos ocupavam-se do setor primário, 33,0% no setor secundário, e 62,4% trabalhavam no setor terciário. Nos anos 90, os EUA tinham 3,5% da mão-de-obra no setor primário, 24,7% no setor secundário, e 71,8% de trabalhadores no setor terciário.

A França tinha, nos anos 20, 43,6% de sua população trabalhadora inserida no setor primário, 29,7% no setor secundário e 26,7% no setor terciário. Nos anos 70, estes números modificam-se para 10,3% no setor primário, 37,3% no setor secundário,

e 52,4% no setor terciário. Nos anos 90, os trabalhadores franceses dividiam-se em 6,4% no setor primário, 29,5% no setor secundário, e 64,1% no setor terciário.

Na Inglaterra dos anos 20, os trabalhadores tinham 14,2% de sua mão de obra trabalhando no setor primário, 42,2% no setor secundário e 56,4% no setor terciário. Nos anos 70, 4,7% dos trabalhadores ingleses encontravam-se no setor primário, 35,7% no setor secundário, e 59,6% ocupados no setor terciário. Esses números sofrem nova alteração nos anos 90, quando 3,3% dos trabalhadores encontram-se no setor primário, 27,3% no setor secundário e 69,4% no setor terciário.

No Japão, a distribuição do emprego, nos anos 20, destinava 56,4% dos trabalhadores ao setor primário, 19,6% ao setor secundário, e 24,0% ao setor de serviços. Nos anos 70, 14,2% da população trabalhadora empenhava-se na produção primária, enquanto 33,7% ocupavam-se no setor secundário, ficando 52,1% dos trabalhadores japoneses ocupados no setor terciário. Nos anos 90, empregados no setor primário encontram-se 7,2% da população, enquanto 33,7% trabalham no setor secundário, ficando 59,1% dos trabalhadores ocupados no setor terciário.

O que pode ser concluído, a partir destes dados levantados por Pochmann, é que a diminuição do emprego do setor primário e secundário está sendo absorvida pelo setor terciário. No entanto, o setor industrial ainda é um grande empregador, como pode ser verificado, em especial na Alemanha, Japão, e, em menor medida, nos EUA, França e Inglaterra¹⁸².

A ascensão do setor de serviços, fruto do novo padrão de acumulação capitalista, juntamente com o desenvolvimento de novas tecnologias, traz junto a si a

¹⁸² Sobre a situação atual do trabalho no setor industrial, Coggiola reafirma a tese de que se trata de uma diminuição em termos relativos, mas não absolutos: *Ainda no período de crise, a queda tendencial do emprego industrial nos países desenvolvidos em relação ao emprego total é muito desigual: nos EUA, ele passa de 33,4% em 1960, para 27,2% em 1982; na Alemanha, de 45,9% para 41,8%, respectivamente; no Japão, de 28,5% para 34,5%! E ainda, nos casos em que existe uma queda percentual, não se trata de uma queda em termos absolutos: nos EUA, no período indicado, o emprego industrial passou de 17.149 mil para 20.286 mil. O compilador das estatísticas mencionadas conclui que "na escala mundial, existem mais trabalhadores industriais do que em qualquer período da história" (Coggiola, 1995: 154). Pochmann segue no mesmo rumo, considerando serem falsas afirmações que insistem em não haver mais condições de ocorrer uma expansão do emprego no setor industrial. Para tanto, toma os exemplos dos EUA, do Japão e do Canadá, ressaltando que, em um período de 24 anos, ao menos no caso dos referidos países, estes possuíam, em 1970, o total de 34 milhões de trabalhadores na indústria, enquanto que, em 1995, esse número subiu para 38 milhões (Pochmann, 2000a: 127).*

ampliação da heterogeneidade e fragmentação da força de trabalho, que se manifesta na precarização e flexibilização do trabalho¹⁸³, em que podem ser destacados o trabalho temporário, parcial, terceirizado, e informal. Kon assim se manifesta acerca da relação entre o predomínio do setor de serviços e o aumento da precarização do trabalho:

A partir desta estruturação, notamos que a grande proporção de subemprego é localizada no setor serviços, notadamente nas atividades de trabalhadores artesanais, vendedores ambulantes, ocupações underground, engraxates, jardineiros, lavadores de carros etc (Kon, 1992: 54).

Através da utilização dos mecanismos de precarização e flexibilização do trabalho, as empresas buscam proliferar os empregos temporários, de subcontratação, entre outros, em que os salários são mais baixos, e os direitos dos trabalhadores cada vez menores. Uma das formas mais difundidas de flexibilização do trabalho tem sido a utilização do trabalho em tempo parcial, que, segundo Baglioni, em 1985 significavam 20% do emprego total na Dinamarca, Holanda, Grã-Bretanha e Suécia, enquanto que, na Alemanha e França, superavam os 10% (Baglioni, 1992: 31).

Utilizando dados fornecidos por Mattoso (1994: 533), pode-se verificar que o emprego parcial, temporário, e independente nos países avançados, cresceram de forma acelerada no período 1979-89. Na França, no período compreendido entre 1979-90, o emprego parcial subiu 73,17%, o emprego temporário teve um acréscimo de 128,78% e apenas o emprego independente manteve-se estável. Na Inglaterra, o emprego parcial, durante o mesmo período, subiu 66,46%, o emprego temporário manteve-se estável, enquanto o emprego independente teve um acréscimo de 87,12%. A Itália teve pouca variação, tanto no emprego parcial como no temporário; em compensação, teve um acréscimo de 59,25% no emprego independente¹⁸⁴.

¹⁸³ Mattoso divide a estratégia de flexibilização em dois tipos: a funcional ou interna, na qual os empregados estáveis teriam diminuídas suas conquistas em troca da manutenção do emprego; e a flexibilização numérica ou externa, voltada aos trabalhadores permanentes, porém, desqualificados, sujeitos à substituição por outros de salários ainda menores, e aos trabalhadores externos, que trabalham em regime de subcontratação (Mattoso, 1994: 535).

¹⁸⁴ A evolução do número de trabalhadores precarizados é chamada por Beynon de "ascensão do trabalhador hifenizado": *...trabalhadores de tempo parcial (part-time-workers), temporários (temporary-*

Percebe-se que a precarização do trabalho vem assumindo proporções cada vez mais expressivas no capitalismo contemporâneo, que, para Pochmann, manifesta-se como uma situação de desemprego disfarçado:

Para uma População Economicamente Ativa estimada em 1999 pela Organização Internacional do Trabalho em 3 bilhões de pessoas, havia cerca de 1 bilhão de trabalhadores vivendo com sua capacidade de trabalho subutilizada. Ou seja, 1 a cada 3 trabalhadores encontrava-se na situação de desemprego ou exercendo atividades de sobrevivência. Em síntese, condição disfarçada de desemprego (subemprego).

Do total de pessoas que conformam o excedente mundial de mão-de-obra, cerca de 150 milhões de trabalhadores encontram-se na categoria de desemprego aberto, enquanto 850 milhões são considerados na condição de subemprego, exercendo atividades de sobrevivência, com jornadas de trabalho insuficientes e de remuneração muito comprimida (Pochmann, 2001: 81-82).

A utilização do processo de terceirização é outro importante ingrediente na precarização do trabalho. As empresas modernas, objetivando a redução de custos, passam a transferir atividades, antes de sua responsabilidade, a terceiras empresas, que passam a ser fornecedoras de serviços às empresas maiores¹⁸⁵. Os trabalhadores das empresas terceirizadas geralmente recebem salários menores do que os trabalhadores das empresas contratantes. Segundo Teixeira (1993: 19), os salários das empresas terceirizadas são em média de 25% a 30% mais baixos que nas empresas contratantes. Ao mesmo tempo, essas empresas promovem a intensificação e o prolongamento da jornada de trabalho, além de causar um enfraquecimento da ação

workers), de emprego casual (casual-workers) ou mesmo por conta própria (self-employed-worker). Ao adentrarmos no século XXI, esses trabalhadores hifenizados estarão se tornando uma parte cada vez mais significativa da economia (Beynon, 1997: 18).

¹⁸⁵ Mesmo não cabendo neste trabalho uma ampla discussão sobre o assunto, uma das mais recentes formas de precarização do trabalho é a formação de cooperativas de trabalhadores. Esta forma de organização produtiva, também conhecida como "economia solidária", busca organizar trabalhadores desempregados ou pertencentes ao mercado informal, muitas vezes agindo estas cooperativas como firmas terceirizadas, apresentando-se junto ao trabalhador como uma alternativa ao processo de exclusão e miserabilidade a que são submetidos sob o modo de produção capitalista, bem como uma alternativa de desenvolvimento aos países do terceiro mundo. Estas cooperativas de trabalho devem ser analisadas como mais uma forma de precarização do trabalho, pois os trabalhadores, devido a terem de competir com as grandes empresas, obrigam-se a extrapolar absurdamente a jornada de trabalho, abrem mão de férias, entre outros direitos a que os trabalhadores do setor privado formal usufruem.

sindical nas empresas, que passam a contar, em seu interior, com um grupo bastante heterogêneo de trabalhadores¹⁸⁶.

Uma das mais importantes manifestações da precarização do trabalho, o trabalho informal¹⁸⁷, passa a ser bastante presente na contemporaneidade do mundo do trabalho, em especial nos países do terceiro mundo, em que chega, em inúmeros casos, a ser predominante sobre a economia formal¹⁸⁸. A causa da ascensão do setor informal, naqueles países, deve-se à existência de uma abundante força de trabalho, aliada à facilidade de entrada que se observa neste setor¹⁸⁹.

Segundo dados da OIT, extraídos do *Panorama Laboral'97*, no período de 1990-1996, o percentual dos novos empregos, divididos entre o setor formal e informal, demonstra que a informalidade apresentou os seguintes índices: 53% na Argentina, 81% no Brasil, 29% no Chile, 37% na Colômbia, 51% na Costa Rica, 58% no México, 38% no Panamá, 68,7% no Peru, e 77% na Venezuela. Estes dados demonstram o extraordinário crescimento do setor informal, principalmente em países da América Latina. Nesses países, ao mesmo tempo em que a informalidade minimiza a situação de desemprego e miséria dos trabalhadores excluídos do setor formal, proporciona baixas remunerações em nível geral¹⁹⁰, além de provocar uma queda na arrecadação

¹⁸⁶ Sobre os diversos efeitos que a terceirização causa ao conjunto dos trabalhadores e ao movimento sindical, ver Faria (1994). A respeito do enfraquecimento do movimento sindical nos últimos 30 anos, manifesto na diminuição do número de trabalhadores sindicalizados, ver Mattoso (1995: 107).

¹⁸⁷ Malaguti (2001: 99) distingue os termos "informalidade" e "setor informal". Para o autor, a informalidade englobaria não apenas o setor informal, mas também trabalhadores formais que, além de sua atividade principal, exerceriam atividades não-formais, como o caso do funcionário público que vende mercadorias aos colegas de trabalho durante o expediente, ou o trabalhador que extrapola sua jornada normal de trabalho, sem, no entanto, receber horas extras.

¹⁸⁸ Segundo levantamentos feitos pela OIT para os países da América Latina e Caribe (1997: 8), a cada 100 novos empregos gerados na América Latina e Caribe, entre os anos de 1990 e 1996, 85 correspondem a empregos no setor informal. Nesse período, o emprego informal cresceu a uma taxa anual de 4,7%.

¹⁸⁹ Para Souza (1980: 132-133), a facilidade para a entrada dos trabalhadores no setor informal deve-se, em primeiro lugar, a fatores tecnológicos, os quais, no setor informal, apresentam baixo desenvolvimento, estruturando-se o setor em atividades pouco intensivas em capital; em segundo lugar, a facilidade de entrada de trabalhadores no setor informal deve-se, também, à estrutura de mercado vigente, no caso, principalmente nos mercados em situação de concorrência perfeita.

¹⁹⁰ Discordando de teses defendidas pelo SEBRAE, Malaguti afirma que a atitude do trabalhador em buscar estabelecer uma atividade do tipo informal é muito mais resultado de uma necessidade do que de uma opção: *Constata-se ali que o "sonho" de tornar-se um trabalhador "independente", por "conta própria" ou pequeno empresário não exprime um desejo real dos trabalhadores, mas representa, isto sim, o que parece ser a única possibilidade de escapar do desemprego ou dos salários degradados:*

tributária dos países, em função da peculiaridade do setor informal trabalhar à margem da tributação oficial.

Como pôde ser visto no presente capítulo, as transformações no mundo do trabalho, verificadas nos últimos 25 anos, ao invés da confirmação da tese do fim da centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo, vivencia um aumento cada vez maior do número de trabalhadores assalariados, bem como do volume de trabalho, somado ao fato que, de maneira geral, a produtividade do trabalho, ao invés de aumentar, está declinando. O que está ocorrendo, na realidade, não é uma diminuição do trabalho ou de sua importância no processo de criação de riqueza capitalista, mas sim, uma precarização do trabalho, que passa cada vez mais a conhecer o aumento da exploração do trabalho facilmente verificada pela ascensão no mundo tanto do trabalho parcial, temporário, como informal.

impedidos de realizar-se como assalariados, "o jeito é" tornar-se pequeno patrão ou trabalhador por conta própria (Malaguti, 2001: 90-91).

Notas Conclusivas

Este trabalho teve como objetivo questionar, a partir da teoria marxista e marxiana, as teses que defendem estar o trabalho sendo submetido a um crescente processo de redundância no capitalismo contemporâneo, perdendo sua centralidade, aqui considerada a possível perda da centralidade do trabalho, como a perda da importância do trabalho vivo na produção de riqueza capitalista. Ao término das discussões desenvolvidas nos capítulos anteriores, pôde-se constatar que o trabalho, historicamente, desempenhou um papel fundamental na construção e desenvolvimento de todos os modos de produção até o momento vivenciados pelo homem. No atual estágio do modo de produção capitalista, em que a abertura dos mercados, a financeirização da economia, e, em especial, novas formas de organização produtiva e de desenvolvimento das forças produtivas afloram, muitos passaram a questionar o papel central do trabalho no capitalismo atual. O trabalho estaria fadado ao desaparecimento, e a sociedade do futuro estaria direcionada ao pleno desenvolvimento dos indivíduos através da administração de seu tempo livre, liberado do trabalho alienante.

Assim sendo, para os autores que adotam a tese do fim da centralidade do trabalho, as transformações necessárias à libertação do homem da exploração do trabalho prescindem de uma superação do capitalismo, tanto devido à classe trabalhadora não ter nada mais a reivindicar, pois não é mais fundamental na produção da riqueza capitalista, como devido a ser uma classe praticamente inexpressiva em termos numéricos. Deste modo, com o adeus à classe trabalhadora, estaria sendo dado adeus, também, à qualquer possibilidade de superação do modo de produção capitalista.

O que se pôde constatar, neste trabalho, é que o trabalho alienado é típico do modo de produção capitalista, e sua superação somente ocorrerá com a superação positiva do próprio capitalismo por um novo modo de produção superior a este. A construção de uma sociedade baseada na suposição de que as pessoas teriam mais tempo para desenvolver seus talentos, executar tarefas mais prazerosas, somente é

possível em um modo de produção que fuja à lógica do capital, que visa aumentar suas margens de lucro às custas do trabalho não pago. Pôde-se verificar que, ao contrário do que Gorz e Schaff tentam convencer, a teoria de Marx nunca acreditou na possibilidade de construção de uma sociedade de tempo livre, em um modo de produção calcado na existência de classes antagônicas.

A discussão que se dá em torno da redução da jornada de trabalho sob o modo de produção capitalista é, sem dúvida, bastante louvável do ponto de vista da diminuição da exploração do trabalho e aumento do tempo livre, mas esbarra na questão de quem irá arcar com os custos, se o Estado, através de incentivos fiscais, em que toda a sociedade acaba arcando com o ônus, se os capitalistas, que teriam de abrir mão de uma parcela dos lucros, o que foge à sua própria lógica; ou se os próprios trabalhadores, através da redução dos salários, como "prêmio" por terem conquistado a redução da jornada de trabalho.

O que pôde ser observado, analisando os dados sobre a problemática do trabalho no capitalismo avançado, é que, ao invés de o trabalho estar diminuindo, como afirma a tese do fim da centralidade do trabalho, este encontra-se cada vez mais sendo executado no mundo todo. O número de trabalhadores em nível mundial está aumentando a olhos vistos, a redução da jornada de trabalho, se é verdade que trazendo dados de 100 ou 200 anos são bastante significativos, o mesmo não se aplica no último quartel do século XX, que, de maneira geral, tem conhecido uma diminuição, mas não de todo expressiva. Da mesma forma, o volume de trabalho em horas de trabalho tem mostrado uma expansão expressiva em diversos países, ao contrário do que deveria ser esperado de uma sociedade em que o trabalho estivesse se tornando relevante.

A produtividade do trabalho é outro aspecto decisivo para que possa ser observada uma tendência de diminuição do trabalho no mundo ou não. Os dados analisados apontam para uma diminuição da produtividade, ao contrário de um esperado aumento da produtividade do trabalho, o que comprova que a quantidade de trabalhadores ocupados na produção ainda é bastante significativa.

O resultado da observação destes dados é que as transformações que estão havendo no mundo do trabalho, ao contrário de diminuir o esforço dos trabalhadores de maneira que os conduza a tornar mais “criativo o seu ócio”, estão aumentando a precarização do trabalho em suas mais diversas formas, como trabalho terceirizado, de tempo parcial, temporário e informal. O que se conclui é que, no mundo todo, não está havendo uma diminuição do trabalho, mas sim, uma precarização e, em conseqüência, um aumento da exploração do trabalho.

Para finalizar, é importante ressaltar que os dados mostram que, ao contrário do que propugnam os defensores da tese do fim da centralidade do trabalho, o que se está verificando é que não está havendo o fim do trabalho ou da sua centralidade no capitalismo contemporâneo, nem muito menos a perda do sentido da teoria do valor. O trabalho não se encontra prestes a ser extinto, manifestando-se ainda central no capitalismo contemporâneo, posto que o capital ainda não conseguiu prescindir do trabalho. Mesmo que o capital busque livrar-se do trabalho, com o desenvolvimento de uma série de inovações tecnológicas, ainda necessita nutrir-se da sua exploração. Foi a este fenômeno que Marx chamou de “contradição em processo”: os capitalistas procuram livrar-se do trabalho vivo, mas, na verdade, o que ocorre é a amplificação da exploração do trabalho em níveis cada vez maiores.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 3^a ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995. 154 p.
- _____. **Os Sentidos do Trabalho - Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999. 258 p.
- ASTRADA, Carlos. **Trabalho e Alienação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. 103 p.
- AZNAR, Guy. **Trabalhar Menos para Trabalharem Todos.** São Paulo: Scritta, 1995. 286 p.
- BAGLIONI, Guido. Las Relaciones Laborales en Europa en el Decenio 1980-1990. In: BAGLIONI, Guido (org.). **Las Relaciones Laborales en Europa – El desafio de la flexibilidad.** Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992, p. 21-67.
- BELL, Daniel. **O Advento da Sociedade Pós-Industrial.** São Paulo: Cultrix, 1977. 540 p.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O Declínio de Bretton Woods e a Emergência dos Mercados "Globalizados". **Economia e Sociedade**, Campinas, no. 4, p. 11-20, junho de 1995.
- _____. **Valor e Capitalismo – Um ensaio sobre a economia política.** São Paulo: Brasiliense, 1980. 121 p.
- BERNARDO, João. Crise dos Trabalhadores ou Crise do Sindicalismo? **Crítica Marxista.** São Paulo: Xamã, no. 4, p. 123-139, 1997.
- BEYNON, Huw. As Práticas do Trabalho em Mutação. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos – Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1997, p. 9-38.
- BEYNON, Huw. **Trabalhando para a Ford – Trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística.** São Paulo: Paz e Terra, 1995. 531 p.
- BOISSONNAT, Jean. **2015 – Horizontes do trabalho e do emprego.** São Paulo: LTR, 1998. 311 p.

- BRAGA, Ruy. Velhas Ideologias para a “Nova Esquerda” – Tarso Genro e o revisionismo contemporâneo. **Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, no.2, p. 31-45, novembro de 1998.
- BRAVERMANN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista – A degradação do trabalho no século XX**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. 379 p.
- BRENNER, Robert. A Crise Emergente do Capitalismo Mundial: Do Neoliberalismo à depressão? **Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, no. 3, p. 7-18, 1999a.
- _____. A Economia da Turbulência Global. **Praga – Estudos Marxistas**, São Paulo, no. 7, p. 37-46, 1999.
- CALABRETTA, Stefano. Clube de Roma: Os limites do Desenvolvimento. In: DE MASI, Domenico (org.). **A Sociedade Pós Industrial**. São Paulo: SENAC, 1999, p. 369-379.
- CAMPREGHER, Glaucia. **Contribuição à Crítica da Economia Política do Não-Trabalho**. Campinas: UNICAMP, 1999. 235 p. (Tese de Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.
- CARCANHOLO, Reinaldo. **O Valor, a Riqueza e a Teoria de Smith – Versão Preliminar**. Campina Grande: UFPB, 1988. 25 p.
- _____. **A Dialética da Mercadoria: Guia de Leitura – O capital: ciclos, circulação e rotação. Roteiro de estudo**. Vitória: UFES, 1993. 62 p.
- CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Racionalidade e Trabalho – Uma crítica a André Gorz. **São Paulo em Perspectiva**, no. 8, p. 64-74, jan-mar de 1994.
- CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social – Uma crônica do salário**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. 611 p.
- CHAUÍ, Marilena. Introdução de O Direito à Preguiça. In: LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999, p. 9-56.
- CHEMIATÉNKOV, V. **O Enigma do Capital: Ponto de Vista Marxista**. Moscovo: Edições Progresso, 1985. 246 p.

- COGGIOLA, Osvaldo. **A Classe Operária Hoje**. In: KATZ, Claudio et all. **Novas Tecnologias – Crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995, p. 147-155.
- CONTE, Giuliano. **Da Crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1976. 157 p.
- CORIAT, Benjamin. **El Taller y el Robot – Ensayos sobre el fordismo y la producción en masa en la era de la electrónica**. 3ª ed. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1996. 266 p.
- _____. **Pensar pelo Averso – O modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1994. 209 p.
- COUTINHO, Maurício Chalfin. **Lições de Economia Política Clássica**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993. 220 p.
- DAL ROSSO, Sadi. **A Jornada de Trabalho na Sociedade – O castigo de Prometeu**. São Paulo: LTR, 1996. 477 p.
- _____. **O Debate sobre a Redução da Jornada de Trabalho**. São Paulo: ABET, 1998. 106 p.
- DALL’OGLIO, Luca. Gorz: A Reconquista do Éden. In: DE MASI, Domenico (org.). **A Sociedade Pós Industrial**. São Paulo: SENAC, 1999, p. 265-286.
- DE MASI, Domenico. A Sociedade Pós Industrial. In: DE MASI, Domenico (org.). **A Sociedade Pós Industrial**. São Paulo: SENAC, 1999a, p. 11-97.
- _____. **Desenvolvimento sem Trabalho**. São Paulo: Editora Esfera, 1999c. 103 p.
- _____. **O Futuro do Trabalho – Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro: José Olympo Editora, 1999b. 354 p.
- _____. **O Ócio Criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. 319 p.
- DEL RÍO, Eugenio. **Há Muerto la Clase Obrera?** Madrid: Editorial Revolucion, 1989. 142 p.
- DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 284 p.
- DOSSE, François. **História do Estruturalismo – Vol. 1, O campo do signo, 1945/1966**. São Paulo: Editora Ensaio, 1993. 447 p.

- EMPREGO E RENDA – Evolução do mercado de trabalho em 1999. DESEP/CUT, no. 3, maio de 2000.
- ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza**. 4^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 238 p.
- _____. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. In: MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas – Vol. 3**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d, p. 21-143.
- _____. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. 2^a ed. São Paulo: Global, 1988. 391 p.
- _____. La Ley Inglesa sobre la Jornada de Diez Horas. In: MARX, Carlos e ENGELS, Frederico – **Obras fundamentales, Vol. 11 – Escritos económicos menores**. México: Fondo de Cultura Económica, 1987, p. 50-59.
- FARIA, Aparecido de. Terceirização – Um desafio para o movimento sindical. In: MARTINS, Heloísa de Souza e RAMALHO, José Ricardo (orgs.). **Terceirização – Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994, p. 40-61.
- FERREIRA, Cândido G. et al. Alternativas Sueca, Italiana e Japonesa ao Paradigma Fordista: Elementos para uma discussão sobre o caso brasileiro. **Cadernos do CESIT**, no. 4. Campinas: CESIT, 1991. 34 p.
- FORRESTER, Viviane. **O Horror Econômico**. São Paulo: Editora UNESP, 1997. 154 p.
- FREIRE, Roberto. Como Será o Trabalho na Era da Tecnologia? **Esquerda 21 – Reflexões sobre a Perspectiva da Esquerda para o Século XXI**. Instituto Pensar, ano 1, no.1, p. 53, set-out de 1995.
- GOMES, Angela Maria de Castro. **Burguesia e Trabalho – Política e legislação social no Brasil 1917-1937**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979. 318 p.
- GORENDER, Jacob. **Marxismo sem Utopia**. São Paulo: Editora Ática, 1999. 288 p.
- GORZ, André. A Alienação só pode Ser Superada Fora do Trabalho Assalariado. **Entrevistas do Le Monde – A sociedade**, São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 167-176.

- ____. A Dialogue with Gorz. In: LODZIAK, Conrad e TATMAN, Jeremy. **André Gorz – A Critical Introduction**. Chicago: Pluto Press, 1997a, p. 117-131.
- ____. A Nova Agenda. In: BLACKBURN, Robin. **Depois da Queda – O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. 2^ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 235-248.
- ____. **Adeus ao Proletariado – Para além do socialismo**. 2^ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987a. 203 p.
- ____. Cambios Sociales en la Era Posindustrial. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL:_. Acesso em 05.09.1999.
- ____. **Capitalisme, Socialisme, Écologie – Désorientacions, orientacions**. Paris: Galilée, 1991a. 236 p.
- ____. **Ecology as Politics**. 2^ª ed. London: Pluto Press, 1987b. 215 p.
- ____. **Ecología y Libertad – Técnica, técnicos y lucha de clases**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1979. 138 p.
- ____. **Estratégia Operária e Neocapitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968a. 196 p.
- ____. **Historia y Enajenación**. 5^ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. 350 p.
- ____. **Los Caminos del Paraiso – Para comprender la crisis y salir de ella por la izquierda**. Barcelona: Editorial Laia, 1986. 196 p.
- ____. **Metamorfosis del Trabajo – Busqueda del Sentido**. Madrid: Editorial Sistema, 1991. 313 p.
- ____. **Miserias del Presente, Riqueza de lo Posible**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1998a. 155 p.
- ____. Ni Tradeunistas ni Bolcheviques. **Teoria Marxista del Partido Politico/3, Cuadernos de Pasado y Presente**, Córdoba, no. 38, p. 69-76, 1973.
- ____. O Despotismo de Fábrica e suas Conseqüências. In: GORZ, André (org.). **Crítica da Divisão do Trabalho**. 3^ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996b, p. 211-248.
- ____. **O Socialismo Difícil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968b. 248 p.
- ____. Por Que a Sociedade Salarial tem Necessidade de Novos Criados? In: MALAGUTI, Manoel L.; CARCANHOLO, Reinaldo e CARCANHOLO, Marcelo.

- (orgs.). **Neoliberalismo: A Tragédia do Nosso Tempo**. São Paulo: Cortez Editora, 1998b, p. 45-58.
- _____. Prefácio de **Trabalhar Menos para Trabalharem Todos**. In: Aznar, Guy. **Trabalhar Menos para Trabalharem Todos**. São Paulo: Scritta, 1995, p. 9-15.
- _____. **Salir de la Sociedad Salarial**. Germania, S.G.S.L., Alzira – Comisiones Obreras, 1994.
- _____. Técnica, Técnicos e Luta de Classes. In: GORZ, André (org.). **Crítica da Divisão do Trabalho**. 3^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996a, p. 211-248.
- GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo - Na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 117 p.
- _____. Fim do Trabalho, Fim do Emprego? In: CARRION, Raul K. M. e VIZENTINI, Paulo Fagundes (orgs.). **A Crise do Capitalismo Globalizado na Virada do Milênio**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p. 93-111.
- GOUVERNER, Jacques. **Contemporary Capitalism and Marxist Economics**. Totowa: Barnes & Noble Books, 1983. 300 p.
- HABERMAS, Jürgen. **Ciencia y Técnica como "Ideologia"**. 2^a ed. Madrid: Editorial Tecnos, 1994. 181 p.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna – Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 7^a ed. São Paulo: Edições Loyola, 1988. 349 p.
- HUSSON, Michel. Fim do Trabalho ou Redução de sua Duração? **Revista Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, no. 5, p. 5-23, dez. de 1999.
- INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Yearbook of Labour Statistics - 1984**. Geneva. 1985.
- INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Yearbook of Labour Statistics – 2000**. Geneva. 2001.
- KATZ, Claudio. O Enfoque Marxista da Mudança Tecnológica. In: KATZ, Claudio e COGGIOLA, Osvaldo (orgs.). **Neoliberalismo ou Crise do Capital?** São Paulo: Xamã, 1995, p. 9-17.
- KON, Anita. **A Produção Terciária – O caso paulista**. São Paulo: Nobel, 1992. 140 p.

- KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna – Novas Teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. 258 p.
- KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização – Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 2^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993. 244 p.
- LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1983. 109 p.
- LIPIETZ, Alain. **Audácia – Uma alternativa para o século 21**. São Paulo: Nobel, 1991. 238 p.
- LISA, Mauro de. Instrumentos y Máquina en el Manuscrito 1861-1863 de Marx. In: MARX, Karl. **Progreso Técnico y Desarrollo Capitalista (Manuscritos 1861-1863)**. México: Siglo Veintiuno, p. 7-73, 1982.
- LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo**. 3^a ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 344 p.
- LODZIAK, Conrad e TATMAN, Jeremy. **Andre Gorz – A critical introduction**. Chicago: Pluto Press, 1997. 156 p.
- MAAR, Wolfgang Leo. A Centralidade do Trabalho Social e seus Encantos. In: FERREIRA, Leila da Costa (org.). **A Sociologia no Horizonte do Século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, p. 60-90.
- _____. Fim da Sociedade do Trabalho ou Emancipação Crítica do Trabalho Social? **Liberalismo e Socialismo – Velhos e novos paradigmas**. São Paulo: Editora da UNESP, p. 77-101, 1995.
- MALAGUTTI, Manoel Luiz. **Crítica à Razão Informal – A imaterialidade do salariado**. Boitempo Editorial, 2000. 173 p.
- MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital – Os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Editora Ensaio, 1990. 329 p.
- _____. **El Capital – Cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1985. 242 p.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. 295 p.

- MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia – Tratado introdutório – Vol. I.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. 272 p.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. 220 p.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Lisboa: Edições Avante, 1975. 184 p.
- MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital – Resultados do processo de produção imediata.** São Paulo: Editora Moraes, 1985a. 169 p.
- _____. Carta de Marx a L. Kugelmann (Londres, 11 de julho de 1868). In: MARX, Karl e Engels, Friedrich. **Obras Escolhidas – Vol. 3.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/dc, p. 261-262.
- _____. Crítica ao Programa de Gotha. In MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas – Vol. 2.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/da, p. 203-234.
- _____. Salário, Preço e Lucro. In: MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas – Vol. 1.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/db, p. 333-378.
- _____. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política; Grundrisse – Vol. 2.** 11ª ed. México: Siglo Veintiuno, 1987a. 493 p.
- _____. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política; Grundrisse – Vol. 1.** 15ª ed. México Siglo Veintiuno, 1987b. 500 p.
- _____. **Manuscritos Económico-Filosóficos.** Lisboa: Edições 70, 1993. 270 p.
- _____. Maquinaria e Trabalho Vivo (Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). **Crítica Marxista.** São Paulo: Editora Brasiliense, no. 1, p. 103-110, 1994.
- _____. **O Capital – Crítica da economia política – Vol. I, Tomo 1.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. 301 p.
- _____. **O Capital – Crítica da economia política – Vol. I, Tomo 2.** São Paulo: Abril Cultural, 1984a. 306 p.
- _____. **O Capital – Crítica da economia política – Vol. III, Tomo 1.** São Paulo: Abril Cultural, 1984. 353 p.
- _____. **O Capital – Crítica da economia política – Vol. II.** São Paulo: Abril Cultural, 1984c. 383 p.

- ____. **O Capital – Crítica da economia política – Vol. III, Tomo 2.** São Paulo: Abril Cultural, 1985. 336 p.
- ____. **Para a Crítica da Economia Política.** São Paulo: Abril Cultural, 1982a. 242 p.
- ____. **Progreso Técnico y Desarrollo Capitalista (Manuscritos 1861-1863).** México: Siglo Veintiuno, 1982b. 228 p.
- ____. **Teorias da Mais-Valia – História crítica do pensamento econômico – Vol. 1.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 447 p.
- MATTOSO, Jorge. A Desestruturação da Democracia. **Caderno de debates do Le Monde Diplomatique – Globalização e o Mundo do Trabalho.** Fórum Social Mundial, no. 1, p. 14-16, set. de 2000.
- ____. **A Desordem do Trabalho.** São Paulo: Scritta, 1995. 210 p.
- ____. O Novo e Inseguro Mundo do Trabalho nos Países Avançados. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de (org.) et all. **O Mundo do Trabalho – Crise e mudança no final de século.** São Paulo: Scritta, 1994, p. 521-562.
- MAZZUCHELLI, Frederico. **A Contradição em Processo – O capitalismo e suas crises.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. 196 p.
- MORAES NETO, Benedito R. **Marx, Taylor e Ford – As forças produtivas em discussão.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 132 p.
- MULS, Leonardo Marcos e CARCANHOLO, Marcelo Dias. Revolução Tecnológica e Acumulação de Capital: Capitalismo sem Trabalho? **XXV Encontro Nacional de Economia, Vol. 2,** ANPEC, Recife, p. 1050-1069, dez. de 1997.
- NEGRI, Antonio. **Marx Beyond Marx – Lessons on the Grundrisse.** South Hadley: Bergin & Garvey, 1984. 236 p.
- NEGT, Oskar. **Dialética e História – Crise e renovação do marxismo.** Porto Alegre: Movimento, 1984. 127 p.
- OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado.** 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. 322 p.
- ____. **Trabalho & Sociedade – Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho – Vol I.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. 215 p.

- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **Industrialização, Desenvolvimento e Trabalho no Pós-Guerra.** In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (org.). **Economia & Trabalho – Textos básicos.** Campinas: Instituto de Economia, 1998, p. 3-19.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **Informa OIT – América Latina y el Caribe – Paanorama Laboral'97.** Perú. 1997.
- PADILHA, Valquíria. **Tempo Livre e Capitalismo: Um par imperfeito.** Campinas: Alínea Editora, 2000. 111 p.
- PETTY, William. **Obras Econômicas.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. 350 p.
- PIORE, Michael e SABEL, Charles F. **The Second Industrial Divide – Possibilites for prosperity.** New York: Basic Book, 1984. 355 p.
- POCHMANN, Marcio. **O Emprego na Globalização – A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2001. 151 p.
- _____. **O Trabalho sob Fogo Cruzado – Exclusão, desemprego e precarização no final do século.** São Paulo: Contexto, 1999. 205 p.
- _____. **Políticas do Trabalho e de Garantia de Renda no Capitalismo em Mudança – Um estudo sobre as experiências da França, da Inglaterra, da Itália e do Brasil desde o segundo pós-guerra aos dias de hoje.** São Paulo: LTR, 1995. 256 p.
- _____. **Economista Propõe Menos Hora Extra. Zero Hora,** Porto Alegre, 01 abr. 2000. Caderno de Economia, p.22.
- _____. **As Trajetórias do Trabalho no Final do Século XX.** In: CARRION, Raul K. M. e VIZENTINI, Paulo Fagundes (orgs.). **A Crise do Capitalismo Globalizado na Virada do Milênio.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000a, p. 121-130.
- QUEIROZ, José Benevides. **As Aporias do Pensamento de André Gorz nos anos 50 e 60.** Campinas: UNICAMP, 1999. 189 p. (Dissertação de Mestrado em Sociologia) - IFCH, Universidade Estadual de Campinas.
- REICH, Robert B. **O Trabalho das Nações – Preparando-nos para o capitalismo do século 21.** São Paulo: Educator, 1994. 317 p.
- RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL 1995 – **O trabalhador e o processo de integração mundial.** Washington: Banco Mundial, 1995. 273 p.

- RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 286 p.
- RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos – O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1996. 348 p.
- ROSDOLSKY, Roman. **Génesis y Estructura de El Capital de Marx (Estudios sobre los Grundrisse)**. 6ª ed. México: Siglo Veintiuno, 1989. 630 p.
- RUBIN, Issak Illich. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Polis, 1987. 293 p.
- RUSSEL, Bertrand. O Elogio ao Ócio. In: DE MASI, Domenico (org.). **A Economia do Ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001, p. 49-130.
- SCHAFF, Adam. A Concepção Marxista do Indivíduo. **Moral e Sociedade – Um debate**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 73-96, 1982.
- _____. **A Sociedade Informática – As conseqüências sociais da segunda revolução industrial**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. 157 p.
- _____. **História e Verdade**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 317 p.
- _____. **Introducción a la Semántica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983. 402 p.
- _____. **La Alienación como Fenómeno Social**. Barcelona: Editorial Crítica, 1979. 366 p.
- _____. **Marxismo e Existencialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. 135 p.
- _____. **O Marxismo e o Indivíduo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. 293 p.
- _____. O Futuro da Classe Operária. **Voz da Unidade – Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro**, São Paulo, 01 set. 1990, p. 15-17.
- SILVA, I. F. da. et all. In: POSTHUMA, Anne Caroline (org.). **Brasil: Abertura e Ajuste do Mercado de Trabalho no Brasil - Políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade**. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 233-259.
- SMIRNOV, Gueórgui Lukitch. **O Homem Soviético – A formação da personalidade socialista**. Moscovo: Edições Progresso, 1978. 416 p.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações – Investigação sobre sua natureza e suas causas – Vol. I**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 415 p.

- SOUZA, Josué Pereira de. Trabalho e Teoria Social: Habermas, Gorz e o Conceito de Sociedade Dual. *Idéias*, Campinas, ano 2, no. 2, p. 127-149, julho/dezembro de 1995.
- SOUZA, Paulo Renato. **Emprego, Salários e Pobreza**. São Paulo: Hucitec-Funcamp, 1980. 193 p.
- TAVARES, Maria da Conceição. Ajuste e reestruturação nos Países Centrais. **Economia e Sociedade**, no. 1, p. 21-57, agosto de 1992.
- _____. A Retomada da Hegemonia Norte-Americana. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José L. (orgs.). **Poder e Dinheiro – Uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 27-53.
- TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. 7ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1970. 134 p.
- TEIXEIRA, Francisco J. S. Marx e as Metamorfoses do Mundo do Trabalho. **Universidade e Sociedade**, São Paulo, no. 8, p. 106-113, fev. de 1995.
- _____. **Terceirização: Os Terceiros Serão os Últimos**. Fortaleza: SINE/CE, 1993. 20 p.
- TOURAINÉ, Alain. **O Pós Socialismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. 224 p.
- VAN DER WEE, Herman. **Historia Económica del Siglo XX – Prosperidad y crisis. Reconstrucción, crecimiento y cambio, 1945-1980**. Barcelona: Editorial Crítica, 1986. 680 p.
- VILLALOBOS, André. Nota sobre “Trabalho Produtivo/Trabalho Improdutivo” e Classes Sociais. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). **Classes Sociais e Trabalho Produtivo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 13-43.
- WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1996. 233 p.
- WIMMER, Ernst. O Trabalho do Futuro e o Futuro do Trabalho. **Problemas da Paz e do Socialismo – Revista Internacional**, São Paulo, ano VI, no.3, p. 89-98, jul-ago-set. 1987.